

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Elivélton Assis Krümmel

**ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA  
DO DOCUMENTÁRIO *SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO***

Santa Maria, RS  
2019

**Elivélton Assis Krümmel**

**ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO  
DOCUMENTÁRIO *SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientador: Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS  
2019

Krümmel, Elivélton Assis

Entre a história e a memória: uma análise discursiva do documentário "Sobreviventes do Holocausto" / Elivélton Assis Krümmel.- 2019.

249 p.; 30 cm

Orientadora: Verli Fátima Petri da Silveira  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2019

1. Análise de Discurso 2. história 3. memória 4. documentário I. Petri da Silveira, Verli Fátima II. Título.

Elivélton Assis Krümmel

**ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO  
DOCUMENTÁRIO SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO**

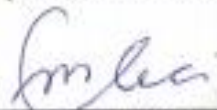
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras**.

**Aprovado em 11 de fevereiro de 2019:**




---

**Verli Fátima Petri da Silveira, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)



---

**Maria Cleci Venturini, Dra. (UNICENTRO)**



---

**Viviane Teresinha Biacchi Brust, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2019

## **DEDICATÓRIA**

Dedico a todos aqueles que encontraram motivos para acreditar em mim... Que na vastidão de tantas incertezas demonstram a dimensão de bondade em acreditar... Aos que foram, aos que são e aos que continuarão sendo essenciais em minha caminhada.

Dedico também à memória de todas as vítimas e, sobretudo, aos sobreviventes do Holocausto.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES –, pelo auxílio concedido.

À Universidade Federal de Santa Maria, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e à Linha de Pesquisa “Língua, Sujeito e História”, fundamentais para que houvesse, efetivamente, a possibilidade de projeção e escritura desta dissertação de mestrado.

À Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira, minha orientadora, a quem admiro profundamente e a quem dedico um trecho do livro “O diário de Anne Frank”: “É difícil em tempos como estes: ideais, sonhos, esperanças, sendo esmagados pela própria realidade. É um milagre eu não ter abandonado todos os meus ideais, eles parecem tão absurdos e impraticáveis. No entanto, eu me apego a eles, porque eu ainda acredito, apesar de tudo, as pessoas são realmente boas de coração”. Meu sincero agradecimento em acreditar e ter a coragem de seguir, lado a lado, por esse caminho que necessitou de tantas paradas, de tantas voltas ao início, de tantas tentativas de buscar por outro trilha da estrada que desaparece no horizonte e que aponta, apesar de tudo, para a possibilidade de seguir.

À Profa. Dra. Maria Cleci Venturini, pela leitura atenta e por todos os apontamentos, realizados com afino e ponderação, sobretudo no momento de qualificação desta dissertação. Aos dias e noites que, muitas vezes, foram acompanhados pelas suas palavras e reflexões, recorrentemente ávidas à memória, à construção, à reconstrução, ao reconhecer para que, enfim, pudesse conhecer.

À Profa. Dra. Viviane Teresinha Biacchi Brust, pela parceria no trabalho de construção desta dissertação, pelas suas colocações, sempre mescladas ao seu gesto e olhar sensíveis. Recupero algumas de suas palavras, porque percebo que, muitas vezes, partimos de algo comum para nos lançarmos ao que é próprio do analista de discurso que pensa sobre as questões que concernem à memória: “Emergindo das faltas que me justificam e das completudes que me renovam, é hora de se dizer efetivamente a que se veio”. Fomos, somos, seremos.

À Profa. Dra. Graciele Turchetti de Oliveira Denardi, por aceitar nosso convite para compor a banca de defesa desta dissertação.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, Amanda Eloina Scherer, Larissa Montagner Cervo, Thaís Martins, Tatiana Keller

e Evelyne Costa, pelas discussões empreendidas, pelos momentos de reflexão e pelo conhecimento disseminado.

Aos colegas da Pós-Graduação e do Laboratório de Estudos da Linguagem, principalmente à Marilda Lachovski, ao Maurício Bilião, à Taís Costa, pelo companheirismo e convivência, nutridos pela solidariedade em tantas ocasiões.

Às minhas queridas amigas, Ana Paula Alves Correa e Andressa Brenner Fernandes, pela amizade e apoio nos momentos difíceis de escrita e reflexão e, sobretudo, por estarem sempre dispostas a mobilizar, desconstruir e reconstruir conhecimentos que são comuns para nós, que trabalhamos com a Análise de Discurso (AD).

Ao meu querido Jorge Luís Silveira Marques, quem esteve por perto em todos os momentos, quem leu e ouviu tanto sobre a dissertação e, principalmente, colaborou naquilo que vai além do processo de reflexão e escrita: uma raridade de pessoa que está sempre pronta para ser amparo e reforçar que somos sempre capazes de realizar aquilo que duvidamos em relação a nós mesmos.

À amiga de longa data, Gessieli Possebom, que acompanhou todo meu percurso, viveu novas experiências comigo e permanece, lado a lado, ainda que por caminhos diferentes, nessa trajetória de pesquisadores, mais desafiadora do que nunca.

À minha família, o constante ponto de partida e de chegada... Pessoas que desde sempre demonstraram sua confiança para que eu pudesse optar pelas melhores decisões e ajudaram a traçar esse longo caminho, inúmeras vezes difícil: ao meu pai, Inésio Armando Krümmel, à minha mãe, Maria Lenir da Rosa Krümmel, ao meu irmão, Eduardo Vinícius Krümmel e, sobretudo, ao meu irmão Everton Luís Krümmel, quem viveu esse sonho comigo e mostrou sua vontade e determinação em crescermos juntos.

*Não,  
a água não me escorre  
entre os dedos,  
tenho as mãos em concha  
e no côncavo de minhas palmas  
meia gota me basta.*

*Das lágrimas em meus olhos secos,  
basta o meio tom do soluço  
para dizer o pranto inteiro.*

*Sei ainda ver com um só olho,  
enquanto o outro,  
o cisco cerceia  
e da visão que me resta  
vazo o invisível  
e vejo as inesquecíveis sombras  
dos que já se foram.*

*Da língua cortada,  
digo tudo,  
amasso o silêncio  
e no farfalhar do meio som  
solto o grito do grito do grito  
e encontro a fala anterior,  
aquela que emudecida,  
conservou a voz e os sentidos  
nos labirintos da lembrança.*

*(Conceição Evaristo)*



## RESUMO

O presente estudo, intitulado “Entre a história e a memória: uma análise discursiva do documentário *Sobreviventes do Holocausto*”, tem como objetivo realizar uma análise discursiva de um documentário que apresenta testemunhos de sobreviventes do Holocausto, de forma que seja possível trabalhar com a noção de memória e seus diferentes funcionamentos, explicitando o espaço do testemunho no interior do documentário, para refletir em como o sujeito discursiviza e simboliza o acontecimento. Em vista disso, trabalhamos com inúmeros recortes, entendidos enquanto unidades discursivas (ORLANDI, 1984), que foram selecionados do documentário produzido por Steven Spielberg, em 1993, o qual elegemos como objeto de análise. Assim, este estudo, ancorado nos pressupostos da Análise de Discurso (AD), representa uma possibilidade de olharmos para o passado, de significá-lo a partir do discurso da testemunha, na condição de sobrevivente do Holocausto e, dessa forma, compreendermos a língua funcionando, produzindo sentidos, enquanto trabalho simbólico que se fundamenta no trabalho social geral, constituído pelo homem e pela história (ORLANDI, 2009). O passado que pode ser esquecido ou preservado (ROBIN, 2016). Um trabalho, portanto, baseado em mais uma dentre as tantas versões do acontecimento. Um efeito. A partir disso, organizamos nosso trabalho em três partes: na primeira parte, “Da realidade à ficção, do visível ao audível: um olhar sobre o documentário”, discutimos sobre o funcionamento do documentário na/para a Análise de Discurso (AD), para introduzirmos uma possibilidade de mobilizar o dispositivo teórico e o dispositivo analítico, utilizados na pesquisa; na segunda parte, “Entre a história e a memória: um constante transitar”, discorremos sobre os principais fatos históricos que contemplam a instauração do Regime Nazista na Alemanha, de 1933 até o ano de 1945, percurso que baseia nossas reflexões, sobretudo, no que concerne à importância do testemunho e o narrar da história, ou seja, as relações entre a língua, o sujeito e a história, cujos entrecruzamentos são constitutivos do sujeito velho/idoso, produzindo sentidos possíveis; e a terceira parte, “Nós abaixamos as vozes, apagamos as velas... E vimos que era o começo do inferno”, corresponde às análises empreendidas, organizadas em nove blocos de inúmeros recortes, sequenciados sob a égide da passagem do tempo (da instauração do Regime Nazista ao seu declínio), espaço em que refletimos sobre como se constitui no/pelo sujeito um imaginário sobre o Holocausto que, em sua conjuntura, revela importantes aspectos da relação do sujeito velho/idoso com essa memória e com determinados objetos simbólicos. Destacamos, ainda, que o trabalho é um gesto de interpretação (ORLANDI, 2009), um olhar que, diante da materialidade, produz efeitos de sentido pelo constante transitar entre a história e a memória: um trajeto possível pelo fio do discurso testemunhal, em que o sujeito velho/idoso, na condição de sobrevivente do Holocausto, é capaz de suportar o simbólico, que está em pleno funcionamento, propenso à falta, à falha e à saturação.

**Palavras-chave:** História. Memória. Testemunho. Sujeito. Documentário. Imaginário. Objetos simbólicos.

## ABSTRACT

The present study, entitled “Between history and memory: a discursive analysis of the documentary *Survivors of the Holocaust*”, aims to carry out a discursive analysis of a documentary that presents testimonials of survivors of the holocaust, so that it is possible to work with the notion of memory and its different functions, explaining the space of the testimony inside the documentary, for reflect without how the subject discursiviza and symbolizes the event. In view thereof, we worked with countless cuts, understood as discursive units (ORLANDI, 1984), which were selected from the documentary produced by Steven Spielberg in 1993, which we chose as the object of analysis. As well, this study, anchored in the presuppositions of Discourse Analysis (DA), represents a possibility of looking at the past, to mean it from the discourse of the witness, as a survivor of the Holocaust and thus understand the language functioning, producing meanings, as symbolic work that is based on the general social work, constituted by man and history (ORLANDI, 2009). The past that can be forgotten or preserved (ROBIN, 2016). A work, therefore, based on yet another of the many versions of the event. An effect. From this, we organize our work in three parts: in the first part, “From reality to fiction, from the visible to the audible: a look at the documentary”, we discuss the workings of the documentary in the Discourse Analysis (DA) to introduce a possibility of mobilizing the theoretical device and the analytical device used in this research; in the second part, “Between history and memory: a constant transit”, we discuss the main historical facts that contemplate the establishment of the Nazi Regime in Germany, in 1933 until 1945, a course that bases our reflections, mainly in what concerns the importance of the testimony, and the narrate of history, that is, the relations between language, subject and history, whose interlinkages are constitutive of the old/elderly subject, producing possible meanings; and the third part, “We lowered the voices, we put out the candles... And we saw that it was the beginning of hell”, corresponds to the analyzes undertaken, organized into nine blocks of countless cuts, sequenced under the aegis of the passage of time (from the establishment of the Nazi Regime to its decline), a space in which we reflect on how an imaginary on the Holocaust which, in its conjuncture, reveals important aspects of the relationship of the old/elderly subject with this memory and with certain symbolic objects. It is also worth noting that work is a gesture of interpretation (ORLANDI, 2009), a view that, in the face of materiality, produces effects of meaning through the constant transit between history and memory: a possible path through the thread of testimonial discourse in which the old/elderly subject, in the condition of survivor of the Holocaust, is capable of supporting the symbolic, which is fully functioning, leaning to lack, failure, and saturation.

**Keywords:** History. Memory. Testimony. Subject. Documentary. Imaginary. Symbolic objects.

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Povoado de Ati-açú, em meados do ano de 1950</i> .....	20
Figura 2 - Esquema do Documentário .....	40
Figura 3 - Carta de Marcel Nadjari, enviado para o campo de concentração de Auschwitz....	151

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Nomes e sentidos .....	26
Quadro 2 - Enunciados nos Dicionários .....	27

## LISTA DE RECORTES: PARTE I

Recorte 1 - (00:23:27).....	49
Recorte 2 - (00:23:29).....	49
Recorte 3 - (00:23:31).....	50
Recorte 4 - (00:23:34).....	50
Recorte 5 - (00:23:36).....	51

### LISTA DE RECORTES: PARTE III

PRIMEIRO BLOCO – “[...] A MEMÓRIA TENDE A ABSORVER O ACONTECIMENTO”  
(PÊCHEUX, 1997, p. 52)

Primeiro Bloco – Recorte 1 (00:07:16).....	107
Primeiro Bloco – Recorte 2 (00:07:19).....	107
Primeiro Bloco – Recorte 3 (00:07:21).....	108
Primeiro Bloco – Recorte 4 (00:07:24).....	108
Primeiro Bloco – Recorte 5 (00:07:27).....	109
Primeiro Bloco – Recorte 6 (00:07:28).....	109
Primeiro Bloco – Recorte 7 (00:07:31).....	110
Primeiro Bloco – Recorte 8 (00:07:35).....	110

SEGUNDO BLOCO – “[...] DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS, COLORIDOS PELA IDEOLOGIA QUE, NECESSARIAMENTE, AO INTERPELAR OS INDIVÍDUOS EM SUJEITOS, ATRAVESSA ESTA MATERIALIDADE, REFLETINDO-SE EM ARCO-ÍRIS IMAGINÁRIO NOS SENTIDOS QUE SE CONSTITUEM JUNTO COM ESTE SUJEITO”  
(ORLANDI, 2017, p. 37)

Segundo Bloco – Recorte 1 (00:08:03).....	114
Segundo Bloco – Recorte 2 (00:08:09).....	114

TERCEIRO BLOCO – “NÃO HÁ MAIS SOLIDÃO POSSÍVEL, NÃO HÁ DESCONTROLE NA LINGUAGEM: A RELAÇÃO COM O ‘OUTRO’ REGULA TUDO, PREENCHE TUDO, EXPLICA TUDO, TANTO O SUJEITO COMO O SENTIDO” (ORLANDI, 2008, p. 45)

Terceiro Bloco – Recorte 1 (00:04:43).....	117
Terceiro Bloco – Recorte 2 (00:04:45).....	118
Terceiro Bloco – Recorte 3 (00:04:50).....	118
Terceiro Bloco – Recorte 4 (00:04:53).....	119
Terceiro Bloco – Recorte 5 (00:04:55).....	119
Terceiro Bloco – Recorte 6 (00:04:58).....	120
Terceiro Bloco – Recorte 7 (00:05:01).....	120
Terceiro Bloco – Recorte 8 (00:05:03).....	121
Terceiro Bloco – Recorte 9 (00:05:07).....	121
Terceiro Bloco – Recorte 10 (00:05:10).....	122
Terceiro Bloco – Recorte 11 (00:05:14).....	122

QUARTO BLOCO – “[...] O DISCURSIVO MATERIALIZA O CONTATO ENTRE O IDEOLÓGICO E O LINGUÍSTICO, NA MEDIDA EM QUE ELE REPRESENTA NO INTERIOR DA LÍNGUA OS EFEITOS DAS CONTRADIÇÕES IDEOLÓGICAS [...]”  
(COURTINE, 2016, p. 14)

Quarto Bloco – Recorte 1 (00:24:56).....	126
Quarto Bloco – Recorte 2 (00:24:57).....	126
Quarto Bloco – Recorte 3 (00:25:01).....	127
Quarto Bloco – Recorte 4 (00:25:03).....	127
Quarto Bloco – Recorte 5 (00:25:05).....	128
Quarto Bloco – Recorte 6 (00:25:08).....	128

QUINTO BLOCO – “*PARECE PRÓPRIO DO ANIMAL SIMBÓLICO VALER-SE DE UMA SÓ PARTE DE SEU ORGANISMO PARA EXERCER FUNÇÕES DIVERSÍSSIMAS. A MÃO SIRVA DE EXEMPLO*” (BOSI, 1994, s. p.)

Quinto Bloco – Recorte 1 (00:19:14).....	132
Quinto Bloco – Recorte 2 (00:19:16).....	132
Quinto Bloco – Recorte 3 (00:19:18).....	133
Quinto Bloco – Recorte 4 (00:19:21).....	133
Quinto Bloco – Recorte 5 (00:19:22).....	134
Quinto Bloco – Recorte 6 (00:19:25).....	134
Quinto Bloco – Recorte 7 (00:19:28).....	135
Quinto Bloco – Recorte 8 (00:19:30).....	135
Quinto Bloco – Recorte 9 (00:19:33).....	136
Quinto Bloco – Recorte 10 (00:19:35).....	136
Quinto Bloco – Recorte 11 (00:19:37).....	137
Quinto Bloco – Recorte 12 (00:19:39).....	137
Quinto Bloco – Recorte 13 (00:19:41).....	138
Quinto Bloco – Recorte 14 (00:19:44).....	138
Quinto Bloco – Recorte 15 (00:19:49).....	139
Quinto Bloco – Recorte 16 (00:19:52).....	139
Quinto Bloco – Recorte 17 (00:19:55).....	140

SEXTO BLOCO – “*NÃO BASTA DAR TEMPO AO TEMPO, À MODA TRADICIONAL, POIS O QUE ESTÁ EM JOGO NÃO É SOMENTE DA ORDEM DO TRAUMA, MAS TAMBÉM DA CONSEQUÊNCIA, DA ACEITAÇÃO DORAVANTE RECALCADA*” (ROBIN, 2016, p. 141)

Sexto Bloco – Recorte 1 (00:24:41).....	144
Sexto Bloco – Recorte 2 (00:24:42).....	145
Sexto Bloco – Recorte 3 (00:24:44).....	145
Sexto Bloco – Recorte 4 (00:24:46).....	146
Sexto Bloco – Recorte 5 (00:24:50).....	146
Sexto Bloco – Recorte 6 (00:24:54).....	147
Sexto Bloco – Recorte 7 (00:24:56).....	147
Sexto Bloco – Recorte 8 (00:24:58).....	148
Sexto Bloco – Recorte 9 (00:25:01).....	148

SÉTIMO BLOCO – “*O HOMEM NÃO PODE, ASSIM, EVITAR A INTERPRETAÇÃO, OU SER INDIFERENTE A ELA. MESMO QUE ELE NEM PERCEBA QUE ESTÁ INTERPRETANDO – E COMO ESTÁ INTERPRETANDO – É ESSE UM TRABALHO CONTÍNUO NA SUA RELAÇÃO COM O SIMBÓLICO*” (ORLANDI, 1996, p. 10)

Sétimo Bloco – Recorte 1 (00:34:04).....	154
Sétimo Bloco – Recorte 2 (00:34:06).....	154
Sétimo Bloco – Recorte 3 (00:34:08).....	155
Sétimo Bloco – Recorte 4 (00:34:14).....	155
Sétimo Bloco – Recorte 5 (00:34:15).....	156
Sétimo Bloco – Recorte 6 (00:34:17).....	156
Sétimo Bloco – Recorte 7 (00:34:19).....	157
Sétimo Bloco – Recorte 8 (00:34:22).....	157
Sétimo Bloco – Recorte 9 (00:34:24).....	158

Sétimo Bloco – Recorte 10 (00:34:28).....	158
Sétimo Bloco – Recorte 11 (00:34:30).....	159
Sétimo Bloco – Recorte 12 (00:34:33).....	159
Sétimo Bloco – Recorte 13(00:34:37).....	160
Sétimo Bloco – Recorte 14 (00:34:40).....	160
Sétimo Bloco – Recorte 15 (00:34:44).....	161
Sétimo Bloco – Recorte 16 (00:34:49).....	161
Sétimo Bloco – Recorte 17 (00:34:53).....	162
Sétimo Bloco – Recorte 18 (00:34:57).....	162
Sétimo Bloco – Recorte 19 (00:34:59).....	163
Sétimo Bloco – Recorte 20 (00:35:01).....	163
Sétimo Bloco – Recorte 21 (00:35:03).....	164
Sétimo Bloco – Recorte 22 (00:35:06).....	164
Sétimo Bloco – Recorte 23 (00:35:10).....	165
Sétimo Bloco – Recorte 24 (00:35:12).....	165
Sétimo Bloco – Recorte 25 (00:35:16).....	166
Sétimo Bloco – Recorte 26 (00:35:29).....	166
Sétimo Bloco – Recorte 27 (00:35:33).....	167
Sétimo Bloco – Recorte 28 (00:35:38).....	167
Sétimo Bloco – Recorte 29 (00:35:40).....	168
Sétimo Bloco – Recorte 30 (00:35:42).....	168
Sétimo Bloco – Recorte 31 (00:35:45).....	169
Sétimo Bloco – Recorte 32 (00:35:48).....	169
Sétimo Bloco – Recorte 33 (00:35:50).....	170

OITAVO BLOCO – “A ÚLTIMA LUTA MORTAL”: “A LUTA CONTRA A MORTE”  
(DOCUMENTÁRIO “SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO)

Oitavo Bloco – Recorte 1 (00:32:55).....	174
Oitavo Bloco – Recorte 2 (00:32:57).....	174
Oitavo Bloco – Recorte 3 (00:32:59).....	175
Oitavo Bloco – Recorte 4 (00:33:02).....	175
Oitavo Bloco – Recorte 5 (00:33:03).....	176
Oitavo Bloco – Recorte 6 (00:33:05).....	176
Oitavo Bloco – Recorte 7 (00:33:07).....	177
Oitavo Bloco – Recorte 8 (00:33:10).....	177
Oitavo Bloco – Recorte 9 (00:33:11).....	178
Oitavo Bloco – Recorte 10 (00:33:13).....	178
Oitavo Bloco – Recorte 11 (00:33:15).....	179
Oitavo Bloco – Recorte 12 (00:33:17).....	179
Oitavo Bloco – Recorte 13 (00:33:19).....	180
Oitavo Bloco – Recorte 14 (00:33:22).....	180
Oitavo Bloco – Recorte 15 (00:33:25).....	181
Oitavo Bloco – Recorte 16 (00:33:27).....	181
Oitavo Bloco – Recorte 17 (00:33:31).....	182
Oitavo Bloco – Recorte 18 (00:33:32).....	182
Oitavo Bloco – Recorte 19 (00:33:37).....	183
Oitavo Bloco – Recorte 20 (00:33:40).....	183
Oitavo Bloco – Recorte 21 (00:33:42).....	184
Oitavo Bloco – Recorte 22 (00:33:44).....	184



Oitavo Bloco – Recorte 23 (00:33:46).....	185
Oitavo Bloco – Recorte 24 (00:33:50).....	185
Oitavo Bloco – Recorte 25 (00:33:54).....	186
Oitavo Bloco – Recorte 26 (00:33:57).....	186
Oitavo Bloco – Recorte 27 (00:33:59).....	187
Oitavo Bloco – Recorte 28 (00:34:01).....	187

*NONO BLOCO – “A MEMÓRIA, ONDE CRESCE A HISTÓRIA, QUE POR SUA VEZ A ALIMENTA, PROCURA SALVAR O PASSADO PARA SERVIR O PRESENTE E O FUTURO. DEVEMOS TRABALHAR DE FORMA A QUE A MEMÓRIA COLETIVA SIRVA PARA A LIBERTAÇÃO E NÃO PARA A SERVIDÃO DOS HOMENS” (LE GOFF, 1996, p. 477)*

Nono Bloco – Recorte 1 (00:42:59).....	191
Nono Bloco – Recorte 2 (00:43:01).....	191
Nono Bloco – Recorte 3 (00:43:05).....	192
Nono Bloco – Recorte 4 (00:43:09).....	192
Nono Bloco – Recorte 5 (00:43:10).....	193
Nono Bloco – Recorte 6 (00:43:12).....	193
Nono Bloco – Recorte 7 (00:43:15).....	194
Nono Bloco – Recorte 8 (00:43:19).....	194
Nono Bloco – Recorte 9 (00:43:20).....	195
Nono Bloco – Recorte 10 (00:43:24).....	195
Nono Bloco – Recorte 11 (00:43:27).....	196
Nono Bloco – Recorte 12 (00:43:28).....	196
Nono Bloco – Recorte 13 (00:43:34).....	197
Nono Bloco – Recorte 14 (00:43:36).....	197
Nono Bloco – Recorte 15 (00:43:39).....	198
Nono Bloco – Recorte 16 (00:43:41).....	198
Nono Bloco – Recorte 17 (00:43:42).....	199
Nono Bloco – Recorte 18 (00:43:44).....	199
Nono Bloco – Recorte 19 (00:43:47).....	200
Nono Bloco – Recorte 20 (00:43:49).....	200
Nono Bloco – Recorte 21 (00:43:50).....	201
Nono Bloco – Recorte 22 (00:43:53).....	201
Nono Bloco – Recorte 23 (00:43:57).....	202
Nono Bloco – Recorte 24 (00:45:31).....	204
Nono Bloco – Recorte 25 (00:45:34).....	204
Nono Bloco – Recorte 26 (00:45:36).....	205
Nono Bloco – Recorte 27 (00:45:38).....	205
Nono Bloco – Recorte 28 (00:45:40).....	206
Nono Bloco – Recorte 29 (00:45:44).....	206
Nono Bloco – Recorte 30 (00:45:47).....	207
Nono Bloco – Recorte 31 (00:45:51).....	207
Nono Bloco – Recorte 32 (00:45:54).....	208
Nono Bloco – Recorte 33 (00:45:57).....	208
Nono Bloco – Recorte 34 (00:46:01).....	209
Nono Bloco – Recorte 35 (00:47:14).....	210
Nono Bloco – Recorte 36 (00:47:16).....	211
Nono Bloco – Recorte 37 (00:47:18).....	211
Nono Bloco – Recorte 38 (00:51:25).....	214

Nono Bloco – Recorte 39 (00:51:27).....	215
Nono Bloco – Recorte 40 (00:51:29).....	215
Nono Bloco – Recorte 41 (00:52:10).....	217
Nono Bloco – Recorte 42 (00:52:12).....	217
Nono Bloco – Recorte 43 (00:52:15).....	218
Nono Bloco – Recorte 44 (00:52:18).....	218
Nono Bloco – Recorte 45 (00:52:22).....	219
Nono Bloco – Recorte 46 (00:52:25).....	219
Nono Bloco – Recorte 47 (00:52:28).....	220
Nono Bloco – Recorte 48 (00:52:30).....	220
Nono Bloco – Recorte 49 (00:52:35).....	221
Nono Bloco – Recorte 50 (00:52:38).....	221
Nono Bloco – Recorte 51 (00:52:41).....	222
Nono Bloco – Recorte 52 (00:52:44).....	222
Nono Bloco – Recorte 53 (00:52:46).....	223
Nono Bloco – Recorte 54 (00:52:49).....	223
Nono Bloco – Recorte 55 (00:52:52).....	224

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO – “O VELHO NÃO TEM ARMAS. NÓS É QUE TEMOS DE LUTAR POR ELE”</b>	20
<b>TECENDO UM POSSÍVEL COMEÇO</b>	30
<b>PARTE I – DA REALIDADE À FICÇÃO, DO VISÍVEL AO AUDÍVEL: UM OLHAR SOBRE O DOCUMENTÁRIO</b>	35
1.1 TRAJETOS SOBRE A HISTÓRIA: PERCURSOS DE DESENVOLVIMENTO DO DOCUMENTÁRIO	35
1.2 POSSÍVEIS FUNCIONAMENTOS DO DOCUMENTÁRIO	37
1.3 O DOCUMENTÁRIO PENSADO PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD): OLHARES E GESTOS	42
1.4 A NOÇÃO DE SUJEITO NO DOCUMENTÁRIO: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)	56
<b>PARTE II – ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UM CONSTANTE TRANSITAR</b>	66
2.1 “CONSENTIMENTO E COERÇÃO NA ALEMANHA NAZISTA”: PELO CAMINHO DA HISTÓRIA	66
2.2 O TESTEMUNHO E A TESTEMUNHA: TENSÕES SOBRE O CONTRADITÓRIO NARRAR DA HISTÓRIA	83
2.3 E POR FALAR EM MEMÓRIA... EM LEMBRANÇAS... EM RECORDAÇÃO... EM REMEMORAÇÃO	89
<b>PARTE III – “NÓS ABAIXAMOS AS VOZES. APAGAMOS AS VELAS... E VIMOS QUE ERA O COMEÇO DO INFERNO”</b>	100
3.1 A MEMÓRIA DE UM PASSADO QUE NÃO PASSA: BLOCOS DE ANÁLISES	103
3.2 O ESPAÇO PRÓPRIO DA SIGNIFICÂNCIA: O MOVIMENTO, O DESLOGAMENTO E AS TRAVESSIAS	104
<b>DO PONTO DE CHEGADA: RAZÕES PARA FALAR DISSO</b>	227
<b>REFERÊNCIAS</b>	230

Figura 1 - Povoado de Ati-açú, em meados do ano de 1950<sup>1</sup>



Fonte: Acervo Histórico de Ati-açú. A foto foi cedida pela direção da Escola Estadual de Ensino Fundamental Raimundo Lopes da Cunha.

---

<sup>1</sup>A imagem, como fonte de significação, adquire uma importância muito particular para mim. Ela, simbolicamente, no preto e no branco, estática, transporta-me ao que foi, mas ao mesmo tempo, ao que é. Como se, pela imagem, um momento fosse congelado, para que sempre pudesse ser recuperado... Momento que, simbolicamente, aponta para o começar... o recomeçar... “[...] uma luta para manter a memória e, portanto, para manter a palavra, as histórias, os cantos que ajudam os homens a se lembrarem do passado e, também, a não se esquecerem do futuro” (GAGNEBIN, 2006, p. 15). É disso que meu avô falava ao meu pai. Meus. História, memória, lembranças, recordações. Para meu avô, uma Alemanha que ficava para trás, mas que, significativa, ainda ecoava. Para meu pai, ainda outra Alemanha. Um imaginário. Sentidos que, por todos os lados, reclamavam sua existência, se perpetuavam. Uma nova “terra”... Uma nova “promessa”... Um futuro deslumbrante aos olhos, acalento para a alma. O lugar de constituição da história. O lugar de constituição da memória que “se enraíza no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (INDURSKY, 2011). Passado, presente, futuro: intersecções nas quais o comum é a busca. Pela vida. Pela história. Pela memória. Lugares que foram vividos, que foram imaginados: “que ora precisam ceder à tensão, para descompor, desconstruir, desestabilizar, desabrigar, desintegrar o que deles e neles se sedimenta” (BRUST, 2017, p. 26). Ao avô, ao pai, ao filho. Lugar em que meu pai, na sua juventude, aprendeu ouvir os mais “velhos”. Aqueles que difundiam a memória na/pela língua: herança cultural. Assim como meu pai, aprendi a ouvir os mais “velhos”, porque – me disse – “são sábios”. Neste pequeno povoado, onde meu avô, longe da Alemanha, começou a (re)construir sua história e onde, mais tarde, meu pai também fixou raízes (que seguem presas, com vivacidade, ao chão), cresci. Ouvindo sempre os mais “velhos”, que, geração após geração, testemunhavam e celebravam sua história. Mas algo sempre faltava. Eu pensava: “– Por que precisava fugir da Alemanha?”. Isso, raramente, era contado. A vontade de saber o que se passou crescia como algo que provocava a curiosidade e a interrogação. Por isso, houve a necessidade de ouvir sobre o que aconteceu. De ouvir sobre o que foi ocultado. De ouvir sobre o que não poderia ser dito. De ouvir sobre o que, eu sabia, estava interdito. Uma terra, não *esta*, mas *aquela*, sobre a qual foi ocultado algo da história, da memória, das lembranças, das recordações, as quais, agora busco. Mesmo que sejam de outros, mas que sejam, ainda, possibilidade.



## **PREÂMBULO – “O VELHO NÃO TEM ARMAS. NÓS É QUE TEMOS DE LUTAR POR ELE”**

Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação. [...] Mas o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo e o fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens [...] O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião a alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. [...] A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda. Repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte.

(Ecléa Bosi, 1994, s. p.)

Quando Bosi (1994, s. p.) afirma que “O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele”, acreditamos que, dadas as circunstâncias, é nossa tarefa resgatar – a partir das ferramentas das quais dispomos – as vozes que a sociedade, muitas vezes, insiste em silenciar, mesmo que de forma inconsciente. Vozes estas que “são a fonte de onde jorra a essência da cultura” (CHAUI, 1979). Vozes como a de meu avô, que agora descansa em berço imaginado e que segue, ainda e permanentemente, deposto em minhas lembranças. Sua voz, condenada à interdição – constitutiva do sujeito<sup>2</sup> imigrante alemão, pode ser, mesmo que ilusoriamente, agora ouvida. Por meio das lembranças, das recordações, das histórias e da memória<sup>3</sup> de quem também vivenciou o Holocausto, durante o período da Segunda Guerra Mundial na Alemanha.

Antes, porém, precisamos – por uma perspectiva discursiva – nomear/designar o sujeito cuja voz evoca, a partir da condição de sobrevivente, uma narrativa<sup>4</sup> que acreditamos não ser necessariamente justa, nem estabelecer uma reconciliação total com o passado e, por isso, pensamos na concretização de uma possibilidade, porque “há sempre ‘muito pouco’ e ‘muito’, em função das conjunturas e das versões afetando as grandes narrativas do passado” (ROBIN, 2016, p. 37).

<sup>2</sup>Noção compreendida a partir da Análise de Discurso, que será especificada na Parte I deste trabalho.

<sup>3</sup>Quando tratamos de lembranças, recordações, histórias e memórias, referimos a determinadas noções que são importantes de serem trabalhadas e especificadas, a partir de nosso lugar de analistas de discurso. Essas noções estão elencadas no decorrer da Parte I deste trabalho, e concentram-se em seções cuja discussão sobre a noção é necessária para descrever nosso dispositivo teórico e analítico.

<sup>4</sup>Apresentamos a concepção sobre a narrativa que guia nossas reflexões na Parte I deste trabalho.

Iniciamos nosso empreendimento em busca da nomeação ou designação desse sujeito, considerando as noções propostas por Guimarães (2005, p. 9). Para o autor, a primeira noção pode ser entendida como “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, já a segunda corresponde ao que poderia ser considerando enquanto “significação” de um nome, mas que não possui laços com a abstração. Destacamos a ideia de “significação”, porque nos orienta na reflexão de que é, pela linguagem (a designação), uma propriedade relacionada ao real (simbólico), ou seja, está tomada na história como exposta ao real.

Da mesma forma que Brust (2016) lança suas reflexões sobre essa questão, apoiada em Orlandi (2014), cuja asserção se concentra no fato de que “o gesto de nomear dá existência simbólica ao ‘referente’, no processo de significação, processo determinado historicamente (linguagem/exterioridade) pela memória estruturada pelo esquecimento”, faz-se necessário, em nossa reflexão, consideramos também os discursos que estabelecem relações de sentidos pela nomeação ou designação.

Assim, acreditamos que “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo” (ORLANDI, 2009, p. 79). Dessa forma, em função da posição ocupada por nós – a de analistas de discurso, o exercício de reflexão demanda considerar a sociedade capitalista que, conforme argumenta Pêcheux (1997), determina a heterogeneidade social. Primordial é a tarefa de naturalizar o social e trabalhar com categorias, levando em conta a historicidade (SOBRINHO, 2007). Para tanto, é necessário escapar do risco de abstrair a concretude histórica do homem, que é concebido enquanto sujeito e, por isso, o cuidado com “os meios de produção” nos quais o sujeito circula, pois, ainda como aponta o último autor mencionado, “Pensar o sujeito concreto é também compreender que o discurso é prática dos sujeitos efetivando sentidos e intervindo no real”. Entendemos, Tateando nossas primeiras reflexões que:

Os discursos sobre a velhice, que se querem novos, (re)configuram os sítios de significância para interpretar a “velhice” acompanhando a dinâmica das relações sociais e assim também interferem nas práticas dos sujeitos. Desse modo, (re)organizam as filiações de sentidos e desempenham importante papel de mediadores entre os discursos já-existentes e os que estão sendo construídos enquanto desdobramentos/transformações do já-dito. Eles são capazes de lançar outros gestos de interpretação, tornar dizível o que não era dizível” (SOBRINHO, 2007, p. 135).

Inferimos, a partir da citação acima que, concomitante à tarefa de designar o sujeito de forma que seja possível instaurarmos uma categoria analítica, “[...] os sentidos e a própria vivência da velhice não são estáticos, mas sim processos. As relações sociais constituem o modo como a velhice vai ser vivida, determinando seu estatuto e também seus sentidos”

(SOBRINHO, 2007, p. 82). Buscamos traçar um percurso histórico-social que justifique nossa orientação para que ela não seja apenas mais uma dentre tantas outras que relativizam e estabilizam sentidos que não são estanques, mas que, conforme cada gesto de interpretação, assim como afirma Orlandi (2009), instauram caminhos de significação no/pelo discurso.

Peixoto (1998, p. 72, grifo do autor) argumenta que “A noção de *velho* é, pois, fortemente assimilada à decadência e confundida com a incapacidade para o trabalho: ser velho é pertencer à categorização emblemática dos indivíduos idosos e pobres”. Já a noção de “idoso”, aparentemente menos estereotipada, surge e acarreta uma forte discussão entre especialistas da área, como Lenoir (1984), pois, ao mesmo tempo em que não é tão preciso quanto o termo “velho”, instaura uma aparente empatia ou respeito maior. Pensando nisso, Peixoto (1998, p. 73-74) afirma que:

[...] trazendo consigo certa ambiguidade, o termo serve para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas. Para além do termo que homogeneiza todas as pessoas de mais idade, esta designação deu outro significado ao indivíduo velho, transformando-o em sujeito respeitado. A partir de então os problemas dos velhos passaram a constituir necessidades dos idosos.

Com as recorrentes discussões acerca das nomeações/designações e a crescente politização no mercado de trabalho, surge na França, em 1982, uma política de integração, com o objetivo de modificar político-administrativamente “a imagem de pessoas envelhecidas” (PEIXOTO, 1998, p. 75). Com isso, ocorre a criação de um vocábulo novo que representasse de maneira mais respeitosa os aposentados: a “terceira idade”. O resultado foi que:

Sinônimo de envelhecimento ativo e independência, a terceira idade converte-se a uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. A velhice muda de natureza: “integração” e “autogestão” constituem as palavras-chave desta nova definição. Assim, a criação de uma gama de equipamentos e de serviços declara a sociabilidade como o objetivo principal de representação social da velhice de hoje.

Ainda na França, ocorre outra expressão na nomenclatura: a “quarta idade”<sup>5</sup>, que:

[...] liga a terceira idade à continuidade da vida ativa através da autonomia e das práticas de sociabilidade, associando a imagem a idade biológica (da aposentadoria aos 74 anos), aproxima simultaneamente os representantes da quarta idade – os muito

---

<sup>5</sup>Segundo Peixoto (1998, p. 75), o desenvolvimento da aposentadoria na França compreende algumas principais etapas, que foram: “1910 – lei que estabelece a aposentadoria para operários e camponeses; 1930-45 – criação de seguros sociais para a velhice; 1945 – criação da Sécurité Sociale e sua extensão ao setor agrícola (1953).



velhos –, à imagem tradicional de velhice, ou seja, a decadência ou incapacidade física (PEIXOTO, 1998, p. 76-77).

Após alguns anos, já na década de 1960, no Brasil, ocorre um processo semelhante ao que ocorreu na França, envolvendo algumas designações para a velhice. Por meio dos estudos de Peixoto (1998, p. 78), compreendemos que as pessoas que pertenciam a essa faixa etária eram designadas apenas como “velhas”. A autora argumenta que o termo “velho” possuía “uma conotação negativa ao designar, sobretudo, as pessoas de mais idades pertencentes às camadas populares que apresentam mais nitidamente os traços de envelhecimento e do declínio”.

Em outras palavras, podemos entender que o uso do termo “velho” estava ligado diretamente ao “declínio da vida do indivíduo”. Um fim. Uma impossibilidade de vislumbre da vida. Rifiotis (1998, p. 85-86) lança seu olhar sobre essas questões e aponta que “a simples menção à ideia de ‘última etapa da vida’ tomada como equivalente da velhice, é por si só tão forte que faz com que ela se apresente como fato biológico universal”. Porém, com as influências vindouras da Europa, as discussões que estavam em voga penetram no Brasil de forma que, ainda segundo a autora:

As ações em favor da mudança de nomenclatura se multiplicam, as instituições governamentais adotam uma outra representação das pessoas envelhecidas; mas isso não significa a implantação de uma política social voltada especificamente para a velhice. Doravante, a categoria idoso invade todos os domínios e o termo “velho” passa a ser sinônimo de decadência, sendo banida dos textos oficiais (PEIXOTO, 1998, p. 78).

Entretanto, cabe ressaltar que não há diferenciação da terminologia em relação às camadas superiores (mais abastadas da população) ou aquelas menos favorecidas (associadas à pobreza). Em relação às políticas que envolviam a velhice, a própria população reclamou a instauração de melhorias nos asilos<sup>6</sup> para a população ao mesmo tempo “velha e pobre”. Uma aparente preocupação com um isolamento mais confortável de uma parcela da população, mas que buscava mascarar, afastar dos olhos “a velhice feia e acabada” (PEIXOTO, 1998, p. 80). Podemos compreender que são percursos semelhantes os percorridos pelo termo “terceira idade” no Brasil e na França, porém aqui:

[...] se o movimento de transformação da imagem de velho foi bem-sucedido, a criação de um sistema de proteção à velhice é ainda um esboço inacabado. A

---

<sup>6</sup>Nas palavras de Sobrinho (2007, p. 103), “O asilo se apresenta, então, contraditoriamente como: lugar onde se acolhe o abandonado (o excluído) e, ao mesmo tempo, como cativo/prisão do ‘velho’ (não pode sair), ou seja, o cárcere que aprisiona aquele que é excluído de uma sociedade baseada na produção e consumo de mercadorias, que cultua a jovialidade e a força física. O asilo é o cativo daquele que cometeu o ‘delito’ de não mais produzir”.

proposição de uma política para a velhice está ainda engavetada na mesa de um ministério qualquer (PEIXOTO, 1998, p. 80).

Compreendemos que essas transformações, que Peixoto (1998) faz referência, estão condenadas permanentemente ao inacabamento, visto que nossa própria sociedade busca – mesmo que ilusoriamente – cristalizar sentidos sobre esse espaço: “[...] trata-se de ditos que se reproduzem como ‘suficientemente satisfatórios’ para o entendimento da condição de ser velho na sociedade moderna” (SOBRINHO, 2007, p. 103). Que representação é essa, senão a do asilo como o “fim”, um lugar de espera pela morte, pois já produz o sentido de que é chegado o momento de morrer... Esse interdiscurso<sup>7</sup> da morte está constantemente perpassando o dizer sobre a velhice de várias formas, o que produz um imaginário de que a velhice é o fim da vida.

Nesse sentido, recorreremos ao que escreve Pêcheux (1997) para destacar que o interdiscurso possui dois funcionamentos: o pré-construído, na relação com os outros dizeres, e o intradiscurso, cuja importância concerne à relação entre o sistema da língua e a discursividade. É por isso, também, que o interdiscurso é o responsável pela delimitação das Formações Discursivas, que determinam aquilo que pode e deve ser dito<sup>8</sup>. De maneira geral, tratamos da articulação sintática e do discurso transversal, de forma que, em função do próprio funcionamento do pré-construído/intradiscurso possamos compreender que, neste último, são analisados os funcionamentos dos discursos em relação ao sujeito posto em questão, visto que a diferença se concentra na linearização ou não dos discursos.

É, portanto, imprescindível entendermos esse funcionamento para observarmos, assim como aponta Peixoto (1998), que ocorrem sem cessar transformações da imagem de velho em nome de interesses político-sociais<sup>9</sup>. A partir dessas reformulações da imagem do velho, podemos observar que “[...] a velhice não é um fenômeno homogêneo, ao contrário, ela é heterogênea e contraditória” (SOBRINHO, 2007, p. 82). Por isso, da perspectiva pela qual tratamos o tema, podemos considerar, na esfera discursiva, o velho/idoso, enquanto sujeito, sempre pertinente, como uma peça que compõe o processo histórico-social.

---

<sup>7</sup>Vamos discutir essa noção de forma mais aprofundada na Parte I deste trabalho, mas explicitamos de antemão que entendemos essa noção a partir de Pêcheux (1997, p. 167, grifos do autor) “*enquanto discurso-transverso* que atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constitutivos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito’, com a formação discursiva que o assujeita”.

<sup>8</sup>As noções postas aqui, em função da necessidade de esclarecimento do que discutimos em relação às nomeações/designações do sujeito em questão, estão exploradas com mais afinco na Parte I deste trabalho.

<sup>9</sup>Lembremos que a memória está imbricada nessa questão, pois movimenta sentidos sobre o velho na sociedade, por isso é necessário considerar que ela “[...] funciona também como instrumento político, próprio às coletividades, mas ela não é só isso, ela transborda, inunda, ressignifica as práticas sociais” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 27).

As transformações sofridas pela imagem do velho significam de forma que, finalmente, desencadeiam uma designação que serve, mais tarde, para a própria constituição do Estatuto do Idoso<sup>10</sup> no Brasil do século XXI, cuja base, conforme explicita Peixoto (1998, p. 81), está direcionada a pessoas mais velhas, “os velhos respeitados”, ao passo que a terceira idade designa, sobretudo, os “jovens velhos”, entendidos a partir da representação francesa, que faz com que essa categorização social seja bastante homogênea.

Questionamos: o que é ser idoso na sociedade capitalista? A resposta, talvez, esteja ainda intrincada, pois como nos aponta Chauí (1979, s. p.):

É sobreviver, sem projeto, impedido de lembrar e ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tomando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si mas somente para o outro. E este outro é um opressor. Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros.

As palavras de Chauí (1979) ajudam a refletir sobre uma importante questão: a velhice existe para quem? É, talvez, algo inventado para, além da questão biológica do “corpo que se desagrega”, uma regularização da sociedade, de forma que os saberes sobre a velhice estejam, na maioria das vezes, relacionados, como citamos anteriormente, à ideia de fim, como se o velho/idoso já não pudesse executar tarefas e mostrar-se enquanto parte essencial e integrante da sociedade. Somos, pois, engrenagens de um sistema que se interessa por nossa validade apenas enquanto não precisarmos de algum tipo de “manutenção”?

Com vistas ao trabalho de Bosi (1994), entendemos que a velhice, fator natural do ciclo da vida, assim como a cor da pele, é “tomada preconceituosamente pelo outro”. A autora afirma que “o velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo um homem”. Os coeficientes de adversidades são potencializados, “as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar”. O mundo cria possibilidades de “acessibilidade”, “confortabilidade”, mas perde a capacidade de olhar para o velho/idoso com empatia.

Estamos, portanto, em busca dos saberes e dos discursos que se relacionam com a questão do velho/idoso na sociedade e como foram construídos, paulatinamente, a partir de determinados interesses cívicos ou institucionais e que constituem, via nomeação/designação, um imaginário sobre a própria atuação do velho/idoso socialmente. Isso pode ser verificado no

---

<sup>10</sup>Observamos, ao examinar o Estatuto do Idoso, nas disposições preliminares, que ele é destinado, conforme o artigo primeiro “[...] a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

espaço do institucional quando nos detemos sobre os dicionários<sup>11</sup>. A fim de realizar tal movimento de leitura, selecionamos o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009) para observar como as nomeações se relacionam com as designações, produzindo sentidos (estabilizados e possíveis) a partir dos verbetes: ancião, velho e idoso. Abaixo apresentamos um quadro que representa, na primeira coluna, nossa escolha lexical (o verbebo) e, na segunda, a acepção encontrada no dicionário (que é, no caso, HOUAISS, 2009).

Quadro 1 - Nomes e sentidos

<b>Seleção Lexical</b>	<b>Sentidos</b>
<b>ancião</b>	(1) que ou o que tem idade avançada (2) muito velho, antigo (3) antiquado, fora de moda
<b>velho</b>	(1) que tem muito tempo de vida ou de existência (2) que data de época remota; antigo (3) que é antigo numa situação, função, profissão (4) que se deteriorou; gastou pelo uso (5) que se contrapõe ao moderno; antiquado, obsoleto (6) cuja vida ou existência é anterior à de outro indivíduo ou coisa (7) homem idoso
<b>idoso</b>	(1) que tem muitos anos de vida; velho

Fonte: Adaptado de Dicionário Houaiss (2009).

Todas essas formas acima citadas estão, de alguma forma, incorporadas ao discurso social sobre o sujeito, a partir do qual descrevemos, mesmo que brevemente, um percurso histórico através do qual foram instituídas nomeações/designações. Pelo dicionário, essas palavras e/ou expressões têm como referência esse sujeito e, portanto, pode ser designado por qualquer uma delas. Assim, como afirma Brust (2016, p. 123) sobre as relações de sentido das palavras como referências ao sujeito, compreendemos que elas “comportam [...] ou nuances ou discrepâncias ou congruências de sentido” e, por isso, acreditamos que nosso trabalho, neste

<sup>11</sup>Tomamos o dicionário a partir de Petri (2010, p. 19-20) enquanto materialidade discursiva. Dessa forma, compreendemos que a partir dele “é possível observar diferentes formas de nomear e definir as coisas do nosso mundo, prevendo múltiplas possibilidades de funcionamento deste ou daquele sentido”. Sendo assim, é, pois, o lugar do imaginário porque mesmo que alguns sentidos estejam postos, é impossível atingir uma completude que forneça todas as formas pelas quais uma palavra pode significar, considerando os variados usos, contexto e condições em que é produzida.

preâmbulo, encaminha uma tentativa de reconstrução, pelo ato evocativo em relação à designação do sujeito que, “quando feito de forma sistemática, como na situação de pesquisa, pode provocar uma certa desestabilização temporária, tanto pela intensidade com que as lembranças ocorrem quanto por seu retrabalhamento pela linguagem” (FERREIRA, 1998, p. 210).

É pensando nessas “nuances” que também trazemos à baila um segundo quadro, em que Petri e Delevati (2010, p. 64), por meio do trabalho com o dicionário em sala de aula, desenvolvem reflexões a partir de relações baseadas nas contradições que existem entre o que está dicionarizado e o que, definitivamente, possui relação com o uso em sociedade, “o que está no social da língua”. Uma espécie de provocação com relação ao que é, muitas vezes, apagado e silenciado, seja pela escola ou pelos instrumentos de ensino. Vejamos o quadro proposto pelas autoras:

#### Quadro 2 - Enunciados nos Dicionários

Sobre idoso: *quem tem muitos anos de vida; que tem muita idade; velho.*

Velho: *desusado, antiquado.*

Desusado: *que está fora de uso, que não é aproveitado; antiquado.*

Antiquado: *que está fora de moda; ultrapassado.*

Fonte: Adaptado de Petri e Delevati (2010).

Através do efeito “palavra puxa palavra” entendemos que “é necessária a incompletude do dicionário, para que mobilizemos a nossa memória discursiva, a nossa rede de significados que nos leva a diferentes interpretações, mobilizando o dito e o não dito, o novo e o velho” (PETRI; DELEVATI, 2010, p. 50). Os sentidos apontados colaboram com nossa discussão porque evidenciam que, embora haja uma diferente seleção lexical, os sentidos para “velho” são recorrentes e associados com o que está em “desuso”, “antiquado”, “ultrapassado”, como buscamos explicitar em nossa discussão em torno do sujeito velho/idoso na sociedade.

De maneira geral, entendemos que “[...] os ‘velhos/idosos’ [...] embora tenham um corpo que envelhece (orgânico)” (SOBRINHO, 2007) interpretam sua vivência sempre de um ponto de vista de outro gesto de interpretação, baseados nos seus discursos que se instauram sempre num lugar e que significam de forma diferente, a partir das diferentes posições que ocupam no discurso. Assim, enquanto uma representação do real, o discurso é fruto das relações

sociais que são determinadas pelos sujeitos, as quais estão atuando sobre ele e sobre as quais ele atua. Concomitantemente, o discurso da/sobre a velhice é uma “prática discursiva enquanto parte das práticas históricas dos sujeitos”, que lança um possível real que é sócio histórico e “atua para mantê-lo ou transformá-lo” (SOBRINHO, 2007, p. 89). Por isso, ainda de acordo com o autor:

[...] separar o discurso **do** velho/idoso e discurso **sobre** o velho/idoso só é possível para efeito de esclarecimento didático. Pois ao mesmo tempo em que o dizer é **do** velho/idoso, o dizer é **sobre** ele, visto que são dizeres que vêm de outros lugares, já-ditos que perpassam, interferem-constituem suas falas” (SOBRINHO, 2007, p. 87, grifos do autor).

A partir de orientações tomadas em um percurso de leitura ao longo de nosso trabalho, um dos objetivos delineou-se como o de mobilizar a designação de velho/idoso, de forma que, analiticamente, trataremos das noções de sujeito velho/idoso. Consideramos as condições sócio-históricas em que as palavras são produzidas, pensando que sempre poderão circular os efeitos de sentido, assim como Pêcheux (1997, p. 161, grifos do autor) afirma: “*as palavras, expressões, proposições, etc., sempre mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que o empregam*”.

Ao iniciarmos este preâmbulo, afirmando juntamente com Bosi (1994, s. p.) que “O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele”, acreditamos que os velhos/idosos foram desarmados, visto que há “exposta uma ferida aberta em nossa cultura: a velhice oprimida, despojada, banida”. Assim, a herança passada geração após geração, do avô ao pai, sobre a necessidade de ouvir os “mais velhos”, e do pai ao filho, causando, constantemente, curiosidade e interrogação sobre o que não<sup>12</sup> poderia ser ouvido – as histórias, as lembranças, as recordações, a memória do Holocausto, instaura um lugar no qual o sujeito velho/idoso conta e tem o direito de contar.

Ainda, resgatamos as palavras de Indursky (2011) e remetemos ao que discutimos, mesmo que brevemente, mais acima, sobre algumas importantes noções do âmbito da teoria da Análise de Discurso (AD), a saber: os pré-construídos, o discurso transversal, o interdiscurso, as repetições, todas essas noções nos remetem à noção de memória, que perpassa de uma forma ou outra todo o nosso trabalho e, por isso, instaura o lugar para que possa ser contada e ouvida

---

<sup>12</sup>Essa negação sobre o querer ouvir, a impossibilidade que residia na interdição (censura velada), constitui o que entendemos, hoje: mesmo no silêncio meu avô estava permitindo a movimentação dos sentidos. Assim como nos ensina Orlandi (1997, p. 13), o silêncio corresponde à “respiração (o folego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”. Exploraremos tais questões na Parte II deste trabalho.

(a memória do Holocausto). São, portanto, “[...] diferentes funcionamentos discursivos através dos quais a memória se materializa no discurso” (INDURSKY, 2011, p. 68). E, especificamos desde já, com vistas ao que escrevem Scherer e Taschetto (2005, p. 122): “memória é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção”. Ela pode “deixar marcas nos tempos desjuntados” e, mesmo que seja esquecida, juntamente com o sujeito velho/idoso, significa ecoando sentidos no passado-presente-futuro.

## TECENDO UM POSSÍVEL COMEÇO

Um galo sozinho não tece a manhã:  
 ele precisará sempre de outros galos.  
 De um que apanhe esse grito que ele  
 e o lance a outro: de outro galo  
 que apanhe o grito que um galo antes  
 e o lance a outro; e de outros galos  
 que com muitos outros galos se cruzam  
 os fios de sol de seus gritos de galo,  
 para que a manhã, desde uma tela tênue,  
 se vá tecendo, entre todos os galos.  
 (João Cabral de Melo Neto, 2012, p. 237)

Desde quando o crepúsculo, deposto pela luz do sol e imerso na contagem infindável dos dias cede lugar ao brilho, mesmo que tímido de um novo amanhecer, o verbo se faz vida. Tece um novo dia, uma nova possibilidade, um novo começo. No vilarejo, às vezes secretamente escondido pela opacidade da neblina, que insistia em persistir, da casa de meus avós, que agora permanecem significando graças a lembranças, era possível ouvir uma orquestra que, sem medir esforços, construía o sempre constante recomeço. Mesmo que jamais possa ser localizada a origem, o galo que com o primeiro canto desestagnou a inércia constitutiva das manhãs, sempre há o galo que começa, em função do seu instinto natural, pelo qual está condenado e ser a origem – ao menos em nossa cultura, mesmo que ilusória, mas ainda constitutiva e indispensável ao início do novo.

Nós, enquanto sujeitos, nessa também ilusória intenção de ser a origem, de criar algo novo, somos movidos. Porém é sempre difícil, ainda que seja preciso começar, visto que o começo é, pois, inevitável (PETRI, 2004). Somos, portanto, movimento, assim como o discurso que, etimologicamente, “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por” (ORLANDI, 2009). Primordialmente, nossa busca, enquanto analistas de discurso é por “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009). A língua que, por meio do sujeito, faz história.

Trabalhamos, pois, com o passado, ou melhor, com as possibilidades de olhar para o passado, de significá-lo. Nas e pelas maneiras de como ele se materializa no presente, se enraíza nos espaços<sup>13</sup>. Habita a história, a memória, as lembranças, as recordações. Entretanto, esse passado não é livre, visto que nenhuma sociedade corre o risco de deixá-lo ao sabor de seu siamês, o tempo. Ele pode ser “regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou

---

<sup>13</sup>Entendemos a noção de espaço a partir de Orlandi (2011, p. 20), enquanto “espaço material, parte das condições de produção dos sentidos que aí se constituem, se formulam e circulam. Espaço histórico e simbólico. Espaço de interpretação”.



odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente” (ROBIN, 2016, p. 31). O presente, que é também uma invenção da qual o homem se fez escravo e, na sua relação com o passado, é heterogêneo e constantemente atravessado por temporalidades não-lineares e possibilita, portanto, o canto, o dizer, o que sempre parece ser novo, mas não é. Assim, entendemos que na sua relação com o passado, não há memória justa. Não há possibilidade de reconciliação com o passado. “Há ‘muito pouco’ e ‘muito’, em função das conjunturas e das versões afetando as grandes narrativas do passado” (ROBIN, 2016, p. 37).

Pela perspectiva da Análise de Discurso (AD), fonte da qual bebemos, acreditamos que a história e a memória não se materializam no eixo da formulação apenas por enunciados verbais, mas, como apontamos no preâmbulo, também na imagem, porque ela sustenta os múltiplos sentidos, as múltiplas interpretações (ORLANDI, 2009). Assim, através da perspectiva discursiva temos “o discurso e o sujeito, as formações discursivas, ideológicas e imaginárias e a memória em funcionamento em duas instâncias: como interdiscurso (constituição) e como intradiscurso (formulação), que são noções básicas” (VENTURINI, 2009, p. 33). É esse processo que nos possibilita observar o funcionamento do imaginário do sujeito<sup>14</sup>.

O imaginário se constitui nas relações que possui com o simbólico e por isso cria possibilidades de representação. Portanto, destacamos aqui, algumas diferenças entre o real e o simbólico, apoiados em Venturini (2009, p. 122-123), e entendemos que há uma contraditória relação entre o real e o simbólico que se dá na linguagem, com base no possível e no impossível de dizer, visto que “de um lado, a única possibilidade de o sujeito desnudar-se e constituir-se como tal e, de outro, a constatação de que a falta e a falha são constitutivas dele, pela impossibilidade de captar o real pela linguagem e de nada ser sem ela”. Assim, o simbólico funciona como a possibilidade de constituição de um imaginário e pode realizar-se a partir de duas vertentes: “vertente significante do simbólico, que associa o simbólico ao real e representa a volta do real, e a vertente sígnica do simbólico, associando-o ao imaginário”. Ambas as vertentes auxiliam no destaque do lugar do sujeito “no campo do simbólico como ‘entre significantes’”.

Essa constituição do sujeito como “entre significantes” possibilita que ele possa se voltar tanto ao real quanto ao imaginário e, portanto, constitui-se a partir deles. Ademais, o sujeito:

---

<sup>14</sup>Todos os conceitos ou noções citadas aqui, cuja relação consiste no que entendemos por sujeito, serão melhor trabalhados na Parte I deste trabalho.

[...] pelas projeções imaginárias, antecipa-se ao interlocutor e coloca-se no lugar do outro e no seu próprio lugar para dizer ou não dizer o que diz. Isso significa que as palavras e os enunciados têm sentido na formação discursiva em que se inscrevem, não fora dela. A inscrição do sujeito numa formação discursiva (doravante FD) representa na linguagem as formações ideológicas, num funcionamento em que se constitui como lugar material da ideologia (VENTURINI, 2009, p. 34).

Esse funcionamento que buscamos observar por meio dos testemunhos do velho/idoso, enquanto sujeito – sujeitos na condição de sobrevivente do Holocausto – permite-nos mobilizar a noção de memória e os seus diferentes funcionamentos de forma que, no interior do documentário que tomamos como objeto, seja possível também explicitar o espaço do testemunho, sem esquecer que “[...] esse extermínio não deveria deixar nenhum rastro” (ROBIN, 2016, p. 218). Tudo o que investigamos constitui pequenos fragmentos dos rastros da história e da memória, as quais foram destinadas, intencionalmente, ao esquecimento. O testemunho do velho/idoso, do ponto de vista na Análise de Discurso (AD), configura-se enquanto uma relíquia porque, pouco a pouco, as testemunhas desapareceram e, com isso, seus próprios discursos ou, ainda, evanesce “[...] a *singularidade* intransmissível de sua experiência” (KERTÉSZ, 2009 *apud* ROBIN 2016, p. 238, grifo da autora). Essa narrativa, que por muito tempo não é escutada, leva ao que Robin (2016, p. 146-147) toma como mote de reflexão:

A narrativa dos sobreviventes é esartejada entre uma narrativa não diretiva e espasmos, irrupções de incongruência que são os momentos de verdade. São temporalidades diferentes que se chocam e rangem. Não somente o ato de rememoração, o momento presente que olha para o passado, mas no centro do próprio passado, o antes e o depois, correntes de casualidade, de explicações e descrições; e momentos que estão como fora do tempo, suspensos, que vêm de outro tempo, sem temporalidade, de um absoluto não simbolizável que não possui palavras.

Por isso afirmamos que a história oral, a qual temos acesso por meio das narrativas orais – os testemunhos – compreende apenas uma parcela, seja da história, seja da memória. Oferece-nos uma possibilidade de interpretação, pois a falta é constitutiva do discurso e é própria da linguagem (ORLANDI, 1996). Por sua vez, os recortes discursivos<sup>15</sup>, selecionados a partir do discurso do velho/idoso – o ato de testemunhar instaura o discurso – sobre o Holocausto, configuram-se, via documentário, como textualidade e por isso nos interessa, visto que organiza essa discursividade (em relação à língua e a sua materialidade) que, está condenada à significação, à pluralidade de sentidos.

---

<sup>15</sup>O que entendemos por recortes discursivos está explicitado na Parte I deste trabalho.

Assim, no desenvolvimento da dissertação, nosso tecer está amarrado em três nós ou, como nomeamos, três partes que amarram nossas reflexões. Na primeira, intitulada **Da realidade à ficção, do visível ao audível: um olhar sobre o documentário**, apresentamos o nosso tema e delineamos, pouco a pouco, nosso dispositivo teórico e analítico de pesquisa. Nesta parte, elencamos o trajeto de desenvolvimento do documentário, enquanto gênero, traçando, historicamente, seus percursos de desenvolvimento, bem como suas formas de funcionamento para, posteriormente, pensarmos no documentário a partir da Análise de Discurso (AD), lançando nossos olhares e gestos para, conseqüentemente, adentrarmos numa discussão centrada na noção de sujeito e trazermos à baila as demais noções que incidem sobre nossas análises, definindo-as e estabelecendo relações.

Na segunda parte, intitulada **Entre a história e a memória: um constante transitar**, explicitamos o nosso olhar sobre o que consideramos como os principais fatos históricos que ocorreram a partir do ano de 1933, na Alemanha, quando o governo nazista, sistematicamente, chegou ao poder. Então, discorremos sobre as principais manobras executadas por Adolf Hitler e seus apoiadores a partir do referido ano, até 1945, quando o líder comete suicídio e, dessa forma, pelo que consideramos um constante “transitar” entre a história e a memória, demarcamos o caminho que leva a população alemã do consentimento à coerção. É por meio do desenvolvimento dessas questões que estabelecemos, também, reflexões sobre as “tensões” do “contraditório narrar da história”, via testemunho e testemunha, de modo que possamos assinalar seus lugares de importância no documentário e também na história, sempre considerado o ponto de vista discursivo. Sobretudo, é nesta parte que nos debruçamos sobre as noções de memória, lembrança, recordação e rememoração, explicitando os funcionamentos e importâncias que adquirem em nossa pesquisa.

Na terceira parte, intitulada **“Nós abaixamos as vozes. Apagamos as velas... E vimos que era o começo do inferno”**, empreendemos nossas análises sobre o *corpus* de pesquisa que selecionamos a partir do documentário “Sobreviventes do Holocausto” (que está explicitado na seção “1.3 O documentário pensado pelo viés da Análise de Discurso (AD): gestos e olhares”), momento em que voltamos nossa atenção para o testemunho do sujeito velho/idoso. Para tanto, elaboramos nove blocos, nos quais estão dispostos alguns recortes, a partir dos quais buscamos, partindo da simbolização da passagem do tempo, considerado o Holocausto enquanto acontecimento, investigar como as diferentes temporalidades – vistas a partir do testemunho do sujeito velho/idoso – são relacionadas aos diferentes objetos simbólicos e de que forma o sujeito velho/idoso simboliza isso em seu discurso, entendido enquanto discurso testemunhal, para que

possamos refletir, sobretudo, no funcionamento da memória e no imaginário possível do sujeito velho/idoso em relação ao acontecimento: o Holocausto.

Frente ao nosso processo de escritura, então, assim como os galos que canto após canto tecem um novo amanhecer, reunimos alguns testemunhos que estabelecem redes de sentido e possibilitam refletir sobre o funcionamento da memória, mas também da história, nessa constante tensão, na qual as diversas versões apontam para um imaginário acerca do Holocausto e marcam o lugar do sujeito velho/idoso, enquanto testemunha/sobrevivente que, por meio de seu testemunho, produzem um “efeito de memória” (COURTINE, 1999). Por isso, assim como a memória, que é contraditória, frágil e sujeita à interpretação, baseados no que Pêcheux (1999, p. 50) postulou, entendemos que ela deve ser entendida “não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador”. Ademais, também nos desdobramos, como a memória que se esburaca e se perfura, “antes de desdobrar-se em paráfrase” (p. 53). Estamos no lugar da desregularização e do deslocamento. Sempre fomos desregularização e deslocamento. Hoje e sempre, somos possibilidade de paráfrase.

Nos versos de Carlos Drummond de Andrade<sup>16</sup> “Todos nasceram velhos – desconfio”, nós também desconfiamos. E investigamos. Perambulamos por “ruas que existiram sempre” e “nunca deixarão de estar”. Lugares que foram apontados pelo meu avô ao meu pai e depois a mim. Uma memória que é herança, que significa, que ecoa, sempre à mercê dos sentidos. E eu? “Sigo, seco e só, atravessando a floresta dos velhos”.

---

<sup>16</sup>Nos referimos ao poema “Os velhos”, de Carlos Drummond de Andrade. A versão completa pode ser consultada em: <http://www.elfikurten.com.br/2014/07/carlos-drummond-de-andrade-antologia.html>.

## PARTE I – DA REALIDADE À FICÇÃO, DO VISÍVEL AO AUDÍVEL: UM OLHAR SOBRE O DOCUMENTÁRIO

Expressam nossa compreensão sobre o que a realidade foi, é e o que poderá vir a ser [...]. É esse o encanto do documentário.

(Bill Nichols, 2005, p. 27)

### 1.1 TRAJETOS SOBRE A HISTÓRIA: PERCURSOS DE DESENVOLVIMENTO DO DOCUMENTÁRIO

Quando, no início da história da humanidade, o homem começa a desenhar nas paredes das cavernas, com o duplo intuito – mais ou menos consciente – de comunicação e registro de suas práticas cotidianas, por uma forma não verbal de representação, cria um “canal de diálogo e um processo de registro” de algumas das observações que faz do mundo que o rodeia (PERIAGO, 2006). Através de seus dedos escorrem suas histórias, cuja realidade é representada na/pela imagem que, por ser um “arquétipo interpretativo” de um acontecimento<sup>17</sup>, possibilita que a representação<sup>18</sup> seja considerada bastante próxima da realidade. As produções de um tempo mais longínquo, conhecidas como “obras rupestres”:

[...] datam da pré-história e foram encontradas em diversos locais do nosso planeta. Esses desenhos tornaram-se, hoje em dia, fontes de informações para estudos da comunicação porque são representações imagéticas resultantes da mente humana. Nesse sentido, o desenho é uma reprodução de uma imagem mental originada por um processo cognitivo e cultural. Assim, percebe-se que o homem, desde os tempos mais primitivos, sentiu a necessidade de criar formas de registros para transmitir o seu conhecimento e preservar a própria história. Trata-se de um processo documental que traz à tona a memória de acontecimentos gerados em determinado tempo e espaço (PERIAGO, 2006, p. 7).

O registro, assim, é um procedimento capaz de integrar a realidade de nossa sociedade, ao mesmo tempo de maneira individual e coletiva. A imagem, por sua vez, é uma das primeiras formas usadas para a “difusão de conhecimento e de registro da história antes mesmo da própria escrita” (PERIAGO, 2006, p. 7). O mesmo autor afirma que, em meados do ano de 5.000 a.C., o povo chinês criou algo que está relacionado diretamente com o cinema, no intuito de contar histórias e que é conhecido até hoje como o “Jogo das Sombras”. Trata-se de uma forma, ainda

<sup>17</sup>Quando falamos em acontecimento, estamos pensando no fato histórico e social. Retomaremos a reflexão sobre essa noção na Parte II deste trabalho.

<sup>18</sup>Lembremos a questão posta por Foucault ([1973] 2008): O que significa escrever “Isto não é um cachimbo” embaixo de uma pintura que não é nada mais que “um cachimbo”? Estamos falando em representação, porque a imagem não é uma realidade, mesmo que ilusoriamente pareça fiel ao objeto real. O que observamos, nesse caso, é que o cachimbo da imagem proposta por Foucault não pode ser fumado, pois é imagem, não a sua realidade. O que possui vínculo com o real é apenas o objeto em si mesmo.

primitiva, de expor imagens (as sombras) sobre telas feitas de linho que “eram produzidas por artistas que utilizavam as mãos para criar figuras de animais, pessoas, etc. Por trás da tela, existia uma fonte de luz, provavelmente de uma fogueira, que iluminava as mãos ou, em outro formato, marionetes” (p. 13). Assim, os artistas já começavam a narrar as histórias. Isso possibilitou o início da história do cinema na sua intersecção com a história da fotografia, a partir de um princípio básico: “o processo de captação da imagem”. Esses subsídios desencadearam a criação da câmara escura, através dos estudos do físico napolitano Giambattista Della Porta, no século XV. Esse equipamento:

[...] era uma sala escura com um orifício em uma das paredes. O princípio é o mesmo para o cinema e para a fotografia. A luz refletida de um objeto entrava na sala por meio do orifício e a imagem desse objeto era refletida na parede oposta. Mais tarde, a câmara escura foi construída em uma caixa e recebeu, no lugar do orifício, uma lente biconvexa. Na outra extremidade onde a imagem se configurava, era colocada uma folha de papel onde se podia copiar a imagem com alguma forma de grafite. O processo de captação da câmara escura é o mesmo do cinema, porém a forma de registrar a imagem era bem diferente. Na câmara escura se copiava a imagem em um papel e no cinema a imagem sensibiliza um componente químico existente em uma película (PERIAGO, 2006, p. 14).

Com a evolução tecnológica, desenvolvida pelo homem sobre a máquina, o uso e transmissão de imagens<sup>19</sup> foi paulatinamente propagado e aperfeiçoado. Isso viabilizou o trilhar de percursos que encaminham, como dizemos, para a origem do cinema, que é atribuída por muitos historiadores aos irmãos franceses Auguste e Louis Lumière. Sua invenção consiste na apresentação de um equipamento – resultado de patenteamento – que ficou conhecido como cinematógrafo<sup>20</sup>, o qual permitiu que as primeiras imagens fossem projetadas, por meio dos fotogramas<sup>21</sup>, não só estaticamente, mas também em movimento.

Em busca do desenvolvimento, cada vez mais acelerado do trabalho com a imagem, os irmãos Lumière contrataram um grupo de fotógrafos e distribuíram para cada um deles um exemplar do cinematógrafo. Esses primeiros profissionais da época ficaram conhecidos

---

<sup>19</sup>O desenvolvimento profícuo da arte a partir da imagem faz com que autores como Nichols (2005, p. 18) afirmassem que “A pintura e o desenho parecem uma imitação pálida da realidade quando comparados com as representações nítidas, altamente definidas e precisas disponíveis nos filmes e nas telas dos computadores”. Tanto que, em consonância com as necessidades do homem, a imagem, primeiramente utilizada nas paredes de cavernas, com fins já citados anteriormente, assume cada vez mais um papel de importância na sociedade, principalmente, quando passa a integrar o campo médico, facilitando a obtenção de imagens de raios X, bem como de exames de ressonância magnética e tomografia computadorizada.

<sup>20</sup>Periago (2006, p. 12) explica que: “O aparelho funcionava por meio de uma manivela que fazia o filme negativo entrar em movimento. A movimentação permitia que cada fotograma fosse sensibilizado pela luz, que entrava através da lente do aparelho. A película era revestida por uma composição de cristais de sais de prata que reagem ao serem atingidos pela luz. Essa reação química ocasionava o registro da imagem no fotograma”.

<sup>21</sup>De acordo com Periago (2006), trata-se de da unidade impressa no filme cinematográfico, cuja sensação do movimento ocorre através da movimentação de 24 fotogramas por segundo.

historicamente como “Les Chasseurs d’Images”<sup>22</sup>, cuja missão consistia em difundir para todos os países o cinematógrafo, bem como, em cada um deles, realizar filmagens que pudessem dar sequência ao constante trabalho que estava sendo realizado. Com base nos estudos de Periago (2006) é possível afirmar que, graças ao movimento organizado pelos irmãos Lumière, em 1886, um desses “caçadores de imagem” conseguiu produzir o que é considerada a primeira reportagem cinematográfica, realizada durante a coroação de Czar Nicolau II em Moscou.

A imagem<sup>23</sup> que, mesmo estática, se abria para incontáveis possibilidades de interpretação, decreta a potencialização dos sentidos, dos significados. Desde a sua criação e os consequentes processos de aprimoramento, até a criação do filme de celulóse, pelo inventor norte-americano Thomas Alva Edison<sup>24</sup>, que patenteia o que designou como cinetógrafo (que seria, mais tarde, considerado como o antecessor das câmaras de filmagem), “o processo de construção da linguagem cinematográfica desenvolve-se com a colaboração de diversos cineastas que foram percorrendo caminhos diferenciados em busca de novas formas de expressão dentro de suas obras” (PERIAGO, 2006, p. 21).

## 1.2 POSSÍVEIS FUNCIONAMENTOS DO DOCUMENTÁRIO

Considerar a história sobre a qual discorreremos serve-nos como um ponto de referência para entender o nosso próprio objeto de análise: o documentário<sup>25</sup>. Ramos (2008, p. 11) nos diz que houve, porém, certa problematização para a instauração do documentário, enquanto gênero do cinema. Essa afirmativa justifica-se pelo fato de que a teoria do cinema foi “fascinada” por muito tempo pelo “efeito ficção”, mas que, pouco a pouco, volta-se para “sua função social e

<sup>22</sup>“Caçadores de imagem”, segundo a tradução apresentada por Periago (2006).

<sup>23</sup>Aproveitamos o ensejo do trabalho com os desenvolvimentos da imagem até a origem do cinema enquanto gênero, para citar a importância do fenacístoscópio, que possibilitou, ainda que ilusoriamente, os movimentos das imagens. A invenção é do físico belga Joseph-Antonie Plateau quando, a partir do equipamento, calculou o tempo de persistência reptiliana (a fração de segundos pela qual a imagem permanece na retina). Periago (2006, p. 15) descreve esse processo que, para acontecer, “era necessário que dez imagens fixas se alternem em um tempo de um segundo. Esse é o conceito do cinema que, na atualidade, utiliza 24 imagens (fotogramas) por segundo para criar a ilusão do movimento. O equipamento era um disco constituído por desenhos em sua borda externa. Cada desenho tinha uma posição diferente do outro e, assim que o disco girava, os desenhos ganhavam o movimento”.

<sup>24</sup>Também foi o responsável pela criação do cinetoscópio, primeiro equipamento que permitiu a projeção fílmica. Periago (2006, p. 17) nos ensina que se trata de um tipo de aparelho composto por uma espécie de gabinete fechado, no qual há um visor na sua parte superior. “Dentro do aparelho eram colocados filmes que circulavam em carretéis, o que permitia a geração do movimento das imagens”.

<sup>25</sup>Retomar, ainda que brevemente, o percurso histórico-cinematográfico oferece-nos um panorama geral sobre o desenvolvimento das técnicas que, mais tarde, fornecem subsídios para a criação do documentário, enquanto gênero do cinema, cuja produção precursora é o filme “Nanook of the North”, produzido por Robert Flaherty, um cineasta norte-americano, com estreia em 1922. A produção abordava a luta em busca da sobrevivência, travada por uma família de esquimós, no Círculo Polar do Ártico, Canadá (PERIAGO, 2006, p. 22).

cidadã”. Assim, ainda segundo o autor, há outro tipo de enfoque pelo qual “o documentário informa, milita, permite transformar o real”. De maneira geral, compreende-se que o documentário estabelece seu funcionamento por meio de:

[...] uma narrativa com imagens-câmera que estabelece *asserções* sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo. A natureza das *imagens-câmera* e, principalmente, a *dimensão da tomada* através da qual as imagens são constituídas determinam a singularidade da narrativa documentária em meio a outros enunciados assertivos, escritos ou falados (RAMOS, 2008, p. 22, grifos do autor).

Cabe ressaltar que as origens do gênero, segundo Periago (2006, p. 22), derivam da reconstrução de uma narrativa baseada em fatos, cujo entendimento do próprio termo relaciona-se “com a sensação de veracidade que esse gênero edificou, de que o que está sendo mostrado possui origem realista devido ao registro obtido por meio da imagem e do som”. Acrescentamos, também, o fato de o documentário realizar a transmissão de “impressões” ligadas à “autenticidade”<sup>26</sup> (NICHOLS, 2005, p. 28), mas que pode e reflete a “aparência” daquelas pessoas que estão participando da produção do filme<sup>27</sup>. Todas essas asserções implicam, ainda, como nos ensina Ramos (2008, p.31), em estabelecer relações com o “mundo histórico”, de forma que demande assertivamente “a reconstituição e a interpretação de um fato que, no passado, teve a intensidade de presente”.

Em outras palavras, o documentário compreende: “[...] um processo de registro que envolve uma composição com diversas formas discursivas que se mesclam para a formação de um enunciado” (PERIAGO, 2006, p. 24). Falamos, destarte, num conjunto que, no seu funcionamento, mobiliza desde “o discurso verbal (fala), o não verbal (gestos, expressões) se unem com os discursos da escrita (legendas e GC) e com o visual (imagens, animações)”

---

<sup>26</sup>A autenticidade enquanto questão problematizante no funcionamento do documentário é sempre algo a ser considerado, pois reflete não apenas na produção de um documentário, como também na sua divulgação e consequentes respostas dos espectadores. Ao pensar nisso, Nichols (2005, p. 23) esclarece que: “Os meios digitais fazem-nos lembrar, ainda mais forçosamente que o filme e o vídeo, de quanto nossa crença na autenticidade da imagem é uma questão de fé, para começar. As técnicas digitais de gravação e edição de imagem podem se iniciar com uma imagem gerada sem referente algum no mundo histórico”. Assim, mesmo que exista um referente ou, ainda, uma determinada pessoa ou acontecimento real, podem haver modificações de sons e imagens de forma que a modificação não ocupe o mesmo “status” do que se designa como versão “original”.

<sup>27</sup>Para Nichols (2005, p.25) todo filme é, pois, um documentário. Por isso, estabelece uma diferenciação: (1) documentários de satisfação de desejos e (2) documentários de representação social. O primeiro compreende as produções chamadas de ficção que “expressam de forma tangível nossos desejos e sonhos, nossos pesadelos e terrores. Tornam-se concretos – visíveis e audíveis – os frutos da imaginação”. Já o segundo trabalha com a chamada “não ficção” e tem como resultado os filmes que “representam de forma tangível aspectos de um mundo que já ocupamos e partilhamos. Tornam visível e audível, de maneira distinta, a matéria de que é feita a realidade, de acordo com a seleção e organização realizadas pelo cineasta”. Apesar de tal diferenciação, “ambos os tipos de filme pedem que os interpretemos”.



(PERIAGO, 2006, p. 24) e isso viabiliza uma relação de diálogo constante entre o documentarista, o personagem e o espectador.

Para completar, segundo a autora, os múltiplos discursos possíveis no interior de um documentário “estabelecem uma combinação de enunciados” e sempre estarão ligados com as proposições ou os pontos de vista do documentarista em relação aos temas propostos para a abordagem. Portanto, a interação constrói sentidos na/pela narrativa localizada no documentário. O funcionamento, porém, não pode ser entendido enquanto definição, visto que o processo variado pelo qual se pode desenvolver um documentário, ocasiona a dificuldade de definição, posto que, conforme Nichols (2005), não basta um verbete de dicionário para defini-lo. Nas suas palavras:

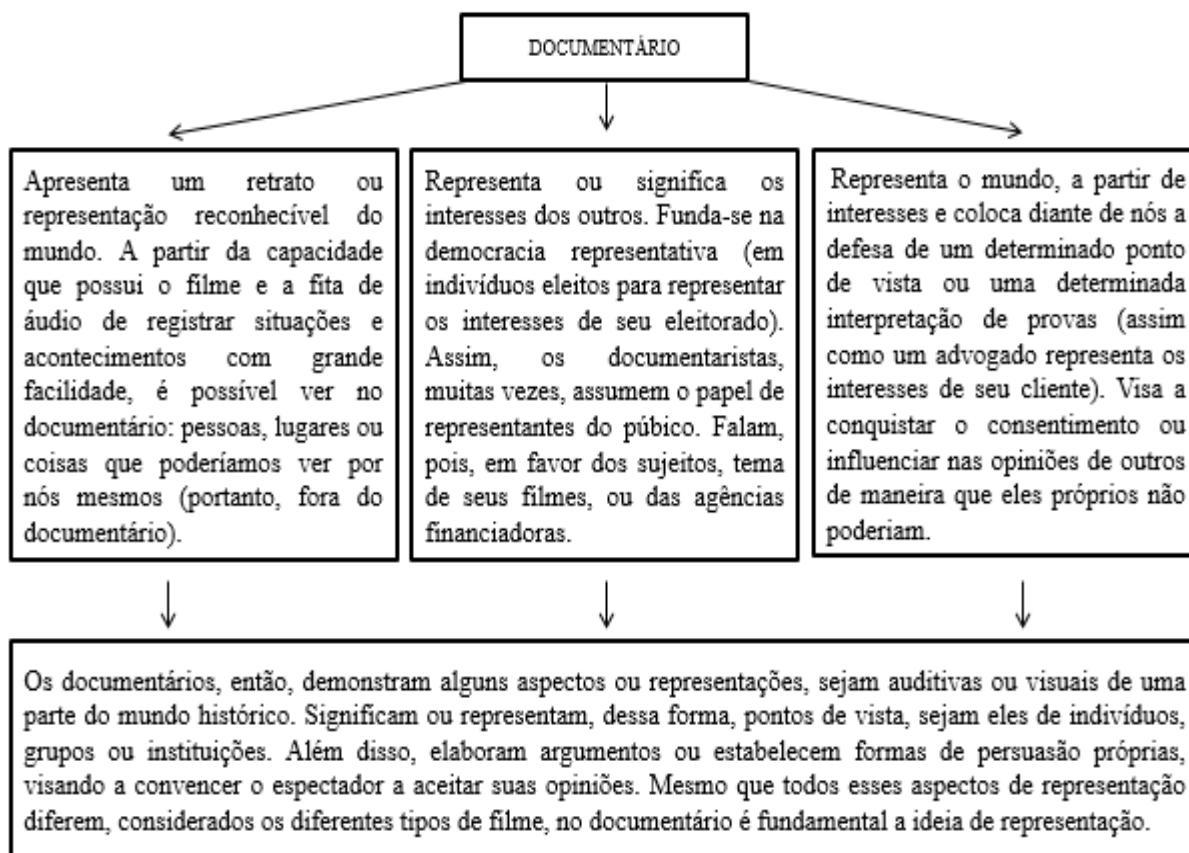
Os documentários não adotam um conjunto fixo de técnicas, não tratam de apenas um conjunto de questões, não apresentam apenas um conjunto de formas ou estilos. Nem todos os documentários exibem um conjunto único de características comuns. **A prática do documentário é uma arena onde as coisas mudam.** Abordagens alternativas são constantemente tentadas e, em seguida, adotadas por outros cineastas ou abandonadas. Existe contestação. [...]. Aparecem casos exemplares, que desafiam as convenções e definem os limites da prática do documentário. **Eles expandem e, às vezes, alteram esses limites** (NICHOLS, 2005, p. 28, grifos nossos).

Apesar de apresentarem diversas formas possíveis de trabalho, pelo fato de os documentários representarem o mundo histórico por meio de uma moldagem, isso sempre será possível graças ao registro fotográfico<sup>28</sup> de aspectos do mundo, a partir de perspectivas ou pontos de vista particulares. Em suas reflexões a autora propõe, então, o engajamento do documentário com o mundo, a partir de três maneiras, como pode ser observado no esquema que elaboramos:

---

<sup>28</sup>Entendido enquanto um registro de imagem, seja ela estática ou não e, portanto, não implica no sentido estrito de fotografia.

Figura 2 - Esquema do Documentário



Fonte: Adaptado de Nichols (2005).

Através desse esquema<sup>29</sup> podemos refletir que as histórias apresentadas nos documentários “pedem” que as interpretemos (Nichols, 2005, p. 27), de modo que a interpretação seja, então, uma questão de compreensão em relação às formas e às organizações que transmitem determinados significados e valores. Por isso, a definição de documentário sempre será “relativa ou comparativa” e, jamais, terá compromisso de reprodução fiel da realidade<sup>30</sup>, pois:

Se o documentário fosse uma *reprodução* da realidade, esses problemas seriam bem menos graves. Teríamos simplesmente a réplica ou cópia de algo já existente. Mas ele não é uma reprodução da realidade, é uma *representação* do mundo em que vivemos. Representa uma determinada visão do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos nos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados sejam familiares. Julgamos uma reprodução por sua fidelidade ao original – sua capacidade de se parecer com o original, de atuar como ele e de servir aos mesmos

<sup>29</sup>O esquema é baseado no que escreve Nichols (2005).

<sup>30</sup>O descompromisso necessário com a realidade auxilia a entender também o porquê de o documentário não poder ser entendido como um documento (no sentido estrito do termo). Contudo, é necessário destacar que a característica documental pode estar contida no documentário, como adianta Nichols (2005), quando argumenta que um dos elementos do documentário poderá, justamente, estar relacionado ao uso de documentos para determinados fins.

propósitos. Julgamos uma representação mais pela natureza do prazer que ela proporciona, pelo valor das ideias ou do conhecimento que oferece e pela qualidade da orientação ou da direção, do tom ou do ponto de vista que instila (NICHOLS, 2005, p. 47-48, grifos da autor).

Pelo fato de ser uma representação do mundo e apresentar um ponto de vista singular, o documentário possui uma voz própria. Ela será, pois, “o meio pelo qual esse ponto de vista ou essa perspectiva singular se dá a conhecer” (NICHOLS, 2005, p. 73). A figura anteriormente apresentada na forma de esquema, fornece alguns dos subsídios necessários para entender essa questão: ao conceber a presença de uma voz no documentário, podemos atribuir a ela a capacidade de defender causas, apresentar argumentos ou sustentar e transmitir pontos de vista, assim, será “a maneira especial de expressar um argumento ou uma perspectiva”. A voz possui, portanto, estreita relação com o estilo que molda o tema apresentado ou, no caso da ficção, a forma como as tramas desenrolam-se.

É importante, conforme a autora, observar que no documentário o estilo traduz o ponto de vista do diretor em relação ao mundo histórico “em termos visuais” que sempre estarão, por sua vez, relacionados ao desenvolvimento do tema. Já na ficção, o estilo se relaciona com a forma com que o diretor transpõe a história para a forma visual de acordo com o tema. Isso nos interessa, sobretudo, pelo fato de ambas as formas de estilo, mesmo que distintas, apresentarem um imaginário sobre algo: a ficção lança um imaginário distinto do mundo, ou seja, propõe outra forma de pensar sobre os fatos e as coisas, ao passo que o estilo<sup>31</sup> no documentário, na sua relação com o mundo histórico, revela seu imaginário. Assim, como afirma Fernandes (2018, p. 83), “o documentário não tem contornos precisos”, evidenciando a “fluidez” que é constante em suas “fronteiras” e o que faz estar localizado no “entre-meio” daquilo que é colocado como a realidade ou como a ficção.

Além desses movimentos, vale sublinhar que o documentário também possui períodos que contribuem no sentido de proporcionar definições específicas, bem como possibilitar as diferenciações perante os outros tipos de filme. Por isso é imprescindível lembrar sempre que as formas pelas quais o documentário pode ser entendido, significado no/pelo espectador “[...] adquirem importância num determinado tempo e lugar, mas persistem e tornam-se mais universais que os movimentos” (NICHOLS, 2005, p. 63), por isso podem ser veiculadas e ressignificadas de acordo com os lugares que são reproduzidas.

---

<sup>31</sup> Assim, a voz do documentário “fala por intermédio de todos os meios disponíveis para o criador” (NICHOLS, 2005, p. 76). Os meios estão relacionados com as possibilidades de arranjos de sons e imagens, frutos da lógica de elaboração.

### 1.3 O DOCUMENTÁRIO PENSADO PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD): OLHARES E GESTOS

Estreitamos, paulatinamente, as relações do documentário – sua concepção e funcionamento – com o que interessa sobremaneira em nosso estudo: o documentário enquanto processo de registro que possibilita a interpretação. Um gesto de interpretação, como orienta Orlandi (2012). Esse estreitamento dirige nosso dissertar para o que julgamos ser o momento oportuno para especificarmos qual documentário ocupa o “status” de nosso objeto de análise: trata-se, pois, de uma produção realizada nos Estados Unidos, em 1996, com 70 minutos de duração, por Steven Spielberg, June Beallor, James Moll e Jacoba Atlas, com direção de Allan Holzman, intitulado “Sobreviventes do Holocausto” <sup>32</sup>(“Survivors of the Holocaust”).

O documentário é resultado, em parte, de uma gama de testemunhos ouvidos por Steven Spielberg enquanto estava filmando “A Lista de Schindler”<sup>33</sup>, quando teve contato com centenas de dramáticos relatos de sobreviventes do Holocausto. A partir dessa produção surgiu a ideia de serem registradas e catalogadas as histórias para que pudessem ser acessadas e aproveitadas pelas gerações<sup>34</sup> futuras. Para que fosse possível colocar o projeto em prática, foi criada a “Fundação dos sobreviventes na História Visual do Shoah”<sup>35</sup> (“Survivors Of The Shoah – Visual History Foundation”). Assim, “Sobreviventes do Holocausto” reúne alguns dos testemunhos já gravados, fotos e imagens de objetos pessoais e filmes de arquivo, tudo para mostrar como era a vida antes e durante a Segunda Guerra Mundial e como foi começar depois da liberação.

Para que possamos entender e trabalhar com o documentário a partir do olhar de analista de discurso, consideramos, assim como Periago (2016, p. 54), que ele – o documentário – precisa ser considerado a partir de sua linguagem audiovisual que “é o elemento básico para a

---

<sup>32</sup>O documentário está disponível no YouTube, em quatro blocos. Seguem os links para a consulta: 1): <https://www.youtube.com/watch?v=2ysCr-MoXhI>; 2): <https://www.youtube.com/watch?v=r0pabOhbHT0>; 3): <https://www.youtube.com/watch?v=XXi509THuo8>; 4): <https://www.youtube.com/watch?v=EPaJVt1PifI>.

<sup>33</sup>“A Lista de Schindler” (“Schindler’s List”) é um filme norte-americano dirigido por Steven Spielberg e escrito por Steven Zaillian em 1993, que conta a história de Oskar Schindler, um empresário alemão que, em meio do Holocausto, conseguiu salvar a vida de mais de 10 mil judeus, empregando-os em sua fábrica.

<sup>34</sup>Em entrevista, no ano de 2006, Steven Spielberg afirmou: “Eu acredito que ouvir as histórias dos sobreviventes do Holocausto de todo mundo irá mudar o mundo e já está mudando”. E completa: “Quando estes sobreviventes não estiverem mais entre nós, suas histórias estarão com seus filhos e eles estarão ensinando a eles sobre as consequências de não se alcançar a meta de nos conhecermos melhor” (A tradução não é nossa).

<sup>35</sup>“Shoah” é um nome em hebraico que significa “calamidade” ou “catástrofe”. A fundação foi criada em 1994, por Steven Spielberg, com o intuito de recolher e preservar os vídeos de testemunhos de sobreviventes do Holocausto. Podem ser encontradas mais informações sobre em: <http://oficinadahistoriad.blogspot.com.br/2010/01/fundacao-dos-sobreviventes-na-historia.html>. Destacamos, também, um trecho em entrevista, do ano de 2006, em que Steven Spielberg afirma o seguinte: “Comecei a (Fundação) Shoah simplesmente porque queria que estes sobreviventes tivessem um lugar para contar suas histórias” (A tradução não é nossa).

realização de um documentário que congrega, na atualidade, as linguagens verbal e não verbal como elementos estruturais, constroem o discurso do documentário”. No nosso caso, o testemunho do sujeito velho/idoso está atrelado ao funcionamento do próprio documentário e, por meio de enunciados, determina sentidos de veracidade a partir dos fatos apresentados durante a sua narrativa. De fato, dependendo da interpretação sobre os depoimentos que constituem o documentário em estudo, os efeitos de sentidos podem ser de legitimação de um discurso sobre o holocausto ou de desprestígio das narrativas, tendo em vista o estatuto que é dado ao velho/idoso que está falando e significando as experiências vividas.

Por tudo isso reafirmamos sempre a importância que tributamos à história e à memória em nossa dissertação, pois são elas que sustentam a autenticidade dos depoimentos reunidos sob a égide deste documentário. Ao falarmos em narratividade, com vistas ao que concerne a Análise de Discurso (AD), entendemos que “[...] o documentário é um produto ligado ao campo da comunicação e com a área de análise de discurso, que visa estudar as relações da linguagem com a produção de discursos” e, portanto, “possui uma discursividade que lida com elementos extraídos da história de determinada sociedade [...] que vivem em um contexto sócio-político e partilham uma estrutura discursiva” (PERIAGO, 2016, p. 54).

Mas, tratando-se de narratividade, não podemos deixar de considerar as importantes reflexões desenvolvidas por Rancière (1994, p. 2), relacionadas com o fato de que estão sempre caracterizadas pela sua incerteza ou, ainda, imprecisão diante da verdade dos acontecimentos, que porventura são relatados, ou às condições sociais nas quais os sujeitos (cujos acontecimentos estão ligados) estavam inseridos. Um panorama que conserva uma regra geral: “É próprio de uma história sempre poder ou não poder ser uma história” (RANCIÈRE, 1994, p. 2).

A narratividade estabelece, então, discursos que na/pela história significam de maneiras diversas. Nos aprofundaremos mais nessa questão a partir da Parte II deste trabalho, mas precisamos estabelecer, desde já, o que há de comum na narratividade. Para tanto, retomamos Rancière (2005, p. 15) para relacionarmos de antemão possíveis relações entre a narratividade e a importância do testemunho, nas suas relações entre a história e a memória. Conforme o autor citado, há uma “partilha do sensível” baseada numa parte “comum” do que, em nosso caso, confere ao sujeito. A partilha, pois, está relacionada pelas formas como, por meio da narratividade, é possível localizar partes, espaços, lugares ou mesmo atividades que são comuns. Por isso, entendemos, a partir do testemunho do sujeito velho/idoso, o documentário enquanto um processo, via narratividade, a partir do qual é possível depreender sentidos e significados possíveis.

No que concerne essas relações, Orlandi (2016) esclarece que a narratividade possui núcleo no interdiscurso<sup>36</sup> – e sua funcionalidade –, já a memória discursiva, o saber discursivo, conforme proferiu Courtine (1999), aponta para uma voz sem nome – o interdiscurso, conforme explicitado – e que comporta uma relação de significância a partir do sujeito, responsável por sua constituição, de forma que a narrativa/narratividade pode ser definida como:

*a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individualização do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas* (ORLANDI, 2017, p. 30, grifos da autora).

A definição de Orlandi (2017, p. 29-30, grifos da autora) aponta, então, para o fato de que a narratividade tem seu núcleo de definição localizado na questão do “*funcionamento do interdiscurso, memória discursiva, saber discursivo*” que, conforme nos ensinou Courtine (1999), pode falar por si só, no sujeito, enquanto uma voz sem nome. Complementamos a questão do funcionamento da narrativa a partir da Análise de Discurso (AD) retomando algumas palavras, novamente, de Orlandi (2017, p. 30-31, grifos da autora):

A noção de narratividade [...] Essa definição discursiva [...] traz um deslocamento que nos faz sair do campo da pragmática, para nos inscrevermos no campo da discursividade, tomando a narratividade [...] no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva) [...] Narratividade como *constitutiva* do funcionamento da memória, então, dos sentidos e dos sujeitos. Em qualquer forma e funcionamento de discurso.

Esse funcionamento indica que, no documentário, como vimos anteriormente a partir de Nichols (2005), não há reprodução fiel da realidade, assim, os sujeitos, inscritos em determinadas formações discursivas são sempre afetados pelo inconsciente e interpelados pela ideologia (como detalharemos na próxima seção). Além disso, a formulação do sujeito está inscrita em determinadas filiações históricas que fazem emergir algumas memórias e outras, diferentemente, serem silenciadas. Ademais, Venturini (2009, p. 80) esclarece que:

A narração é o encadeamento dos fatos, a fundação de um discurso em outros discursos, materializando-os. A narratividade é o processo de narração, os efeitos de sentido advindos da inscrição na FD que interpela o sujeito e determina o que pode e deve ser dito. A narratividade, portanto, é o elemento que atua junto à memória discursiva [...].

<sup>36</sup>Retomamos a forma pela qual Orlandi (2017, p. 24) define, precisamente, o interdiscurso: “se define pela estratificação de enunciados já feitos e esquecidos que constituem nossa memória de dizer. Mas memória em sentido bastante particular, pois não é a memória psicológica, nem se trata da memória histórica, nem tampouco de uma memória representável. Porque já atravessada pelo imaginário, estruturada pelo inconsciente. Porque no interdiscurso há o Outro, exterioridade constitutiva, memória estruturada pelo esquecimento”.

Esse encadeamento dos fatos, que está, mais ou menos, organizados pelos dizeres, relaciona-se com o que a referida autora pensa, com base em Mariani (1998, p. 97), sobre estarem ligados ao fato de ser passível de instituir dizeres possíveis, bem como controlar possíveis desvios de significante ou de resistências históricas, o que implica numa intersecção entre passado-presente-futuro (CATROGA, 2009). Portanto, há uma relativização entre o que é contado e as relações de significância e inferência de sentidos a partir da história e da memória, o que faz com que o imaginário, possível de ser apreendido a partir dos testemunhos do sujeito velho/idoso sobre o Holocausto, constitua apenas “pedaços” de uma memória que, na sua relação com o todo, representam um determinado fato histórico. Entretanto, estes jamais estarão ligadas a uma ideia de completude<sup>37</sup>, visto que, da mesma forma que, como veremos mais adiante, o sujeito tem a ilusão de sua completude e isso é constitutivo do sujeito.

Tudo no documentário está, então, propenso à relativização, portanto sempre poderá ser concebido a partir de outro ponto de vista (fazendo com que relembremos as palavras do mestre Saussure (2012), afirmando que é exatamente o ponto de vista que cria o objeto). Também o ponto de vista estabelece sentidos que sempre poderão ser outros. Precisamos estar atentos, então, para o fato de que no funcionamento do documentário “o discurso audiovisual é composto por enunciados que se relacionam ao longo de uma determinada narrativa o que constitui uma formação polifônica que segue de encontro ao ponto de vista do documentarista (PERIAGO, 2006, p. 56).

Esta é uma questão relacionada às condições de produção<sup>38</sup>, nas quais o ponto de vista do documentarista está constantemente significando, visto que é ele que estabelece uma composição narrativa com determinado(s) teor(es) ideológico(s) que estarão relacionados com a forma como foi pensado para atingir várias situações, sobretudo as sociais. É o que falamos anteriormente a partir de Nichols (2005) sobre a voz do documentário, que sempre defenderá um ponto de vista e mesmo que tente controlar os sentidos de sua produção (tentativa da ordem do inalcançável), as diversas possibilidades de reprodução e os lugares em que são disponibilizadas e assistidas – as próprias condições – tendem a provocar sentidos outros.

Em outras palavras: a produção, depois de materializada, não cristaliza os sentidos, porque são eles os responsáveis pela sua concepção enquanto gênero e, sem eles, uma produção estaria fadada ao fator gemelar, a partir do qual jamais poderiam ser classificados os gêneros, tendo em vista suas determinadas características. Retomamos mais uma vez, Orlandi (2016, p.

---

<sup>37</sup>Há uma importante distinção: o documentário, enquanto materialidade, compreende uma determinada completude. O produtor de um documentário, nesse sentido, consegue alcançar essa ideia de completude.

<sup>38</sup>Conceito pensado a partir de Orlandi (2009).

23), dissertando sobre o provérbio “Quem conta um conto aumenta um ponto”. Nas palavras da autora:

Quando ouvimos este provérbio, logo pensamos que as pessoas não são fiéis ao dito, no caso, tratando-se de provérbio, memorial. Ou seja, o imaginário social que envolve este provérbio, solicita a objetividade do dizer, sua forma estabilizada: um conto deve permanecer como é... mas não permanece, porque as pessoas “aumentam”. Observemos que a palavra “aumentar”. E aí se junta, também, a imagem do conto, material de memória, com a tessitura de um trabalho artesanal como o crochê, ou o tricô, lembrando a palavra “ponto”. Podemos, assim, intuir que o texto do conto não é imóvel. Não tem estabilidade. Não é completo (aumenta um ponto). E acrescento: não é exato.

A partir dessa noção de não completude proposta por Orlandi (2016), abordamos a questão da instabilidade do(s) sentido(s) e retomamos a afirmação de Robin (2016, p. 40), que diz que “o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas”. Além disso, “um acontecimento pode se produzir sem testemunha, sem resto, sem ruína, sem nada que possa revelar que houve um acontecimento. Neste caso, o silêncio não é nem voluntário nem involuntário, ele é.”. (ROBIN, 2016, p. 85).

Estamos diante de possibilidades, de algo que “não é exato” (ORLANDI, 2016). Isso envolve também uma questão de memória, sobre a qual é preciso ter cuidado, porque “aumentar um ponto”, na contramão dos sentidos, pode acarretar o “diminuir um ponto” e, na sua forma máxima de implicação, “negar um ponto”, o que pode configurar uma forma de perturbação sobre a memória, que:

[...] nunca foi, ao mesmo tempo, tão atacada, frágil, tão precária e ameaçada, antes de mais nada, pelo projeto escandaloso do negacionismo, que, como um câncer, corrói o tecido social; além disso, tanto pelo cordão sanitário como por grupos e indivíduos, armados das melhores intenções do mundo, que se colocam permanentemente ao redor desses mortos, do acontecimento do “Holocausto”, da maneira que melhor lhes convém ou não representá-lo, comemorá-lo, falar sobre o assunto, museificá-lo, judiciá-lo, historiá-lo ou não, de transformá-lo em mito ou não, de restituir ou não ao passado ou de fixá-lo no imemorable” (ROBIN, 2016, p. 216-217).

A questão do negacionismo, trazida à baila por Robin (2016), conforme seu entendimento, está relacionada ao fato de ser negada a existência das câmaras de gás, bem como o extermínio de aproximadamente seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Isso nos interessa porque os olhares, os gestos e as possibilidades de nosso trabalho a partir do documentário recaem sobre o que por muito tempo é negado, mas que vem à tona, de diversas



maneiras. O documentário é apenas uma das tantas outras formas pelas quais esse negacionismo é rechaçado.

A memória sobre o acontecimento é, pois, também evocada pelo olhar, pelo gesto e pela possibilidade, primeiramente pelo viés do documentarista e depois da testemunha. Isso sempre poderá sofrer um processo de julgamento, pois, ainda de acordo com Robin (2016, p. 271), a memória pode ser contestada. Por meio das ferramentas utilizadas pelo documentarista, como discutiremos anteriormente, e pelas formas como o discurso historiográfico atua sobre os fatos, talvez estejamos – e estamos nos arriscando – no ponto comum entre a historiografia e o documentário e explicitamos isso tomando as seguintes palavras, proferidas pela autora que citamos anteriormente:

Não consiste em argumentar para ganhar, em persuadir um adversário, mas em estabelecer um avanço cognitivo sobre tal ou tal tema, em função de um sistema de hipóteses e de questões voltadas aos vestígios, aos documentos, a tudo aquilo que pode constituir um arquivo, a partir dos quais, pelo cruzamento de dados, de novas hipóteses submetidas à documentação, verdades sempre parciais, mas fundadas no real do passado, vão emergir (ROBIN, 2016, p. 271).

O que temos, via testemunho, são versões dentre tantas outras possíveis sobre o Holocausto, visto que nossa matéria é o próprio testemunho enquanto relato. Isso é possível graças às particularidades pelas quais “as formas discursivas textualizam-se pela não coincidência com o dito, por serem formulações que circulam, ou melhor, cujo funcionamento discursivo mais relevante está em sua circulação” (ORLANDI, 2016, p. 24). Tal configuração proporciona, então, pela individuação do sujeito através da narrativa, observar o processo de identificação pelo qual o sujeito se inscreve, produzindo sempre sentidos que podem ser outros, em meio a tantas outras versões que são possíveis.

Quando tratamos de versões, precisamos compreender que todos os sentidos decorrentes dos testemunhos no documentário são baseados, diretamente, em diferentes materialidades que funcionam como parte de um todo. Por isso optamos pela delimitação de recortes, visto que observaremos, assim como Orlandi (1984, p.14), “a relação de partes com o todo”. Conforme a autora, “O recorte é uma unidade discursiva” e funciona como um “fragmento” da situação discursiva. Tal procedimento metodológico/analítico contribui, substancialmente, com nosso trabalho, porque podemos – a partir dele – pensar na importância do conceito de polissemia que não cria um “centro” para estabilizar sentidos, mas sempre “margens” que possibilitam a multiplicidade de sentidos.

Cabe ressaltar ainda que, conforme as reflexões de Orlandi (1984, p. 14), “os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução, aí compreendido um contexto (de interlocução) menos imediato: o da ideologia”. Por isso, precisamos determinar, por meio dos recortes, “como as relações textuais serão representadas, e essa representação não será, certamente, uma extensão da sintaxe da frase”. Essa compreensão é substancialmente importante, porque é através dela que entendemos que fazer um recorte é considerar o caráter textual, o texto propriamente dito, que possui compromisso tanto com as condições de produção, quanto com a situação discursiva (responsável por instaurar o ideológico no âmbito discursivo).

É necessário esclarecer que, do ponto de vista discursivo, podemos refletir sobre as condições de produção a partir de Orlandi (1999, p.39), compreendendo que “não há discurso que não se relacione com outros”, por isso, os sentidos resultam de determinados tipos de relações, porque os discursos sempre possuem relações com outros que os sustentam e, ainda, com dizeres futuros, visto que, ainda de acordo com a autora, “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”. Estamos nos referindo, portanto, aos discursos que estão sempre “relacionados, imaginados ou possíveis”.

Abaixo, selecionamos cinco recortes discursivos, pelos quais buscamos evidenciar o funcionamento que acreditamos estar imbricado no documentário. Antes, porém, retomamos Lagazzi (2009, s. p.) para elencar algumas considerações que estão entrelaçadas com a forma com que trabalhamos com o documentário a partir da Análise de Discurso (AD).

Primeiramente, destacamos que através de nosso gesto analítico, no qual realizamos determinados recortes, em relação ao funcionamento discursivo, estamos estabelecendo “relações significativas entre elementos significantes” (LAGAZZI, 2009, s. p.). Em outras palavras, a partir dos elementos que significam no/pelo documentário, lançamos nosso gesto de interpretação, que nos permite estabelecer relações de sentidos que podem ser outras e que estão relacionadas com nossa forma de entendimento do conjunto que compõe o documentário, como tratado anteriormente (imagem, som, fotos, etc.).

Além disso, em função de nossa forma de trabalho com os elementos significantes, baseamo-nos nas reflexões da autora referida para observar os elementos não individualmente, mas numa “cadeia significante”, considerando, portanto, o conjunto. Ademais, o resultado disso permite buscar os elementos significantes – através das redes de sentido – para estabelecermos “relações a”, ou seja, considerarmos as partes, mas também o conjunto e, com isso, refletir sobre que sentidos produz a parte, mas também os sentidos que possui o todo, na soma das partes. A seguir apresentamos os recortes discursivos que tratamos à baila em nossas reflexões:

Recorte 1 - (00:23:27)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Recorte 2 - (00:23:29)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Recorte 3 - (00:23:31)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Recorte 4 - (00:23:34)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Recorte 5 - (00:23:36)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Os recortes apresentados – a título de ilustração – oferecem uma porta de entrada para discorrermos sobre o documentário pela perspectiva da Análise do Discurso. Primeiramente, precisamos considerar que, num determinado momento da conjuntura histórica sobre o Regime Nazista na Alemanha, o testemunho do sujeito – na condição de sobrevivente – que está inscrito, prioritariamente, na formação discursiva judia, instaura um domínio do saber.

Por outro lado, como veremos adiante, há outras parcelas da população cujo domínio de saber é antagônico<sup>39</sup> e que, portanto, contrapõem duas formas-sujeito que são também antagônicas. Dessa forma, tais elementos instauram sentidos opostos sobre a questão da Segunda Guerra Mundial, em que, de um lado encontram-se os apoiadores do partido de Hitler e de outro os judeus (os “vermes parasitas” como eram designados) e todos aqueles que não partilhavam da mesma ideologia. Os sentidos decorrentes do funcionamento exposto se constroem por exclusão, visto que podem estar relacionados aos diferentes domínios do saber, de forma que pelo discurso transversal, ressoa no intradiscursos memórias de diferentes domínios. Dessa maneira, os sentidos estarão inscritos prioritariamente em um domínio do saber e, além disso, os sentidos poderão se repugnar, mutuamente. Em decorrência disso há

<sup>39</sup> Consideramos um sentido oposto, como os efeitos de sentido numa direção contrária.

duas formações discursivas que se polarizam. São, portanto, versões que apontam um determinado imaginário sobre o Holocausto.

Temos acesso às versões não por meio de um sujeito empírico, mas partimos da existência de um sujeito empírico no interior de uma prática social, passível de observação e de análise. Como discorremos anteriormente, nos domínios teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD) mobilizamos a categoria de sujeito, que precisa ser nomeado para ser estudado e, assim, representar aqueles que tomam a mesma posição em relação com a ideologia dominante. Entendemos, conseqüentemente, que estamos diante do testemunho de um sujeito velho/idoso e essa designação busca, como sublinhamos em nosso preâmbulo, relacionar historicamente os sentidos, tanto de “velho” quanto de “idoso”, sem que isso implique em algo construído preconceituosamente sobre o sujeito empírico, cuja formulação, por meio da linguagem, lhe faz “ganhar vida”, significar.

Por meio do testemunho, então, concomitantemente, o sujeito se mostra e se esconde, e é um momento de definição em que ocorre a materialização da voz em sentidos. Pelo olhar de Orlandi (2016, p. 25) compreendemos que testemunhar por meio da narratividade, no documentário, é fazer com que, a partir “do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação” seja possível observar os “sentidos tomando corpo”. É por meio desse processo que podemos também trabalhar com as noções de memória<sup>40</sup>, seus funcionamentos, e procuramos, a partir do estudo do documentário, que apresenta discursos de velhos/idosos – entendidos enquanto testemunhos<sup>41</sup> do sujeito que está na condição de sobrevivente – observar quais imaginários<sup>42</sup> sobre o período podem ser identificados. Tal movimento abre também a possibilidade de refletirmos, baseados em recortes discursivos selecionados, sobre o Holocausto enquanto parte integrante e institucionalizada da história, mas também sobre o seu funcionamento pelo viés da Análise de Discurso de Linha Francesa<sup>43</sup> que faz com que o sujeito – o velho/idoso – do lugar em que ocupa, “poder dizer apenas aquilo que diz”<sup>44</sup>: um gesto... um movimento... nas/pelas relações de sentidos que são produzidas a partir do ir e vir dos discursos, como aponta Pêcheux (1997).

---

<sup>40</sup>Refletir teoricamente sobre a memória demanda um grande trabalho e dedicação. Por isso, destinamos a Parte II de nosso trabalho à mobilização das questões que estão, de uma forma ou outra, envolvidas no funcionamento do que a Análise de Discurso (AD) entende por memória.

<sup>41</sup>Porque se referem ao período no qual vivenciaram o que consideramos uma catástrofe histórica: o Holocausto. Tal noção será explorada na Parte II deste trabalho.

<sup>42</sup>Trabalharemos com a noção de imaginário para a Análise de Discurso (AD) na Parte II deste trabalho.

<sup>43</sup>Pensada inicialmente por Pêcheux, na França, e mais tarde por Orlandi, no Brasil, cujas inspirações sempre aparecem “respingadas” em todo o nosso trabalho, enquanto analistas de discurso.

<sup>44</sup>Retomaremos essa expressão na Parte II deste trabalho. Ela nos será, pois, muito importante.

Por esse movimento precisamos lembrar, constantemente, que os sentidos não têm origem e não são transparentes (HENRY, 1993). Em outras palavras, [...] não trabalhamos com a origem dos sentidos, mas com suas múltiplas formulações possíveis, em seu processo de significação [...]. E a interpelação para nós não é reveladora, ao contrário, é parte constitutiva dos sentidos” (ORLANDI, 2016, p. 27). Sentidos que estão imbricados também no/pelo imaginário que procuramos observar, compreendendo que é residual e está também nos testemunhos que, por sua vez, são capazes de se configurarem enquanto um lugar de memória. Portanto, de forma semelhante ao trabalho realizado por Orlandi (2016), quando lança seus estudos analíticos, buscamos observar o sujeito na sua constituição junto dos sentidos, mas não buscamos explicações: buscamos posições-sujeito e sentidos que deem conta de estabelecer imaginários possíveis sobre o Holocausto, evidenciando no interior desses funcionamentos a importância do testemunho.

Da imagem... Do movimento... Do visível... Do audível... Sentidos que sempre podem ser outros, mas que se fundem, necessariamente, naquele “que observa uma imagem e desenvolve uma atividade de produção de significação” (DAVALLON, 1999) que não é transmitida ou oferecida como algo pronto, mas, sempre aberta à interpretação e, portanto, implica no fato de que o conteúdo pode sofrer variações e assumir determinados significados a partir das possibilidades de leitura. Tal reflexão assinala, conseqüentemente, o lugar do espectador. O nosso lugar. Porque “é sempre possível dizer de outra forma. É sempre possível dizer outra coisa” (LAGAZZI, 2009). É por isso, também, que tomamos para reflexão em nosso percurso de reflexões a teoria discursiva materialista em sua especificidade a partir das relações da materialidade<sup>45</sup> com a memória. A autora explica:

Materialidade porque propomos que a leitura se desloque do conteúdo, concebido com ideias abstratas, ideias que se delinearão independentemente dos significantes que constituem a base material para a ancoragem dos sentidos e independentemente das condições determinantes desse processo. Memória porque consideramos que a interpretação não se restringe ao imediatismo do momento do dizer: ela é um recorte no interpretável, atravessado por esquecimentos e silenciamentos (LAGAZZI, 2009, s/p).

---

<sup>45</sup>Encaminhamos a questão da materialidade a partir do que propõe Orlandi (2008). Primeiramente precisamos considerar que, ao refletir a partir de Pêcheux ([1969] 1993), o discurso é definido como “efeito de sentidos entre locutores” e, ao delimitar o discurso e o texto, o discurso configura um lugar de observação e contato entre a língua e a ideologia, de forma que a materialidade específica da ideologia é o discurso que, por sua vez, tem como materialidade a língua. “O texto, redefinido, deve ser então considerado como um lugar material em que esta relação produz efeitos, apresentando-se imaginariamente como uma unidade na relação entre os sujeitos e os sentidos” (p. 86). Tais materialidades são resultado da História, Linguística e Psicanálise, sempre contraditoriamente e, portanto, apontando distinções. Ademais, a materialidade discursiva de que Pêcheux ([1969] 1993) pensa, parte da tarefa da Linguística, História e Psicanálise é produzir um acontecimento em relação às materialidades, no intuito de construir um possível efeito de retorno, num trabalho às margens do discurso, ou seja, aquilo que está entre a língua, a história e o inconsciente. O retorno que perturba, inquieta e desloca.

O documentário, conforme já discorremos, ao ser constituído por vários elementos, tais como a imagem e o som, textualiza-se a partir da forma como esse conjunto se articula. Ao mesmo tempo em que buscamos realizar uma análise discursiva do documentário, tomando como elemento central os testemunhos de sobreviventes do Holocausto, de forma que seja possível observar imaginários sobre esse período, a partir da memória e de seus diferentes funcionamentos, a nossa própria delimitação materialista do texto é, pois, uma delimitação imaginária. E, por isso, consideramos também as relações entre língua e história, de forma que tomamos o sujeito não enquanto indivíduo, mas na condição de ser interpelado pela ideologia<sup>46</sup>.

De maneira geral, “somos sujeitos à ideologia materializada no discurso, sujeitos à incompletude da língua e à contradição da história. Ser sujeito significa constituir-se no jogo dos sentidos, pego nas evidências da interpretação” (LAGAZZI, 2009, s. p.). Assim, entendemos também porque por um longo período – e talvez até hoje – não seja possível que o testemunho do sujeito sobre o Holocausto compreenda uma visão globalizante dos fatos. O resultado disso é a não predominância no documentário nem do discurso *sobre*, nem do discurso *de*, mas certo equilíbrio entre ambos... Um efeito de equilíbrio, no seu funcionamento, significando juntos na/pela relação do que cada sujeito velho/idoso testemunha. Em outras palavras:

A incompletude constitutiva do discurso significa que é impossível dizer tudo, e, mais ainda que “tudo” é uma ilusão necessária, historicamente construída. Enquanto sujeitos inscritos no simbólico, estamos no movimento do discurso e do desejo, e precisamos acreditar na possibilidade da completude do sentido para que a ilusão da estabilidade nos acolha e produza o efeito de controle de que tanto necessitamos (LAGAZZI, 2009, s. p.).

Então, o documentário, enquanto um processo de produção de sentidos e significados é, também, um produto simbólico<sup>47</sup> que sempre apresentará em seu conjunto de composição diferentes formas significantes, as quais buscamos explicitar ao longo de nossa escritura. Sua textualização será possível, pois, através desses elementos e de sua materialidade compreendida no/pelo modo significante, através do qual o sentido é formulado (LAGAZZI, 2011). Portanto, consideramos, a partir das reflexões de Lagazzi (2008), que há pluralidade na matéria significante do documentário, tendo em vista que sobre ele acometem o equívoco e a incompletude<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup>Conceito explanado a partir da Análise de Discurso (AD) na seção 1.4 deste trabalho.

<sup>47</sup>O simbólico possui estreita relação com o real, incumbido das transformações de sujeito e discurso, na/pela experiência, seja psicanalítica ou discursiva.

<sup>48</sup>Ao trazermos à baila a noção de incompletude, apreendemos a partir de Orlandi (1984, p. 16) que ela se relaciona



Diante disso, de que forma podemos constituir nosso arquivo? Retomamos algumas palavras de Foucault ([1969] 2008, p. 146) sobre o tema:

Não entendo por esse termo (arquivo) a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documento de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida; não entendo, tampouco as instituições que em determinada sociedade, permitem registrar e conservar os discursos de que se quer ter lembrança e manter a livre disposição. [...] graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas: em suma, que se há coisas ditas – e somente estas – não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontrariam ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz. O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.

Partindo de uma compreensão sobre o documentário em Análise de Discurso (AD) e do fato de que nosso próprio objeto apresenta diferentes formas significantes (o verbal e não-verbal), bem como é constituído de diferentes materialidades (LAGAZZI, 2011), entendemos com Foucault ([1969] 2008) que o próprio documentário é composto de vários tipos de arquivos (como as imagens e os sons), em que cada um dos elementos contribui de alguma forma para a sua composição final. Ele é, pois, a soma de testemunhos do sujeito velho/idoso sobre um acontecimento histórico – o Holocausto – no qual há diferentes enunciados, entendidos singularmente, mas também coletivamente, de forma que podem constituir um arquivo em relação aos ditos de sobreviventes e, em nosso caso, o imaginário sobre o acontecimento.

Partindo das considerações de Foucault ([1969] 2008) e Lagazzi (2011), pensamos na constituição de nosso arquivo e questionamos: que sentidos (ou efeitos de sentido) há sobre o documentário hoje? Que discursos têm circulado em relação ao Holocausto? Que discurso, por meio de um documentário sobre o Holocausto, tem ancorado o imaginário que há sobre esse acontecimento?

Assim, a partir de nossas reflexões, elegemos o documentário “Sobreviventes do Holocausto” como objeto de estudo justamente pelo fato de, na sua composição, reunir uma série de testemunhos, por meio dos quais é possível trabalharmos com a noção de memória e com os seus diferentes funcionamentos, explicitando o espaço do testemunho no interior do documentário, de forma que, por meio de regularidades de sentido, seja realizável a tarefa de identificar imaginários que se relacionam com o acontecimento e dele decorrem.

---

com o apagamento da ideia de “turnos” que limitam um dizer do outro. Nas suas palavras: “alguém fala, eu retomo e completo, o outro retoma e completa [...]”.

A partir desse arquivo fizemos alguns recortes, que chamamos “recortes discursivos”, sobre os quais incidem nossas análises. Ademais, conforme apontam Guilhaumou e Maldidier (1994), o arquivo é um local por meio do qual podemos observar e refletir sobre as práticas discursivas em sociedade. Cada arquivo é organizado de uma forma própria e reúne uma série de textualidades – e por isso abordamos essa questão anteriormente – em relação a determinado tema, acontecimento ou, ainda, trajeto temático.

Resumidamente: pela análise discursiva do documentário, a partir do funcionamento de suas materialidades significantes – como se relacionam e produzem sentidos – buscaremos, além de nosso objetivo principal, também entender como os diferentes funcionamentos da memória atuam no estabelecimento de um imaginário *sobre* o Holocausto e que espaço ocupa o testemunho – o discurso *de* testemunha – no interior deste documentário, bem como no seu funcionamento. Tal objetivo relaciona-se com o fato de que o discurso *de* (enquanto memória) e o discurso *sobre* (enquanto o discurso que advém de um sujeito ou lugar determinados) (VENTURINI, 2014, p. 121). Portanto, o discurso *sobre* abarcará o discurso *de* que, por sua vez, comporta os outros dizeres possíveis ou mesmo impossíveis, visto que, conforme o que reflete Robin (2016, p. 249), “As narrativas testemunham a impossibilidade de falar. Eles são como poços sem fundo, perfeitamente conscientes da grandeza temporal que separa o hoje do passado e da impossibilidade de transmitir a experiência do horror [...]”.

Por fim, acrescentamos que, quando mobilizamos o discurso<sup>49</sup> em sua materialidade, ele “[...] funciona com ‘lugar de memória’, como dispositivo que organiza a repetição e as lembranças do passado do que foi protagonizado por ele. Como lugar de memória, o discurso *sobre* organiza também os esquecimentos, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, apagado” (VENTURINI, 2009, p. 40, grifo do autor).

#### 1.4 A NOÇÃO DE SUJEITO NO DOCUMENTÁRIO: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD)

Paulatinamente, no decorrer da escritura desta dissertação, acreditamos que estamos, constantemente, revisitando a noção de sujeito, visto que, assim como nos mostra Indurky (2008, p. 9-10), todos os textos, assim como o nosso, que fazem parte do âmbito da Análise de Discurso (AD) no Brasil, apontam que a teoria “[...] não é um corpo doutrinário cristalizado e estanque”. Dessarte, todos os conceitos e as noções que nos servem não são trabalhados a partir

---

<sup>49</sup>Acrescentamos que consideramos o discurso *sobre* também como uma possibilidade de organização dos discursos *de* (ORLANDI, 1990).

de um modelo, como se fosse a única possibilidade de serem aplicados. O quadro teórico da Análise de Discurso (AD) é, assim, movimento, permite “questionar as diferentes teorias e questionar-se a si própria, sem acomodação”. Nossas análises, nesse sentido, alimentam essa teoria, como um ciclo que jamais cessa, no qual “a teoria está na base das análises que, por sua vez, retroalimentam a teoria”. Esse movimento é, pois, pendular, visto que é nele:

[...] que sentidos se agregam ao discurso ou se desprendem dele, sendo reiterados num determinado momento ou transformados num outro. [...] tudo depende das condições nas quais o discurso é produzido, quem o produz, para quem ele fala, enfim, trata-se de um lugar histórico e social, no qual o sujeito assume uma posição e sob tais circunstâncias produz um determinado efeito de sentido e não outro (PETRI, 2004, p. 152).

Uma forma de trabalho que, portanto, comporta os movimentos. Comporta os sentidos. Comporta aquele que se arrisca. Começamos, nesse limiar, retomando a teoria não subjetivista da subjetividade, proposta por Pêcheux (1997), na qual, abordando movimentos da teoria, o autor repensa a noção de sujeito, considerando a questão da subjetividade não centrada num indivíduo que seja plenamente consciente, seja das suas motivações, seja dos seus propósitos. Refletiremos sobre essa questão teórica, considerando também Orlandi (2012, p. 49), que retoma os estudos de Foucault ([1969] 2008) e do próprio Pêcheux (1997), a partir dos quais compreendemos que o sujeito discursivo, no desenvolvimento da noção, é pensado como uma “posição” entre outras.

Pêcheux (1997) busca desenvolver essas reflexões considerando primeiramente que, em função da submissão à língua, na história, o sujeito se constitui. É, dessa forma, um sujeito materialmente dividido, dotado de inconsciente e permanentemente interpelado pela ideologia. Quando trazemos a noção de inconsciente (buscada pelos autores da Análise de Discurso (AD) na teoria psicanalítica), precisamos retomar os esquecimentos do sujeito, explorados por Pêcheux e Fuchs (1993, p. 168) a partir do fato de que o sujeito, em sua constituição, produz (e sofre) um efeito de unicidade que guarda estreita relação com o inconsciente. Assim, mesmo que o sujeito esqueça que seu discurso é sempre sustentado pelo já-dito (esquecimento nº 1) e que é sempre o controlador dos sentidos daquilo que diz (esquecimento nº 2), ele será sempre um sujeito fragmentado e múltiplo, pois está em constante relação com o outro (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 176).

Por meio dessas estruturas de funcionamento, entendemos que o inconsciente e a ideologia determinam o sujeito a partir do “[...] dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzido um tecido de *evidências ‘subjetivas’*, devendo

entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 153, grifos do autor). Compreendemos, em outras palavras, que o sujeito não possui a plena consciência de sua interpelação<sup>50</sup> constante pela ideologia e, assim, vive a ilusão de ser a origem de seu dizer, como se pudesse dominar os sentidos que dele se depreendem/despreendem. É por tal viés que Pêcheux (1997) compreende o sujeito como um constructo histórico e ideológico que se constitui e produz seu discurso a partir da constante articulação entre o inconsciente e ideologia, sendo que se inscreve, enquanto sujeito histórico, na forma-sujeito histórica capitalista ou jurídica e ao passo que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito”. Além disso, como argumenta Althusser (s. d.), a “categoria de sujeito”, à qual Pêcheux (1997) se refere é, na verdade, “a categoria constitutiva de toda ideologia”.

Podemos afirmar, então, que o sujeito pode significar de/em diferentes lugares e que, portanto, não assume apenas uma posição. Nesse sentido, a interpelação do indivíduo em sujeito – sujeito de seu discurso – ocorre pela sua identificação com a formação discursiva<sup>51</sup> que o domina. Ao tratar da noção de Formação Discursiva, precisamos explicitar que tomamos como norteadoras as reflexões de Pêcheux (1997, p. 160, grifos do autor), que a define como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, *o que pode e deve ser dito*”. Ou seja, é através dessa relação do sujeito com a formação discursiva<sup>52</sup> que podemos chegar ao funcionamento do sujeito no discurso (INDURSKY, 2008, p. 11). Ademais, Pêcheux (1997, p. 162, grifos do autor) esclarece que “*toda formação discursiva dissimula, pela transparência do discurso, que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas*”.

Ainda, conforme as palavras de Pêcheux (1997, p. 163, grifos do autor):

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isso é, na qual ele é construído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-

<sup>50</sup>A partir da reflexão de Althusser (s. d., p. 98-99) de que os indivíduos concretos são, por meio da ideologia, interpelados como “sujeitos concretos” – e isto é possível no/pelo “funcionamento da categoria de sujeito” –, podemos entender que, assim como argumenta Petri (2004), as construções sociais, históricas e ideológicas podem ser imaginadas, visto que são perpassadas, constantemente, por questões ideológicas.

<sup>51</sup>É constituída de enunciados discursivos que representam formas de relações com a ideologia vigente (PÊCHEUX, 1997).

<sup>52</sup>Trazemos, também, a definição de Formação Discursiva proposta por Orlandi (2012, p. 43). Segundo a autora: “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido e não outro”.

se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito *os traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.

Compreendemos, observando esse funcionamento – da interpelação do indivíduo em sujeito –, que a partir dos diferentes lugares que o sujeito ocupa, ele produz diferentes efeitos de sentido, assim como pode ser observado posteriormente em nossas análises a partir do testemunho do sujeito velho/idoso sobre o Holocausto. Esses sentidos são decorrentes da formação discursiva, na qual o sujeito está inscrito, ocupando uma determinada posição-sujeito. Ademais, quando o sujeito fala de algum lugar, assumindo uma posição, ele pressupõe um destinatário, segundo Pêcheux (1997), de forma que sempre estará determinado na estrutura da formação social. Esses lugares, nos processos discursivos, são representados pelas formações imaginárias, que são responsáveis por apontar o lugar conferido concomitantemente ao sujeito, ao discurso e ao seu destinatário. Em outras palavras, a imagem que ambos fazem do seu lugar, bem como do lugar do outro.

Descrever o funcionamento da categoria de sujeito no interior do discurso permite entender, voltando nossa atenção para o documentário, que no contexto da Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, há uma instância ideológica – o nazismo – que aparece sob a forma de formações ideológicas (PÊCHEUX, 1997), que estão relacionadas com os Aparelhos Ideológicos do Estado<sup>53</sup>. Nesse caso, o nazismo adquire o “status” de ideologia dominante – e da classe dominante –, que é caracterizada, no nível ideológico:

[...] pelo fato de que a reprodução das condições de produção “subjuga” sua transformação (opõem-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos), corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada “região” ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade- subordinação entre essas regiões [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 146).

Inferimos, desse modo, que o sujeito na Análise de Discurso (AD) se constitui na e pela ideologia. Esse funcionamento, que engloba o sujeito com aquilo que o atravessa, como já dissemos anteriormente, é pensado por Pêcheux (1997, p. 151), a partir da materialidade concreta da instância ideológica, ou seja, que implica nas relações com as questões ideológicas. Assim, os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso através das formações discursivas que, na linguagem, correspondem às formações ideológicas (PÊCHEUX, 1997), o

---

<sup>53</sup>Trazemos nossa reflexão a partir de Althusser (s. d.) que pensa sobre os aparelhos ideológicos de Estado, na Parte III deste trabalho.

que é possível porque ocorre a identificação do sujeito com uma formação discursiva – que o domina –, na qual se constitui como sujeito.

Quando Pêcheux (1997, p. 163), a partir dos estudos de Lacan e Althusser, desenvolve uma “teoria não subjetivista da subjetividade”, recupera reflexões que estão relacionadas com as “formas travestidas e ‘fantasmagóricas’ inerentes à subjetividade” e, como estamos refletindo sobre a noção de sujeito, precisamos considerar que, em função disso, o autor pensa no “efeito-sujeito”. É por isso que o sujeito tem a ilusão de ter controle sobre aquilo que diz, visto que pelo “efeito-sujeito” há o reconhecimento de uma sequência discursiva, como se pudesse ser completa em sentidos, mas que os apaga, evidenciando a constante falta que constitui o sujeito. Dessa forma, a ideologia, de acordo com Pêcheux (1997), não é o excesso, mas a falta e por isso jamais o sujeito terá controle sobre aquilo que diz.

Por conseguinte, esse processo de identificação só é possível pelo que Pêcheux (1997, p. 150) designa como “forma-sujeito”. O autor retoma as concepções de Althusser para afirmar que a forma-sujeito compreende a “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. Nesse processo, o Sujeito<sup>54</sup> de uma dada formação discursiva, através da forma-sujeito pela qual se inscreve na formação discursiva, “preenche” o seu lugar de sujeito, de forma que possa ter acesso ao “todo complexo com dominante”, ou seja, ao todo entendido como o conjunto institucionalizado de conhecimentos a que o sujeito tem acesso quando inscrito numa formação discursiva. Ainda, pela tomada de posição, como descreve Pêcheux (1997, p. 172), há como resultado:

um retorno do “Sujeito” no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele “toma consciência” e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus “emelhantes” e com o “Sujeito”.

Assim, a tomada de posição deve compreendida, ainda nas palavras de Pêcheux (1997, p. 172), “[...] como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade’ do real ideológico-discursivo, na medida que ela

---

<sup>54</sup>Estabelecemos aqui uma importante distinção, na qual Pêcheux (1997), no desenvolvimento de sua teoria, como viemos apontando ao longo da escritura desta seção, desloca o sujeito biológico para o sujeito ideológico. Dessarte, o autor desenvolve a concepção de que qualquer indivíduo, quando interpelado a ocupar um determinado lugar, através das formações discursivas, bem como das condições de produção, constitui-se como sujeito. Assim, Pêcheux define o ego como o imaginário do sujeito, por meio do qual ele não pode reconhecer sua subordinação, ou seja, seu assujeitamento ao Sujeito ou Outro. Ademais, o “S” e o “O”, as sinalados com as iniciais maiúsculas, referem-se ao Sujeito entendido como universal, ao passo que o Outro se relaciona a quem o sujeito do discurso está submetido.

‘se volta sobre si mesma para se ‘atravessar’’. Como acrescenta Indursky (2008, p. 11-12, grifos da autora),

[...] a *forma-sujeito*, tal como foi formulada nesse passo da teoria, se apresenta dotada de bastante unicidade. E isto se reflete fortemente na forma como a *formação discursiva* é concebida. Ou seja: pensar a forma-sujeito dotada de unicidade implica, de imediato, entender a formação discursiva fechada e homogênea. E está formado o círculo: a concepção de uma determina a concepção da outra e esta determinação é recíproca.

O que depreendemos, considerando as palavras de ambos os autores, é que a competência ocupada pela forma-sujeito, que é capaz de originar determinadas práticas, concentra-se na possibilidade de o Outro poder ser a referência no inconsciente. Assim, o assujeitamento do sujeito pode ser efetivado, de forma que o sujeito obedeça às suas ordens, ou seja, que conduz à condição da constituição pelo esquecimento, como já observamos anteriormente. Frente à concepção da noção de forma-sujeito, Pêcheux (1997, p.214, grifo do autor) propõe “modalidades” da tomada de posição ou, como designou, “*desdobramentos*” que são constitutivos do sujeito do discurso: o “sujeito da enunciação” que “toma posição” com conhecimento total e responsabilidade e do sujeito universal – o da ciência –, cujos desdobramentos estão na relação entre o pré-construído e articulação ou discurso transversal (como já explicitamos anteriormente).

Além disso, conforme nos aponta Courtine (1999), esse funcionamento imbrica também o interdiscurso, enquanto “uma voz sem nome”. Assim, aquilo que já é sabido está disponível, via pré-construído, no interior do interdiscurso, de forma que o sujeito (inconscientemente) possa acessar os saberes e colocá-los em funcionamento. Ademais, no funcionamento do discurso, as formações ideológicas se materializam como o que “fala antes”, o que constitui, aparentemente, um “consenso” em relação ao saber e ao dizer. Venturini (2009, p. 113) retoma essas reflexões e afirma que:

Dois processos materializam o pré-construído no discurso: o encadeamento sintático e a articulação: o primeiro pode ser definido como o processo de nominalização por encaixamento de ‘algo que fala antes’ e irrompe no intradiscurso sob a forma de explicativas, incisivas ou outros processos sintáticos; o segundo processo de articulação ou de sustentação ocorre sob duas formas, como o discurso transversal ou como articulação.

A primeira modalidade está relacionada com a superposição do sujeito do discurso e do sujeito universal da formação discursiva. Nessa modalidade ocorre a identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da formação discursiva que afeta o sujeito do discurso,

caracterizando, assim, o “bom-sujeito”. Por outro lado, a segunda modalidade relaciona-se com o discurso do “mau-sujeito”, no qual o sujeito do discurso, por meio da “tomada de posição” lança uma contraposição sobre a forma-sujeito que é responsável por organizar todos os saberes da formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. Nas palavras de Pêcheux (1997, p. 215, grifos do autor), “[...] o sujeito, ‘mau-sujeito’, ‘mau-espírito’, se *contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva”.

Perante estas duas modalidades, Pêcheux (1997, p. 217, grifos do autor) acrescenta uma terceira modalidade, cujo funcionamento está concentrado na “*desidentificação*, isto é, de uma *tomada de posição não-subjetiva*”. Há, portanto, um movimento<sup>55</sup>, no qual o sujeito do discurso se desidentifica em relação a uma formação discursiva e, conseqüentemente, em relação a sua forma-sujeito, para identificar-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito. Ademais, o funcionamento desta terceira modalidade:

[...] constitui um *trabalho* (transformação-deslocamento) da *forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*. [...] esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’*. A ideologia – ‘eterna’ enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo) (PÊCHEUX, 1997, p. 217-218, grifos do autor).

Quando tratamos dessa terceira modalidade, introduzida por Pêcheux (1997) com base em organizações de um “tipo novo”, podemos perceber que há relações entre os processos históricos com as determinadas práticas sociais que, por sua vez, são regidas por organizações políticas, oferecendo, no seu conjunto, específicas técnicas que estão sempre implicadas pelos resultados ideológicos de uma conjuntura dada. Nesse sentido, o discurso funciona como um instrumento que viabiliza ao sujeito uma possível relação com as práticas sociais, bem como a transformação da prática política, de forma que a ideologia sempre esteja no cerne de controle dessas relações, perpassando o sujeito e manifestando-se no seu discurso. Essas práticas sociais, como argumenta Petri (2017, p. 88), “constituem sentidos no e para o sujeito, sendo inarredavelmente históricas, passíveis de discursivização”.

---

<sup>55</sup>Podemos compreender por meio da desidentificação do sujeito de uma Formação Discursiva que ele pode resistir ao que lhe domina, mesmo que em seguida venha a ser assujeitado, ciclo movido pela ideologia, sempre em funcionamento. Assim, o sujeito que se desidentifica eleva ao máximo a questão do “mau-sujeito”, porém, é impossível apreendermos o momento exato em que a prática da desidentificação ocorre.



É por tal percurso de reflexões teóricas que, a partir do documentário, do testemunho do sujeito velho/idoso, o espaço de enunciação é tão importante, porque depreende diversos sentidos e significa de modos diferentes para os também diferentes sujeitos, que estão inscritos em determinadas Formações Discursivas. Aquilo que fica, assim como escreve (com olhar poético sobre a teoria) Petri (2017), no “restolho... As sementes que, mesmo em pequeno número e não tendo o mesmo estatuto das “grandes espigas”, significam... Elas ainda podem germinar... Assim como o discurso do velho/idoso sobre o Holocausto, o qual é preciso vingar<sup>56</sup> para que não seja condenado ao apodrecimento, como se a terra negasse a possibilidade de vida, tarefa que tantas vezes foi cumprida por uma sociedade que negou os horrores do Holocausto.

A partir dos conceitos e das noções que mobilizamos no decorrer da escritura deste subcapítulo, refletimos sobre as formas pelas quais podemos compreender a consituição do sujeito através da Análise de Discurso (AD), porque tal ponto reverbera em todo o nosso trabalho, visto que, como já afirmado, revisitamos constantemente a noção de sujeito. Dessarte, trazemos aqui as palavras de Orlandi (2017, p. 27), na intenção de resumirmos o conjunto de implicações que está relacionado nesse funcionamento, sem correremos o risco de naturalizá-lo. Vejamos:

O funcionamento, a falha (da língua), o equívoco e a interpretação (da exterioridade constitutiva, historicidade constitutiva) é que nos permitem trabalhar com o processo de identificação e seus efeitos, o não exato. Necessidade histórica, capaz de equívoco, de deslize, de falha, que se abre às práticas significantes, na abertura do simbólico. Historicidade: matéria da contradição e do equívoco. Ideologia como interpelação do indivíduo em sujeito, sem sua forma-sujeito histórica, que resulta na sua ilusão como origem e na do sentido como evidente. Ilusão de transparência e equivocidade que se cotejam, na relação entre pensamento, linguagem e mundo. Esquecimento como estruturante e saber que fala por si. Trabalho da ideologia em sua materialidade específica: o discurso.

É também por meio dessa materialidade – o testemunho, tomado como discurso a ser analisado – que poderemos trabalhar com as noções de memória e seus funcionamentos, assim como mencionamos, mesmo que brevemente, em nossas palavras iniciais. Para tanto, retomamos os escritos de Courtine (1999), que trabalha com a noção de memória, a partir da reflexão sobre a metáfora ou a anedota de Milan Kundera, na obra “*Livre du rive et de l’oubli*”<sup>57</sup>,

<sup>56</sup>Nossa reflexão sobre este verbo se dá a partir dos significados que estão postos e estabilizados pelo instrumento linguístico em Houaiss (2009) e compreendemos, em nossa leitura, que há sentidos de uma vingança tanto no sentido de resistir, de manter-se vivo, de sobreviver, quanto de vencer, de obter êxito. Em outras palavras, da possibilidade de os sobreviventes do Holocausto e seus descendentes permanecerem resistindo, na/pela vivacidade que rompe com as dificuldades e lança-se à vida.

<sup>57</sup>*O livro do riso e do esquecimento* (N.T.).

em “O chapéu de Clémentis”<sup>58</sup>, que nos possibilita refletir sobre o estatuto da memória no campo do discurso. Interessa-nos retomar essa história que se passou em fevereiro de 1948, quando Klement Gottward, dirigente do partido comunista, discursou para uma multidão na praça da velha cidade:

Gottwald estava cercado por seus camaradas e, ao seu lado, bem próximo, estava Clémentis. Nevava, estava frio e Gottwald estava com a cabeça descoberta. Clémentis, muito atencioso, tirou o seu chapéu de pele e o colocou na cabeça de Gottwald. O departamento de propaganda produziu centenas de milhares de exemplares da fotografia da sacada, de ode Gottwald, com um chapéu de pele e rodeado por seus camaradas, falava ao povo. (...) Todas as crianças conheciam essa fotografia de tê-la visto em cartazes, nos manuais ou nos museus.

Quatro anos mais tarde, Clémentis foi acusado de traição e enforcado. O departamento de propaganda fê-lo imediatamente desaparecer da história e certamente de todas as fotografias. Desde então, Gottwald está sozinho na sacada. Ali, onde estava Clémentis, restou apenas o chapéu de pele na cabeça de Gottwald (COURTINE, 1999, p. 15).

Esta anedota nos lança ao campo discursivo para pensarmos sobre o estatuto da memória, que possui relação necessária com o sujeito visto que, como já pontuamos, é assujeitado na/pela ideologia. Clémentis, enquanto sujeito empírico, retratado num primeiro momento, como presença no contexto desta história, ainda conforme Courtine (1999), sofre um “processo de anulação”. Em outras palavras, não há mais referente e, dessa forma, há um apagamento da memória histórica, entendida como aquela que permanece no/para o sujeito, ou seja, aquela que é efetivamente apreendida. O que ocorre, portanto, é a abertura de uma lacuna, um desaparecimento (COURTINE, 1999). Buscamos, então, por meio desta metáfora, elucidar que a memória em funcionamento no sujeito pode estar sempre implicada em repetições, em lembranças, em esquecimentos, pois o sujeito é, da mesma forma, “tomado por contradições históricas” (COURTINE, 1999, p. 16).

Por meio do testemunho do sujeito velho/idoso na condição de sobrevivente podemos observar os dizeres sobre o nazismo, constituídos também a partir da história, sobre os quais podemos identificar “no discurso, formulações constitutivas de uma relação imaginária do momento de enunciação com o domínio da memória” (COURTINE, 1999, p. 20). No caso de Clémentis, o que ocorre é a produção de um “corte temporal” que liga o presente no qual o sujeito produz seu discurso e ao passado que, conseqüentemente, conduz a uma:

---

<sup>58</sup>A citação de referência ao livro é feita por Courtine (1999), no Capítulo I do livro “Os múltiplos territórios da Análise de Discurso”, intitulado “O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político”, organizado por Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira.

[...] anulação imaginária do processo histórico, com sua duração e suas contradições próprias, constitutivas do próprio interdiscurso: essas formulações inscrevem, assim, no fio do discurso do sujeito, a continuidade linear de uma sucessão temporal passado-presente-futuro [...] (COURTINE, 1999, p. 20).

De forma semelhante podemos pensar que as possibilidades de discursos sobre o nazismo na Alemanha, são, portanto, produtos de uma “história real”, um acontecimento “verídico” – relacionado ao Holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial –, mas que podem ser, “ao mesmo tempo, produção de uma história fictícia” (COURTINE, 1999, p. 21). A memória coletiva, vista a partir deste vislumbre, é também um “efeito de memória”. Ela pode ser contraditória, frágil e sujeita à interpretação do sujeito. Deve ser entendida “não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1997, p. 44). O nazismo, enquanto acontecimento histórico entendido a partir dessa perspectiva, quando inscrito no espaço da memória, apresenta uma forma-limite como referência inicial ou, como designa Pêcheux (1997, p. 44), “ponto de referência”. Segundo ele: “o acontecimento escapa à inscrição, que não chega a se inscrever” ou “o acontecimento que é absorvido na memória, como se tivesse ocorrido”.

Por isso, o discurso do sujeito que analisaremos, é um trabalho de interpretação, trabalho com os sentidos. Um caminho pelo qual tecemos possibilidades de mobilizar a teoria em prol de análise, um entendimento entre outros. É através dessa maneira de trabalhar que consideramos, conforme propõe Achard (1999, p. 15-16), que estamos diante de uma “construção discursiva do sentido” que é possível pelo fato de dar “abertura às práticas que podemos estudar ao nível da dialética entre repetição e regularização”, processos que podemos apreender a partir do que temos acesso, via testemunho do sujeito velho/idoso no documentário em questão nesse estudo, considerando sua condição de sobrevivente do Holocausto.

Estabelecemos outro olhar sobre a Alemanha Nazista, sobre o nazismo, sobre o Holocausto, mas, principalmente, sobre o sujeito velho/idoso que, por meio de nosso gesto de análise, ganha visibilidade. Nesta trilha de estudo, sua memória adquire importância e seus imaginários outra possibilidade de entendimento. Tomamos em foco o sujeito significando e produzindo sentidos a partir de si mesmo, de suas experiências sobre/a partir dos fatos de forma que: “[...] as lembranças se oferecem a nós, a ponto que parece às vezes, que as mais antigas são as mais próximas, ou ainda que todas se iluminam por uma luz uniforme, como objetos a caminho de fundir-se entre si no crepúsculo...” (HALBWACHS, 1990, p. 89).

## PARTE II – ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: UM CONSTANTE TRANSITAR

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em fundação das exigências do momento e das antigas lendas.

(Régine Robin, 2016, p. 214)

### 2.1 “CONSENTIMENTO E COERÇÃO NA ALEMANHA NAZISTA”: PELO CAMINHO DA HISTÓRIA

As pessoas desapareciam sem sinal, e seus melhores amigos não tinham coragem de perguntar para onde tinham ido. Só raramente havia um grito, um rumor horrível... circulava; eles ganhavam menos atenção do que acidentes de trânsito do dia a dia.

(Robert Gellately, 2011, p. 159)

Conforme a epígrafe acima aponta, o Regime Nazista causou ao mesmo tempo “consentimento” e “coerção” na Alemanha. Isso é afirmado por Robert Gellately, no livro “Apoiando Hitler, consentimento e coerção na Alemanha Nazista”, no qual o autor discute sobre o que os alemães realmente sabiam sobre o contexto em que estavam inseridos. Há, portanto, um polêmico estudo diante da possibilidade de as pessoas comuns desconhecerem o que se passava durante o período... O que essas “pessoas comuns” sabiam e de que forma participavam dos horrores da Segunda Guerra Mundial. Nosso estudo, nesse sentido, visa contribuir como mais um dos olhares possíveis em relação a um dos períodos mais sombrios da História.

Da mesma forma que Petri (2017, p. 81) entende a noção de “saber histórico”, o que buscamos mobilizar neste capítulo de nosso trabalho está relacionado com a busca pela explicitação de “processos de produção de sentidos, em determinados momentos sociais e históricos, que contitua imaginários” que constituem tantos outros sobre o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial. Assim, retomamos as palavras da autora para melhor explicar o que abordamos:

[...] compreendo não só que a Análise de Discurso pode e deve ser posta em relação com a História, sobretudo no que tange às possibilidades de leitura de um dado fato histórico, de uma dada discursividade; mas também podendo servir-se de noções profícuas às análises empreendidas. Isso está dado desde a fundação da Análise de Discurso na França dos anos de 1960, quando houve grande dedicação dos pesquisadores aos estudos epistemológicos.

O seu entendimento nos interessa porque possibilita o entendimento, também a partir de Catroga (2009), de que as relações entre os sujeitos fornecem a possibilidade de construção do saber histórico, o que resulta na produção da escrita da história, denominada pelo autor como “convencimento” ou “veracidade”, compreendida “através dos tempos”. Dessa forma é que podemos ter acesso ao saber histórico com a finalidade de produzir um saber histórico que se dá justamente pelo que o autor chama de “reconhecimento”. Logo, “a história, para a Análise de Discurso (AD), funciona como constitutiva do sujeito e do sentido e é pela noção de historicidade que aquilo que é exterior à língua passa a significar no discurso” (PETRI, 2017, p. 81).

Perseguiamos lembranças que estejam de alguma forma materializadas no discurso. Vamos atrás, também, dos rastros<sup>59</sup> que podem evidenciar memórias sobre o fato historicamente construído. Contudo precisamos estar sempre atentos, pois:

[...] o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente. Sua fragilidade essencial e intrínseca contraria assim o desejo de plenitude, de presença e de substancialidade que caracteriza a metafísica clássica. [...] é o liame entre rastro e memória. [...] Porque a memória vive na tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também *fragilidade* da memória e do rastro (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

Afirmamos, desde as primeiras palavras de nosso trabalho, que nosso gesto é uma dentre outras tantas possibilidades, possibilidades que podem ser frágeis como o rastro... que podem criar tensão e estabelecer sentidos outros, pois lançamos um gesto de interpretação. Começamos

---

<sup>59</sup>Lemos em Levinas (1993, p. 113-114, grifos do autor): "O rastro não é um signo como outro. Mas exerce também o papel de signo. Pode ser tomado por um signo. O detetive examina como signo revelador tudo o que ficou marcado nos lugares do crime, a obra voluntária ou involuntária do criminoso; o caçador anda atrás do rastro da caça; o rastro reflete a atividade e os passos do animal que ele quer abater; o historiador descobre, a partir dos vestígios que sua existência deixou, as civilizações antigas como horizontes de nosso mundo. Tudo se dispõe em uma ordem, em um mundo, onde cada coisa revela outra ou se revela em função dela. Mas, mesmo tomado como signo, o rastro tem ainda isto de excepcional em relação a outros signos: ele significa fora de toda intenção de significar [...] e fora de todo projeto do qual ele seria a visada. [...] O rastro autêntico [...] decompõe a ordem do mundo; vem como em 'sobre-impressão'. Sua significância original desenha-se na marca impressa que deixa, por exemplo, aquele que quis apagar seus rastros, no cuidado de realizar um crime perfeito. Aquele que deixou rastros ao querer apagá-los, nada quis dizer nem fazer pelos rastros que deixou. Ele decompôs a ordem de forma irreparável. Pois ele passou absolutamente. Ser, na modalidade de *deixar um vestígio*, é passar, partir, absolver-se."

versando sobre o estabelecimento da política nazista – a ditadura de Hitler – que “ocorreu logo após sua indicação como chanceler no fim de janeiro de 1933” (GELLATELY, 2011, p. 21). Em meio a um país já tomado por graves problemas políticos, sociais e econômicos, ao começar, mesmo que meramente líder de um governo de colisão, Hitler preparou-se para a eleição iminente que estava prestes a estabelecer um marco impossível de ser apagado da história alemã. Como afirma o autor:

Hitler queria criar uma ditadura, mas também desejava o apoio do povo. A coisa mais importante que podia fazer para conquistar a simpatia da população era resolver o enorme problema do desemprego. Ainda que esteja claro que o seu regime venceu a Grande Depressão de forma mais rápida do que qualquer uma das democracias ocidentais, mesmo assim foi preciso tempo. No curto prazo, Hitler transmitiu a sensação de ser um forte líder (GELLATELY, 2011, p. 22-23).

Como exemplo de determinação e de resistência, o estadista ganhou espaço e visibilidade na comunidade e, assim, iniciou suas estratégias de conquista do poder, de forma que, mesmo com a existência de persistentes grupos contrários ao nazismo, grande parte da comunidade alemã rapidamente “devotou-se” a Hitler e seu projeto de governo, apoiando sua ditadura até os últimos dias de 1945. Não eram medidas as formas de repressão contra os inimigos declarados e, ao mesmo tempo, buscava-se o apoio do povo. Então, o consentimento e a coerção estão “inextricavelmente entrelaçados”, durante a história do Terceiro Reich<sup>60</sup>. O que ocorre é que a inevitável violência começa a assolar o povo, de forma que, conforme esclarece Gellately:

A partir do início de 1933, ou mais tardar no final do ano, o poder já estava assegurado, e as brutalidades e violências que são identificadas com a chamada “tomada do poder” nazista começaram a diminuir. O terror por si mesmo não explica como o Terceiro Reich foi instalado, nem responde por seu considerável e persistente prestígio junto aos alemães (GELLATELY, 2011, p. 22-23).

Durante esse tempo, o regime continuava obtendo grande apoio popular, o que persiste durante os anos de guerra, visto que, apoiadores ou não, os cidadãos estavam cansados dos frequentes fracassos da política de Weimar, visto que, posteriormente aos anos turbulentos que marcaram sua república, o Estado alemão busca instaurar uma sensação de “normalidade”,

---

<sup>60</sup>O Terceiro Reich corresponde, segundo a Enciclopédia do Holocausto (s. d., s. p.) ao período no qual houve o desenvolvimento profícuo do nazismo, elevando-se ao poder, de forma que a república de Weimar fosse deposta. Assim, a Alemanha passa a ser chamada também de Terceiro Reich quando ocorre a nomeação de Adolf Hitler para o cargo de chanceler, em 30 de janeiro de 1933. A partir daí “A cultura, a economia, a educação e as leis passaram para o controle nazista” e a campanha para propagar cada vez mais os objetivos e ideias do regime foi colocada em ação.

assim como ocorreu nos dias que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Esse despreendimento da política de Weimar está atrelado ao fato de que “A República de Weimar” era identificada como a derrota na guerra, a paz humilhante, o distúrbio econômico e o caos social, não sendo lembrada com carinho por quase ninguém na Alemanha” (GELLATELY, 2011, p. 22).

Essa tentativa do “estabelecimento da democracia” através de Weimar é rechaçada e não fixa raízes em solo alemão porque, de modo geral, a sociedade estava cansada e enfurecida com a atual situação, porque “[...] viam por todos os lados como provas de decadência, degeneração e crime” (GELLATELY, 2011, p. 23). O cenário auxilia no apoio e na oferta de incentivo político ao regime de Hitler, para que ele pudesse agir decisivamente contra as “atividades democráticas e liberais de toda espécie”, usando da ilegalidade para colocar na sua esfera todos aqueles que, de alguma forma, ameaçassem a concretização de seus ideais. Ainda nas palavras do autor:

Hitler preencheu um vácuo de poder e em pouco tempo ganhou aprovação patriótica por resgatar sistematicamente o humilhante tratado de paz de 1919 e por restaurar, quase da noite para o dia, o que muitos alemães sentiam ser o lugar “de direito” do país como potência dominante do sistema do continente. Ele conseguiu fazer isso quase que sem um exército. Como recompensa por tais conquistas, e apesar da existência de persistentes bolsões de opinião negativa, rejeição ao nazismo e até mesmo exemplos de resistência, a maioria do povo alemão logo ficou devotada a Hitler e o apoiou até o amargo fim em 1945 (GELLATELY, 2011, p. 22).

Através dessas descrições sobre uma tentativa de traçar um percurso histórico no qual há o desenvolvimento do Regime Nazista liderado por Hitler na Alemanha, o que podemos refletir, perante essas primeiras palavras, é que, conforme já apontamos no título desta seção, ao mesmo tempo em que não há hesitação em relação às formas de repressão contra inimigos declarados, ocorre a constante busca pelo “consentimento e apoio” do povo em cada tomada de decisão.

Isso evidencia que, inextricavelmente, o “consentimento” e a “coerção” estão entrelaçados no período que compreende o Terceiro Reich, sobretudo porque a grande maioria das formas de repressão são exercidas sobre indivíduos específicos, geralmente pertencentes aos grupos minoritários, os guetos<sup>61</sup>, pelos quais a sociedade não nutria grande simpatia.

---

<sup>61</sup>A origem do termo gueto é atribuída ao movimento de autoridades italianas que, em 1516, obrigaram os judeus da cidade a concentrar-se em um bairro de Veneza que, então, ficou conhecido como o gueto da cidade. Ao consultarmos a Enciclopédia do Holocausto, está posto que, durante a Segunda Guerra Mundial, os alemães concentravam a população judaica em regiões cercadas, em regiões urbanas (mesmo judeus de outras regiões), obrigando-os a viver sob condições miseráveis. “Os guetos isolavam os judeus, separando-os não só das comunidades envolventes, mas também de outros grupos judaicos. Os alemães estabeleceram pelo menos 1.000

Ressaltamos que os guetos tiveram grande importância durante a Segunda Guerra Mundial, visto que os alemães viam neles uma possibilidade (ainda que provisória) de controle e de segregação dos judeus enquanto eram discutidas soluções para a remoção dessa população pela liderança nazista em Berlim. Além disso,

Em muitos lugares o isolamento dos guetos durou relativamente pouco tempo: alguns existiram por poucos dias, outros alguns meses ou anos. Com a implementação da "Solução Final", ou seja, o plano de extermínio de todos os judeus da Europa, iniciado no final de 1941, os alemães foram sistematicamente destruindo os guetos: os alemães e seus colaboradores locais fuzilavam os judeus nas proximidades dos guetos, junto a grandes valas onde caíam os corpos, ou os deportavam, normalmente em trens, para os campos de extermínio onde seriam assassinados. As SS e autoridades da polícia alemã deportaram uma minoria de judeus dos guetos para campos de trabalho forçado ou de concentração (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, s/d, s/p)<sup>62</sup>.

O Partido Nazista, então liderado por Hitler, emanou um conjunto de ideias e expressões que, mais tarde, ficaram conhecidas, no senso comum, como “ideologia nazista”, sobretudo a partir de 1933, quando a Polícia e as Tropas de Assalto nazistas passaram a recorrer à violência como forma de repressão, e também quando foram construídos/constituídos novos campos de concentração. Assim, já nos meses mais próximos do final do ano (1933), o poder estava assegurado e as ações nazistas que visavam a “tomada de poder” pouco a pouco começaram a diminuir.

Esse cenário começa a apresentar outras características quando, ainda em 1933, os nazistas estabelecem a criação da polícia secreta, a Gestapo. Gellately (2011, p. 49) versa sobre essa ação que:

[...] era parte do programa para reorganizar a polícia, e sua missão foi definida da seguinte maneira: ‘Rastrear e combater todos os esforços políticos para destruir o Estado’. Para cumprir suas tarefas, a nova organização montou escritórios regionais. Os funcionários foram recrutados não entre os nazistas leais, mais junto à polícia com o treinamento profissional e a necessária qualificação. Homens que afirmavam ser ‘idealistas’ se deleitaram com a ideia de trabalhar para a nova Gestapo e se apressaram em se alistar, na esperança de ajudar a restaurar a ‘lei e a ordem’ da maneira como as entendiam na época.

Com essas novas medidas, a partir de 1933 os judeus<sup>63</sup> passaram a ser o principal alvo dos nazistas, época em que começaram a ser criados os campos de concentração. Em um

---

guetos na Polônia e na União Soviética. As autoridades alemãs de ocupação estabeleceram o primeiro gueto na Polônia em Piotrków Trybunalski, no mês de outubro de 1939”.

<sup>62</sup>A “Enciclopédia do Holocausto” é um site, on-line, no qual consultamos diversos textos que abordam assuntos relacionados ao regime nazista alemão e ao Holocausto promovido durante a Segunda Grande Guerra. Segue o link: <https://www.ushmm.org/ptbr/holocaust-encyclopedia>.

<sup>63</sup>Em 1933 os judeus ocupavam apenas uma pequena parcela da população alemã. Conforme escreve Gellately



primeiro momento as ações da nova polícia eram ainda baseadas nos preceitos da “polícia velha” e, por isso, eram ainda “contrárias” ao cometimento de excessos ou medidas que pudessem configurar-se como ilegais. Porém, assim que o regime pôde, de fato, ser estabelecido, a Gestapo “se transformou na mais determinada implementadora do antissemitismo<sup>64</sup> com inspiração e aprovações oficiais” (GELLATELY, 2011, p. 51). A partir dessa nova forma de controle da população, houve acréscimos relacionados às determinadas conjunturas responsáveis pelas demandas da polícia em relação ao controle daqueles que eram considerados criminosos e precisavam ser combatidos (práticas criminosas ou comportamentos que eram considerados imorais).

Dessarte, foi desenvolvido um sistemático esforço para “educar” toda a polícia a partir dos ensinamentos nazistas. No ano de 1940, por exemplo, Himmler emitiu ordens pontuais sobre como propagar os ideais nazistas em sessões semanais e mensais, nas quais o intuito era transformar os homens numa espécie de nazistas-modelo, ou seja, que compartilhavam de uma ideologia e por meio dela – do poder – reforçavam as experiências que, no cotidiano, deveriam obedecer ao que era esperado do regime.

No período, ainda em transição, durante 1933 e 1934 – período em que Himmler<sup>65</sup> ficou incumbido de muitas das ações nazistas –, as declarações de Hitler em relação aos judeus eram caracterizadas justamente por uma ausência – e essa ausência significava. Configurava uma tentativa de apagamento da questão frente à sociedade alemã, de forma geral, mas que “às avessas”, perseguia e punia os judeus. Tratavam-se do que Orlandi (1997, p. 13) compreende, em uma leitura discursiva, como políticas de silenciamento. Compreendemos, nesse ínterim, essa política configurada na forma de uma “censura” que de alguma forma ecoa e “se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso dos sentidos”, porque os sentidos estavam ali, mesmo que velados.

---

(2011, p. 54), as estatísticas apontavam que em média 525 mil judeus “crentes” viviam no país. “Eles eram menos de 1% da população alemã e estavam diminuindo bem antes de Hitler chegar ao poder”. Muitos deles viviam amedrontados e sofriam discriminação, sobretudo, religiosa.

<sup>64</sup>Segundo a Enciclopédia do Holocausto (s. d., s. p., os grifos não são nossos), “A palavra *antisemitismo* significa preconceito ou ódio contra os judeus. O Holocausto, ou seja, a perseguição e assassinato dos judeus europeus promovidos pelo governo alemão e seus colaboradores, é o exemplo mais radical de antisemitismo na história da humanidade.

<sup>65</sup>Heinrich Luitpold Himmler foi um comandante militar da SS e um dos principais líderes do Partido Nazista. Posteriormente aos seus primeiros “feitos” enquanto comandante, Hitler decidiu nomeá-lo Comandante do Exército de Reserva e General Plenipotenciário do Reich. Sob as ordens de Hitler, foi um dos importantes líderes responsáveis pela implementação e controle dos campos de concentração nazistas. Após ser designado para comandar o Grupo de Exército Reno e do Grupo de Exércitos Vístula, nos quais foi substituído porque não atingiu os objetivos requeridos por Hitler. Em seguida, buscou contatar alguns aliados para estabelecer a paz sem o conhecimento de Hitler que, ao saber disso, destituiu-o de todas as suas funções e ordenou sua prisão, em abril de 1945. Passou um tempo escondido, mas foi encontrado pelas forças britânicas e preso assim que sua identidade foi descoberta. Ainda enquanto estava sob controle dos britânicos, suicidou-se em 23 de maio de 1945.

Trata-se, ainda conforme a autora, na “força corrosiva do silêncio que faz significar em outros lugares o que não ‘vinga’ em um lugar determinado”. Em outras palavras, o que em lugares determinados não podia vingar pela própria intencionalidade, cujos sentidos jamais cessam, apenas mudam os seus caminhos. Nesse limiar, o que Gellately (2011, p. 55) traz à baila está intrinsecamente relacionado com esse fato, visto que:

[...] medidas contra os judeus ordenadas pelo governo avançavam devagar, pois a prioridade era a solução do desemprego. Os nazistas até mesmo recuaram de uma de suas mais antigas promessas eleitorais, que era fechar as lojas de departamentos de propriedade de judeus, porque isso poderia aumentar o desemprego quando os funcionários ‘arianos’ perdessem seus trabalhos. A princípio, ações contra os judeus que pudessem perturbar a economia foram evitadas, e havia preocupações quanto à opinião pública internacional e quanto a um potencial de boicote contra a Alemanha por parte de países como os Estados Unidos.

O boicote, ao qual nos referimos anteriormente, na verdade, conjurou-se pelos nazistas em meio à própria sociedade alemã, mas sob outra forma. Inclusive foi marcada para o dia 1º de abril e o tema tomou enorme repercussão através das páginas dos jornais, que o tratavam como uma “contramedida” do partido como forma de reação às várias “atrocidades” que estavam, supostamente, sendo praticadas por judeus no exterior, até mesmo aqueles que lutavam em nome do socialismo e do comunismo.

Quando usamos o verbo “conjurar”, não se trata de uma simples escolha lexical, porque a conjuração foi estabelecida – pelas organizações nazistas – via mulheres que foram mobilizadas no intuito de desencorajar a população a comprar quaisquer mercadorias provenientes de comércio judeu. Assim, por meio de propagandas, o nazismo explora o potencial da linguagem para também estabelecer uma forma de controle sobre a memória, estabelecendo um abismo imaginário entre os judeus e os demais cidadãos alemães.

Quando, anteriormente, tratamos de que o silêncio naquele determinado momento da história alemã foi necessário, mas que estava habitado por sentidos que significavam talvez num outro lugar, é porque após esse episódio Hitler disse, em uma entrevista, que a ação que estava ocorrendo – o boicote – deveria evitar “formas indesejadas”. Ou seja, o silêncio, neste caso, constitui a supressão de uma manifestação para que a atribuição do que consideramos uma manobra, não fosse, pouco depois, atribuída a ele, pois ainda precisava da maioria do apoio popular. É o sentido fazendo sentido. O trocadilho justifica-se porque “O homem está ‘condenado’ a significar”. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à interpretação: tudo tem que fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico (ORLANDI, 1997, p. 33) e

isso é inevitável, visto que está nas bases da constituição do que é subjetivo... Da existência humana.

Paulatinamente, a “nova polícia” de Hitler acostumou-se/adaptou-se a praticar atos violentos em função de medidas urgentes, porque determinados procedimentos poderiam demorar um tempo que era indesejado. Isso desencadeia uma nova aliança da qual trata Gellately, afirmando que:

Em meados de 1934, eles conseguiram uma oportunidade de ir em busca de apoio público, quando afinal se lançaram contra as Tropas de Assalto (SA). Em 30 de junho de 1934, os líderes da SA foram mortos por ordens de Hitler. Durante a chamada “noite dos longos punhais”, as radicais ambições das SA, que continuavam sonhando com uma verdadeira revolução social, foram destruídas de uma vez por todas. O evento foi apresentado à população alemã como uma tentativa de golpe do líder da SA [...] Longe de provocar questionamentos entre o povo alemão, pelo que se viu, esse primeiro assassinato em massa no Terceiro Reich rendeu dividendos políticos a Hitler, porque deu a muitos cidadãos a oportunidade de aceitar a nova “normalidade” e o lado coercivo da ditadura (GELLATELY, 2011, p. 75).

Com o crescimento do poder da polícia, em 1935, esta já ocupa uma posição dominante na sociedade. Isso porque, alguns meses antes, ainda em 1934, ocorre o “Dia da Polícia Alemã”, quando os nazistas buscam formas de estreitar relações com a polícia e a população. Essa primeira realização ocorreu antes do natal de 1934, de forma que pudesse mostrar “o lado mais suave e social da polícia, que arrecadava dinheiro para a campanha de caridade ‘Ações de Auxílio Invernais’” (GELLATELY, 2011, p. 82). Essas manobras auxiliavam positivamente a Gestapo a conduzir objetivos que mais tarde, no ano de 1937, puderam ser concretizados. Nesse ano, por meio dos jornais, a Gestapo buscava alimentar todas as narrativas relacionadas às supostas relações entre a comunidade judia e as atrocidades que aconteciam, sobretudo naquilo que era visto como formas de traição do comunismo. Assim, vinculando os judeus ao crime, o comum ódio é rapidamente espalhado, de forma que, frequentemente, a imprensa publicava notícias com relatos sobre judeus e seus supostos envolvimento em crimes de apropriação indébita ou de fraudes, assim como relacionados ao sexo, às drogas ou ao dinheiro.

A imprensa, porém, não era a única ferramenta utilizada com o intuito de promulgar o ódio aos judeus e o auxílio na concretização dos ideais nazistas que, como percebemos, se apregou muito bem na polícia, após os projetos de Hitler que visaram à “educação” e criação de policiais “especializados” para a demanda, na época. Já, dois anos antes, em 1933, havia ocorrido a fundação do primeiro campo de concentração, em que a imprensa já havia atuado de forma significativa. A construção dos primeiros campos surgia como uma forma de “esperança” aos cidadãos e eram justificados, como nos aponta Gellately (2011, p. 95), partindo da premissa

de que proporcionavam aos prisioneiros “oportunidade para refletir sobre suas ações vergonhosas”.

Tomamos como exemplo dessa forma de controle dos sentidos atribuídos aos campos a imprensa de Dachau, que saudou a criação de um campo na cidade, e, no mesmo dia um jornal, apontou as vantagens econômicas para a cidade que, em relação às demais, estava atrasada: “O campo supria suas próprias necessidades e tinha bastante mão de obra de baixo custo” (GELLATELY, 2011, p. 95). Ressaltamos, porém, que algum tempo depois, após as descobertas das “atrocidades” que eram cometidas nos campos de concentração, a reputação da cidade foi resumida no ditado: “Querido Deus, faça com que eu fique calado, para que eu não vá para Dachau”. Mais uma vez, como refletimos anteriormente, o silêncio irrompia nas bases de uma sociedade, cuja salvação era possível graças às constantes tentativas da autocensura, de evitar a propagação do que não poderia ser ouvido.

Gellately (2011) descreve a ilusória imagem desses campos transmitida aos cidadãos antes que os mesmos soubessem das reais formas com que os prisioneiros eram tratados. Vejamos:

Nos *close-ups* dos que eram descritos como “representantes típicos dos sub-humanos” no campo, havia não apenas um comunista, mas uma pessoa “preguiçosa”, um “parasita do corpo político”, e um criminoso profissional. A legenda de uma foto pedia aos eleitores para que observassem a configuração deformada da cabeça, pela qual tais pessoas supostamente poderiam ser reconhecidas, e outra imagem chamava a atenção para as feições faciais de um “criminoso político”. Na legenda de outra fotografia, havia a casual observação de que “para proteger a comunidade do povo, o Estado alemão removeu de maneira permanente esses tipos de associação como resto da nação”. A conclusão a ser tirada era a de que alguns tipos de pessoas pertenciam aos campos e jamais deveriam ter a permissão para sair. Também incluídas entre os *close-ups* havia imagens de dois judeus, afirmando-se que um deles era culpado de “profanação racial”, como que para transmitir a ideia de que os judeus estavam nos campos por causa dos crimes sexuais (GELLATELY, 2011, p. 112).

Em meio aos “close-ups”, através dos quais os nazistas buscavam “estabilizar” e “regularizar” alguns dos sentidos sobre esses espaços, o comandante Himmler manifestou-se, explicitando o desejo de “falar abertamente sobre os campos” e, por meio de mais uma de tantas táticas, apontou o que de positivo que os campos ofereciam e argumentou sobre as mentiras ou exageros que a imprensa estrangeira estava veiculando a respeito dos mesmos. Ele, enquanto um dos principais representantes de Hitler, buscava mostrar que os campos eram uma “medida aguda e severa”, cujo intuito era instituir “valores novos e duros, criados por meio de trabalho, de uma rotina regulada, de uma limpeza inaudita, tanto no modo geral de viver como no cuidado

com o corpo, de comida decente e de um controle mais rígido e justo” (GELLATELY, 2011, p. 115).

Destacamos aqui algo que, mesmo contraditoriamente, regia os ideais dos nazistas e estabelecia determinadas formas de agir, cujo regulamento pré-determinava o destino dos prisioneiros. Conforme Gellately (2011), nos portões dos campos havia escrito o seguinte lema: “Há um caminho para a liberdade. Os marcos são: obediência, trabalho duro, integridade, boa ordem, disciplina, limpeza, sobriedade, honestidade, autossacrifício e amor à pátria”.

Já, nos anos seguintes, principalmente quando (entre os anos de 1938 e 1939) da iminência da guerra, os preceitos nazistas espalham-se com rapidez e proporcionalidade entre a sociedade alemã, de forma que, por estarem “incentivados” por essa “ideologia racista” que considerava todos os judeus como “vermes parasitas” que deveriam ser eliminados, ocorre o início do genocídio numa escala sem igual. São condenados “todos os judeus da Europa à destruição: os doentes e os saudáveis, os ricos e os pobres, os religiosos ortodoxos e os convertidos ao cristianismo, os velhos e os jovens, até mesmo bebês (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, s. d., s. p.).

Começa a configurar-se o que ficou historicamente designado como o antissemitismo e que consiste em uma prática social que, quando observamos a partir da Análise de Discurso (AD), envolve um processo no qual o sujeito que toma uma posição é capaz de, por meio de seu discurso, “regularizar” determinados sentidos, conforme alguns que elencamos mais acima, como forma de perseguição a população judaica. Conforme as palavras de Indursky (2011):

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão construir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (INDURSKY, 2011, p. 71).

Assim, o contexto antissemita<sup>66</sup> propagado por Hitler envolve o que é definido por Pêcheux (1997, p.143) por “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, porque a ideologia não é um fator único no qual ocorre o processo dessa reprodução e/ou transformação das relações de produção numa determinada “formação social”. Por isso, sobretudo, pelo fato de o Regime Nazista<sup>67</sup> estabelecer um projeto político, no qual as

<sup>66</sup>Essa questão está relacionada com uma das convicções mais ferrenhas de Hitler que consistia na crença de que toda nação que permitisse a “mistura sanguínea” de seu povo estava condenada a decair. Por isso, foram proibidas as relações sociais entre os judeus e não-judeus e, conseqüentemente, os casamentos.

<sup>67</sup>Em 14 de julho de 1933 o Partido Nazista torna-se o Partido do Estado e, com isso, todos os partidos políticos são extintos, o que culminou na instauração da ditadura no país que perdurou até 1945, quando houve a derrota militar da Alemanha (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, s. d., s. p.).

formas de autoridade sobre a sociedade são baseadas em “não-medidas” de poder, ainda, conforme Pêcheux (1997, p. 144, grifos do autor), trata-se de um “contraditório” processo de “produção/transformação”, no qual “*todo modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes*”.

Recaímos, inevitavelmente, na relação entre a ideologia e os “Aparelhos Ideológicos de Estado<sup>68</sup>”, proposta por Althusser (s. d.). Cabe-nos, também, ressaltar que, a partir de Marx, o autor destaca que o “Aparelho de Estado (AE)”, não se confunde com o “poder de Estado”, visto que do lado do Aparelho, que é repressivo, outra realidade se manifesta. Esta outra realidade é, então, designada como “Aparelhos Ideológicos de Estado”. Essas distinções são imprescindíveis em nosso trabalho, pois o “Aparelho Repressivo de Estado” funciona, sobretudo, pela violência, já os “Aparelhos Ideológicos de Estado”, funcionam, sobretudo, pela ideologia. Na prática, durante o Regime Nazista, conforme argumenta Gellately (2011), tal engrenagem esteve em funcionamento sobretudo a partir de 21 de março de 1933, quando as intervenções de Hitler iniciaram. Mais precisamente, quando, segundo o autor:

[...] ele anistiou alguns nazistas por crimes, incluindo assassinatos, que haviam cometido durante a revolução. Essa intercessão e outras similares que se seguiram atingiram diretamente a própria existência do império e da lei, por conseguinte, contribuíram para a ascensão do sistema policial de justiça e para o crescente radicalismo das cortes (GELLATELY, 2011, p. 133).

Ainda, de acordo com o autor citado acima, a partir do início da guerra, mesmo quando, tanto os juízes quanto as outras autoridades judiciais responsáveis “[...] faziam objeções a execuções mal-disfarçadas e tecnicamente ilegais, havia um amplo consenso geral de que tais ‘elementos antissociais’ deviam ser erradicados” (GELLATELY, 2011, p. 133). Observamos, dessa forma, discursos que têm seu funcionamento desencadeado a partir de determinadas condições de produção e que funcionam a partir de determinados fatores, ou seja, sobre aquilo que nos referimos na parte introdutória desta dissertação: as relações de sentido.

Anteriormente, quando nos referimos aos Aparelhos Ideológicos de Estado a partir de Althusser (s. d.), refletimos brevemente sobre as questões ideológicas relacionadas ao Regime Nazista alemão. O imaginário sobre o antissemitismo, por esse viés, compreende a instância

---

<sup>68</sup>Nas palavras de Althusser (s. d., p. 31-32, grifo do autor), “O Estado é então e antes de mais aquilo a que os clássicos do marxismo chamaram *o aparelho de Estado*. Este termo compreende: não só o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos a partir das exigências da prática jurídica, isto é a polícia – os tribunais – as prisões; mas também o exército, que (o proletariado pagou esta experiência com seu sangue) intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância quando a polícia, e os seus corpos auxiliares especializados, são <<ultrapassados pelos acontecimentos>>; e acima deste conjunto o chefe do Estado, o governo e a administração”.

ideológica, cuja materialidade concreta existe, segundo Pêcheux (1997, p. 146, grifo do autor), “[...] sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter “regional” e composições de classe [...]”. O autor ainda esclarece que:

*A dominação da ideologia (da classe) dominante, que é caracterizada, no nível ideológico, pelo fato de que a reprodução das condições de produção “subjuga” sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme o caos), corresponde, pois, menos à manutenção do idêntico de cada “região” ideológica considerada em si mesma do que a reprodução das relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões (com seus “objetos” e as práticas no interior das quais eles estão inscritos) [...]* (PÊCHEUX, 1997, p. 146, grifos do autor).

De maneira geral, a ideologia da classe dominante, no caso, a que está relacionada àqueles que se identificavam com o nazismo, que sucumbiam à interpelação ideológica – os sujeitos arqueados diante do nazismo –, evidenciam um imaginário que, sob os fortes ideais propagados por Hitler, conforme a Enciclopédia do Holocausto (s. d., s. p.), estava permeado pela abordagem social darwinista, sobre a teoria da evolução, mais precisamente relacionada à “sobrevivência dos mais fortes”. Vejamos:

Para os nazistas, a sobrevivência de uma raça dependia de sua capacidade de se reproduzir e multiplicar, sua acumulação de terras para sustentar e alimentar tal população em crescimento, e do cuidado em manter a pureza de seu patrimônio genético, para assim preservar as características “raciais” exclusivas com as quais a “natureza” os havia dotado para que tivessem sucesso na luta pela sobrevivência. Uma vez que cada “raça” procurava se expandir e o espaço sobre a terra era finito, a luta pela sobrevivência resultava, “naturalmente”, em conquistas e confrontos militares violentos. [...] Ao mesmo tempo em que classificava os judeus como seu principal “inimigo”, o conceito ideológico de raça nazista visava outros grupos para perseguição, aprisionamento e aniquilação, entre eles os ciganos, os deficientes físicos e mentais, os poloneses, os prisioneiros de guerra soviéticos e os afro-germanos. Os nazistas também classificaram seus opositores políticos, as Testemunhas de Jeová, os homossexuais e as pessoas anti-sociais como inimigos que colocavam em risco a segurança, uma vez que não apoiavam o regime nazista ou porque algum aspecto do seu comportamento não se encaixava nas percepções nazistas sobre as normas sociais. Eles procuravam eliminar pessoas não-conformistas e as chamadas “ameaças raciais” internas na busca por uma eterna purificação da sociedade alemã (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, s. d., s. p.).

Todo esse imaginário em relação aos “degenerados”, aos “parasitas”, visava à limpeza das ruas alemãs, pois era necessário “banir os criminosos e purificar a raça” (GELLATELY, 2011, p. 150). Ou seja, compreende (o imaginário) duas esferas (que se entrecruzam): a histórica, que pressupõe a crença nazista de que a história humana era determinada, biologicamente, a partir de diversos povos, com diferentes raças, dentre as quais a alemã, considerada a “raça superior” estaria destinada a comandar todas as outras (ENCICLOPÉDIA

DO HOLOCAUSTO, s. d., s. p.) e a discursiva, que considera uma determinada “instância ideológica” que, por sua vez, é caracterizada pelas diferentes estruturas de “desigualdade-subordinação”.

Nesse caso, a ideologia antissemita possibilita que, numa formação social (que, neste caso, corresponde ao período em que vigorou o Regime Nazista), circulem diferentes saberes que estão relacionados aos diferentes imaginários sobre o antissemitismo. Via ideologia, alguns conceitos são revistos e passam a significar de formas diferentes. Esse “movimento” constitui a busca por um novo panorama diante das questões sociais, visto que os nazistas não queriam se livrar apenas daqueles que eram considerados como criminosos, mas de todos os antissociais que, de uma forma ou outra, não se enquadravam nos novos ideais norteadores do regime em vigor. Trata-se de um movimento que foi chamado de “sadio sentimento popular”, que buscava desprender das ruas das cidades todos os marginalizados, como as prostitutas e os ciganos, sobretudo o que os nazistas chamaram de “praga dos mendigos”.

A propulsão com que a repressão a partir do ano de 1939 se espalha sobre o território alemão é cada vez mais violenta. Em outubro desse mesmo ano, Hitler, enquanto expoente máximo de poder do nazismo alemão, começa a exigir execuções em busca da “correção” daqueles que eram considerados criminosos<sup>69</sup>. É o momento em que, como vínhamos discutindo pela via ideológica, o conceito de crime passa por alterações. Conforme Gellately (2011, p. 133):

A sentença de morte – ou simples fuzilamento – para esses crimes demonstrou que não havia mais distinções claras entre “crimes normais”, conforme definido pelo código criminal, e “crimes políticos”. Todo o conceito de “crime” havia sido politizado e considerado como “oposição” ilegal. Com base nas ordens explícitas de Hitler e/ou com a autoridade conferida pelo cumprimento da vontade do Führer, a Gestapo podia ignorar as cortes quando achasse melhor. Membros da Gestapo até mesmo sugeriram ao Judiciário que, se juízes achassem que ‘a demanda do povo pela pena de morte’ em algum caso não pudesse ser concretizada por problemas ilegais (tais como falta de provas), eles poderiam entregar o acusado à polícia para ser executado. O argumento para essa mudança era de que ela pararia com as ‘correções’ da política e veredictos das cortes e evitaria mais danos à credibilidade e à imagem pública dos tribunais.

---

<sup>69</sup>Em 13 de outubro de 1939, Hitler lançou exigências para que o veredito da Corte Especial para dois ladrões fosse transmutado em execução, porque considerou as sentenças muito brandas. Segundo o que afirma Gellately (2011, p. 132), “Ele interveio de novo, quase ao mesmo tempo, em outro caso para ‘corrigir’ a Corte Especial de Munique que sentenciara um homem a dez anos de prisão por roubar uma bolsa aproveitando a escuridão das ruas (cujas luzes eram apagadas como medida contra aviões aliados). Apesar de não ter havido violência e a bolsa da mulher conter apenas alguns marcos, quando Hitler leu a história nos jornais ficou indignado e ordenou que o homem, condenado como ‘parasita do corpo político’ [...] fosse executado”.



As medidas adotadas para lidar com os criminosos e com o problema que assolava os nazistas em relação aos procedimentos necessários para solucionar a questão de o que fazer com os cidadãos judeus levaram à implementação da “Solução Final”<sup>70</sup>. Como acrescenta Marrus<sup>71</sup> (2003, p. 79), o ano de 1938 estabelece um marco no aumento da perseguição do povo judeu na Alemanha e se configurou “como um novo surto de violência e a orientação de expulsá-los do *Reich* recentemente expandido”. Segundo o autor, “Em janeiro de 1939, o Gabinete do Exterior alemão informou a seus representantes em todo o mundo sobre a necessidade de uma solução radical para a questão judaica, classificando o objetivo a longo prazo como ‘uma solução internacional’”. Essa “solução internacional”, através do Gabinete do Exterior, propunha um acordo que fosse negociado juntamente com outros países para que os judeus deixassem a Alemanha, até mesmo levando pequenas parcelas do seu patrimônio.

Toda a atmosfera que nos anos de 1938 e 1939 assolava a Alemanha é ainda mais aterrorizante em meados do ano de 1943, sobretudo em relação aos campos de concentração. Nos anos que compreenderam a guerra, havia cerca de 40 subcampos só em Munique, além das outras comunidades que ficavam localizadas nas proximidades, como Allach, Ottobrun, Schleisheim e Neubing, cujo conjunto de prisioneiros era de um número entre 15 e 17 mil. Aproximadamente trinta campos de concentração estavam localizados ao redor de Berlim e mais da metade deles estava ocupado por mulheres, em função da tomada da capital por alguns dos campos que foram inseridos também na cidade. Estima-se ainda que cerca de 700 campos de variados tipos estavam localizados em determinadas áreas de Berlim, nos quais estavam aprisionados os estrangeiros.

O percurso histórico que circunda nossa pesquisa, portanto, inicia em 1933 e prossegue até 1945, quando a ditadura nazista está em sua forma mais violenta e se esforça para impedir o inevitável: a queda de Hitler. Em revisão da bibliografia dedicada ao estudo do Holocausto, Gellately (2011, p. 342) afirma que “a guerra fortaleceu ainda mais a aceitação básica do regime, até pouco antes do final, também à medida que a maré da guerra virou e os ataques aéreos dos Aliados verdadeiramente bombardearam a comunidade alemã e a transformaram em uma real ‘comunidade da morte’”.

Pouco a pouco a guerra começa a atingir e comprometer a utopia projetada por Hitler. Em meio ao clima de intensa violência, ainda conforme Gellately (2011), alguns dos relatórios

---

<sup>70</sup>Marrus (2003) afirma que talvez a proposição “Solução Final” tenha surgido em 1940, a partir de um contexto que buscava, na verdade, uma “solução territorial final”, a partir da qual fosse possível executar projetos de saída em massa da população judaica para a ilha de Madagascar, no Oceano Índico, na África.

<sup>71</sup>Michael Robert Marrus é um historiador canadense, mundialmente conhecido, especializado em história da França, do Holocausto e dos judeus.

da opinião pública realizados nessa época sugerem que, apesar de muitos dos cidadãos continuarem apoiando Hitler, alguns já estavam fartos da situação. Uma frase, que ficou muito conhecida por Hamburgo, dizia o seguinte: “Melhor um fim com horror do que um horror sem fim”.

Quando os ideais e os sonhos de Hitler são enterrados junto com os corpos de indivíduos que residiam na Alemanha durante o período da Segunda Guerra Mundial, é chegado o momento do Führer demarcar seu próprio destino e rabiscar sobre suas próprias heranças:

O testamento político de Hitler, escrito em 29 de abril no *bunker*, declara que ele preferia morrer a ser feito prisioneiro e deposto, e traz o pedido a seus sucessores para fazer o possível para fortalecer o espírito de resistência e continuar a guerra. Antes de cometer suicídio, ele nomeou um novo governo, destituindo Himmler e Göring de seus cargos por abrirem negociações com Aliados. Ele não poderia terminar sem apresentar mais uma vez suas alegações antisemitas, em particular a de que uma conspiração judaica internacional dera início à guerra. Ele fez mais uma referência à sua famosa ‘profecia’ do que aconteceria aos judeus caso ‘eles’ envolvessem o mundo em outra guerra. No fim, Hitler se agarrou às suas próprias alegações e propaganda” (GELLATELY, 2011, p. 386)

Assim como lançamos as primeiras palavras, que causam um efeito de início da escritura de nossa dissertação, quando mencionamos sobre a herança que vai do avô ao pai e depois ao filho – que é cultural e constitutiva – e que de alguma forma repercute, significando através do tempo, Hitler de alguma forma ecoa, ainda. Enquanto sujeito ele significa na e pela história e, por isso, retomamos algumas palavras de Gagnebin (2006, p. 50) para expandir o entendimento sobre as formas pelas quais uma herança pode ser passada, seja de um pai para um filho ou, no caso, de Hitler para aqueles que ainda continuaram firmes, acreditando em seus preceitos. Vejamos:

O que importa é que o pai fala do seu leito de morte e é ouvido, que os filhos respondem a uma palavra transmitida nesse limiar, e reconhecem, em seus atos, que algo passa de geração para geração; algo maior que as pequenas experiências individuais particulares, [...] maior que a simples existência individual do pai, um pobre vinhateiro, porém, que é transmitido por ele; algo, portanto, que transcende a vida e a morte particulares, mas nelas se diz; algo que concerne aos descendentes. Uma dimensão que simultaneamente transcende e "porta" a simples existência individual de cada um de nós. Podemos chamá-la "o simbólico" ou mesmo "o sagrado" [...] A perda da experiência acarreta um outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, de narração, que têm sua fonte nessa comunidade e nessa transmissibilidade.

Uma herança que, talvez, signifique ainda que perdida na/pela história. Que pode sob várias formas ter repercutido, mas que não foi lançada aos olhos de quem busca apenas pelo viés da história compreender os fatos. E é por isso que buscamos entender o funcionamento da

memória e as suas relações com a história, afinal, muito ainda está em uma lacuna que segue “vazia” na história. Isso está relacionado com o fato de que quando a guerra se aproximava do fim, alguns dos responsáveis pelos campos de concentração, que ainda restavam, não sabiam o que fazer com os prisioneiros. Nesse sentido, retomamos a reflexão proposta por Gagnebin (2006) (que acreditamos estar melhor esclarecida em nosso próximo capítulo), sobre a questão da circulação de uma herança que é ideológica e que não “apaga-se” como um sopro de quem deseja algo em seu aniversário e profere sobre a vela uma vontade de concretização de alguns sonhos, projetos ou ideais. Remetemo-nos à rememoração que, conforme versamos mais acima:

[...] implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2006, p. 55).

Nesse sentido, Gellately (2011, p. 365) corrobora para que estabeleçamos uma – ainda que ilusória – sensação de fechamento do percurso histórico que traçamos:

A história ainda precisa ser escrita, e é provável que uma considerada dose de mistério permaneça, pois pouquíssimos documentos sobreviveram. Em alguns momentos, os nazistas decidiram não deixar os prisioneiros para trás, mas sim evacuá-los. Temos pouco detalhes sobre o processo de decisão por trás das evacuações e, além disso, os eventos em nível local acabaram mergulhados em caos e confusão, de modo que, fora as ordens “de cima”, o que aconteceu precisa ser estudado caso a caso, campo por campo.

E traçamos esse percurso por meio da escrita que, conforme Gagnebin (2006, p. 113), não é mais um rastro privilegiado ou mais duradouro do que quaisquer experiências humanas, pois “ela é rastro, sim, mas no sentido preciso de um signo ou, talvez melhor, de um sinal aleatório que foi deixado sem intenção prévia, que não se inscreve em nenhum sistema codificado de significações, que não possui, portanto, referência linguística clara”. Assim, o rastro pode ser muitas vezes um resultado do acaso, pode sofrer negligências e violências, de forma que, como complementa o autor, os “rastros não são criados — como são outros signos culturais e linguísticos —, mas sim deixados ou esquecidos”. Ademais, “Os rastros [...] constituem apenas uma pequena parte dos eventos passados”.

A memória é seletiva, pois nem tudo pode ser registrado no transcorrer histórico

(PAIXÃO; FRISSE, 2016, p. 197-198)<sup>72</sup>. Do que restou, seja pela história ou pela memória, não resta a nós compreender ou justificar<sup>73</sup>, visto que somos condenados a interpretar (ORLANDI, 2009). É também a partir desse ponto de vista que trabalhamos, pois, como já afirmamos, estabelecemos possíveis olhares sobre o Holocausto, seja pela história, seja pelos testemunhos dos velhos/idosos que estão contidos no documentário “Sobreviventes do Holocausto”. Por esse percurso, no qual traçamos uma possibilidade de história (que é sempre relativizada e não possui relação obrigatória com a verdade) estabelecemos também um imaginário *sobre* essa história.

Um cenário no qual os judeus, pela necessidade de abertura ao mundo moderno, que “[...] lhes impôs a necessidade de historiadores” (NORA, 1993, p. 8), tiveram que abdicar da tradição para dar espaço à institucionalização da história que, como insistimos, é carregada de sentidos, significados, silêncios, lacunas e, por isso, não apresenta nada que pode ser relacionado a uma verdade absoluta, mas configura algo que está aberto às interpretações, aos múltiplos sentidos<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup>Estes autores da área do Direito, que escrevem “Usos da memória: as experiências do Holocausto e da Ditadura no Brasil” (2016), oferecem-nos importantes considerações em relação ao Holocausto, enquanto acontecimento, pensando na recuperação de uma memória, bem como dos riscos ao fazer o seu uso. Nes se sentido, são relevantes em nosso trabalho e serão recuperados em determinadas partes de nossa escritura, quando, de algum modo, pensamos em questões relacionadas ao que foi exposto.

<sup>73</sup> Como nos ensina Paixão e Frisso (2016, p. 200, grifos dos autores): “A relação automática entre *compreender* e *justificar* não deve ser estabelecida de forma geral. Compreender o mal não significa, necessariamente, justificá-lo. Compreender é reconhecer o fato de que pertencemos todos à mesma humanidade. A compreensão do mal é necessária para impedir-lhe o retorno. A memória, ao permitir a compreensão do mal, não destrói a vítima. Ao impedir futuras violações de direitos humanos, ela tem o potencial de nutrir a vida, o convívio. Essas duas perspectivas ilustram que a reconstrução do passado não é capaz de definir, por si, o seu uso futuro. A memória, por ser seletiva, escolhe entre as informações recebidas de acordo com determinados critérios. Esses critérios, conscientemente ou não, trazem em si a possibilidade de uso do passado. [...] Ao ser evocada em um memorial, por exemplo, a memória não é apenas uma lembrança dos mortos, ela permite a identificação dos mortos como heróis ou vítimas, como possuidores de honra, fé, lealdade”.

<sup>74</sup>Trabalhamos com relações de sentidos porque, como podemos observar a partir de Gellately (2011, p. 24-25, grifo do autor), houve muita persuasão, na qual o Regime Nazista era mestre. Por isso, desse período, há as mais variadas versões da história, como acreditamos trabalhar exaustivamente para demarcar na parte inicial de nossa dissertação. Recuperamos fielmente as palavras do autor para apresentarmos um exemplo disso: “As mulheres também foram persuadidas e, de acordo com Ute Frevert, a maioria delas não vivenciou a era nazista (mesmo em comparação com os anos liberais de Weimar) como algum tipo de ‘regressão’ aos dias negros da discriminação. A ‘relativa escassez de atos deliberados de resistência política’, sugere Frevert, pode ser interpretada como um sinal de ‘que as mulheres que satisfaziam as exigências políticas, raciais e sociais – caso da maioria – não percebiam o Terceiro Reich como um inferno para a mulher. Muito do que ele introduziu era sem dúvida atraente; o resto se aprendia a aceitar’. Uma articulada mulher de classe média, esposa de um proeminente historiador da Alemanha – nenhum dos dois, aliás, era membro do Partido Nazista –, afirmou em uma recente entrevista que ‘no geral, todos se sentiam bem’. Ela se recorda de como ‘queria ver apenas o que era bom’, e o resto ela ‘simplesmente colocava de lado’. Ela sente, ainda hoje, que a maior parte dos alemães ‘no mínimo tentou, mesmo quando não concordavam 100% com o Terceiro Reich ou com o Nacional Socialismo, adaptar-se. E certamente houve 80% que viveu produtivamente e de maneira positiva durante o período... Nós também vivemos anos bons. Nós tivemos anos maravilhosos”.

## 2.2 O TESTEMUNHO E A TESTEMUNHA: TENSÕES SOBRE O CONTRADITÓRIO NARRAR DA HISTÓRIA

A memória é um fenômeno complexo e será preciso muito tempo antes de poder escrever a “verdadeira história” do passado. Convém, modestamente, fazer com que todas as vozes e todas as falas sejam ouvidas.

(Régine Robin, 2016, p. 264)

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras.

(Maurice Halbwachs, 1990, p. 25)

Nas preambulações desta discussão, nas quais estabelecemos algumas reflexões sobre o testemunho do sujeito velho/idoso no documentário que nos serve, nesta pesquisa, começamos colocando em xeque uma questão: o que é “fazer história”? Certeau (2002, p. 18, grifos do autor) nos esclarece que a história “*se apóia num poder político que criou um lugar limpo (cidade, nação, etc.) onde um querer pode e deve escrever (construir) um sistema (uma razão que articula práticas)*”. Pois bem, em que ela (a história) implica no contexto sobre o qual investimos nosso olhar? Será que se liga diretamente sobre as tantas discussões nas quais Robin (2016, p. 187) reflete sobre o que está posto sobre o Holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial na/pela história, sobre a qual, em poucas palavras significa toda a sua repulsa, afirmando: “A História, ou mais exatamente a História que nós remexemos, é uma privada entupida. Nós puxamos a descarga repetidamente, mas a merda continua a subir”. A história, pois, conta. Entretanto, como vimos a partir de Orlandi (2016), há sempre um aumento no ato de contar, um acréscimo possível, “um ponto”. E acrescentamos: da mesma forma que se aumenta um ponto, também se diminui. E é sobre isso que versaremos – em algumas palavras – a partir de agora.

Quando Certeau (2002, p. 18, grifos do autor) discute sobre os lugares em que a história e a política se apoiam, instaura uma interessante reflexão que consideramos aqui, conforme seguem as suas palavras:

*De um lado o poder deve se legitimar, simulando acrescentar à força que o efetiva uma autoridade que o torna crível. De outro lado, a relação entre um “querer fazer história” (um sujeito da operação política) e o “meio ambiente” sob o qual se recorta um poder de decisão e de ação pede uma análise das variáveis colocadas em jogo por toda intervenção que modifica esta relação de forças, uma arte de manipular a complexidade em função de objetivos [...].*

Esse trajeto sobre o qual se desenvolve uma ciência em que os “historiógrafos” esforçam-se para alcançar, do século XVI ao XVIII, apresenta dois importantes traços que consideramos serem, em nossa contemporaneidade, ainda muito marcantes. Examinemos: de um lado existe o discurso que representa a “*força que exerce poder*” e de outro aquele que, constituído pelo funcionamento do primeiro, é equivalente ao cenário prospectivo, ou seja, o que representa o passado. A historiografia, nesse sentido, toma uma posição de sujeito da ação e estabelece assim o seu lugar, mas não faz a história, na medida em que pode apenas fazer história (CERTEAU, 2002, p. 19). A historiografia também está relacionada com a ficção, visto que, de acordo com o autor já referido “*a historiografia não pode, então, ser pensada nos termos de uma oposição ou de uma adequação entre um sujeito e um objeto: e isso não é senão o jogo da ficção que se constrói*” (p. 22, grifos do autor).

Portanto, a historiografia compreende determinadas condições de possibilidades de sua própria produção e, necessariamente, mobiliza a verdade, que muitas vezes é apenas uma possibilidade. Essa relação vincula-se, então, pela história, pelo discurso e pela realidade. Temos, pois, a historiografia que:

[...] faz surgir a interrogação sobre o real em duas posições bem diferentes do procedimento científico: o real enquanto *é o conhecido* (aquilo que o historiador estuda, compreende ou “ressuscita” de uma sociedade passada) e o real enquanto *implicado* pela operação científica (a sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática do sentido) (CERTEAU, 2002, p. 45, grifos do autor).

Essas duas possibilidades de realidade não podem se reduzir uma a outra, nem serem eliminadas, porque a ciência histórica existe pela sua relação. É aqui que se concentra, precisamente, a relação que buscamos estabelecer com o testemunho porque, como vimos, podem existir “dois tipos de história” e, assim, mais versões sobre uma mesma história. Nisso está a tensão, mas não a oposição. Assim, a história será sempre um corte do passado e “o discurso destinado a dizer o *outro* permanece seu *discurso* e o espelho de sua operação”, de forma que “a história não pára de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” (CERTEAU, 2002, p. 46, grifos do autor).

O discurso da história está imbricado por sentidos que estão sempre sujeitos à movência, à atualização. Dessa forma, se a historiografia pode recorrer aos múltiplos procedimentos semióticos, a fim de instaurar a renovação de suas práticas, “ela mesma se lhe oferece com um objeto, na medida em que constitui um *relato* ou um discurso próprio” (CERTEAU, 2002, p. 51, grifo do autor). O mesmo autor afirma que a história deixou de ouvir muitos relatos porque

estes também estavam imbricados em verdades que funcionavam relativamente e que poderiam configurar o equívoco ao invés do que supostamente tivesse ocorrido em relação a um determinado acontecimento que passa a ser considerado um fato histórico. Nesse limiar, consideramos que:

Se, pois, o relato “daquilo que aconteceu” desaparece da história científica (para, em contrapartida, aparecer na história vulgarizada), ou se a narração toma o aspecto de uma ficção própria de um tipo de discurso, não se poderia concluir daí o desaparecimento da referência ao real. Esta referência foi, ao invés, deslocada. Ela não é mais imediatamente dada pelos *objetos* narrados ou “reconstituídos”. Está implicada na *criação* de “modelos” (destinados a tornar os objetos “pensáveis”) proporcionados às *práticas*, pela confrontação com o que lhes *resiste*, o que os limite e exige outros modelos, finalmente, pela elucidação *daquilo que tornou possível* essa atividade inscrevendo-a numa economia particular (ou histórica), da produção social (CERTEAU, 2002, p. 53, grifos do autor).

Por outro lado, mas ainda estabelecendo relações com o que é veiculado pela história, a narração, sob a forma de testemunhos – como já explicitamos anteriormente, pode envolver a ficção, mas (como está posto logo acima) não há como afirmar que origina algo que está fora da esfera do real (entendido como algo factualmente ocorrido em algum momento da história). Por isso os testemunhos ocupam um importante lugar no interior do documentário: eles fortalecem ou mesmo debilitam – mas podem também completar – aquilo que sabemos em relação a um evento ou acontecimento, sobre o qual já temos informações de alguma forma e, ao mesmo tempo, apresentem circunstâncias que nos pareçam obscuras (HALBWACHS, 1990, p. 25). Dessa forma, precisamos considerar que:

[...] a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios. Quando uma pessoa diz: "eu não creio em meus olhos", ela sente que há nela dois seres: um, o ser sensível, é como uma testemunha que vem depor sobre aquilo que viu, diante do "eu" que não viu atualmente, mas que talvez tenha visto no passado e, talvez, tenha feito uma opinião apoiando-se nos depoimentos dos outros. Assim, quando retornamos a uma cidade onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos nos ajuda a reconstituir um quadro em que muitas partes estavam esquecidas. Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro do quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos. É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Entendemos, a partir das palavras de Halbwachs (1990, p. 25-26), que quando pensamos num determinado acontecimento, a primeira pessoa a quem vamos recorrer, como testemunha, somos nós mesmos, pois poderemos ter lembranças que de alguma forma (re)constituam sentidos ou significados sobre o ocorrido, sobre o passado. Conseqüentemente, nossa impressão

“pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros” e, nesse viés, “nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”. Estabelece-se, ainda que seja ilusória, a ideia de maior completude. Partindo desse pressuposto, “para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível, não são necessárias”. Porém, jamais serão suficientes.

Pelo fato de jamais haver completude sobre a memória de um determinado acontecimento, consideramos cada um dos testemunhos selecionados, analisando-os individualmente. Entretanto, posteriormente, em função de nossa proposição neste trabalho, buscamos refletir sobre os testemunhos a partir de uma rede de sentidos que instaura a coletividade, pois, conforme aponta Nora (1993), eles correspondem a “lugares de memória” e constituem aquilo que não está necessariamente inscrito na história, mas que pode ressurgir pela memória discursiva, justamente a partir de testemunhos que estabelecem sentidos na memória coletiva sobre o Holocausto e constroem um imaginário sobre esse acontecimento histórico e que configuram um ponto de vista dentre tantos outros possíveis.

O testemunho, em nosso estudo, narra também o que é um trauma, entendido pelo fato de corresponder a uma catástrofe histórica/humana. Por isso precisamos refletir sobre a aparente aporia que marca essa relação, visto que “a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade [...] como parte de uma complexa ‘política da memória’” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 65, grifo do autor). Essa memória de um trauma, por sua vez, sempre estará compromissada com um trabalho entre o que é uma memória individual e aquilo que foi construído pela sociedade, uma memória coletiva sobre o acontecimento e, não esqueçamos, algo que envolve duplamente o caráter do saber histórico, pensado a partir de Pêcheux (1997) e Orlandi (2009), como algo que é da ordem da realidade e que, portanto, está posto. Ainda, quando pensamos no acontecimento histórico, podemos observar as formas pelas quais ele é discursivizado pelas diferentes posições que o sujeito ocupa.

Na situação em que produz seu testemunho, o sujeito transpõe o passado em presente, o que é uma tarefa dolorosa, tendo em vista que “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69). Um passado que pode ter ficado por um longo tempo “embalsamado”, que é uma espécie de simbolização do que foi ocorrido. Trata-se de uma representação, esta compreendida de acordo com Robin (2016, p. 238), que reflete: “O que é representar? E, antes de tudo, a quem dar a palavra? Quem são as



testemunhas? Aparentemente, a resposta é evidente: todos os que, tendo conhecido os campos da morte, tiveram a sorte de sobreviver e retornaram ao mundo dos vivos depois da guerra”. De maneira geral, quando o sujeito testemunha,

Ele adenda [...] ao fluxo dos demais fatos da vida. [...] Ao invés da imagem calcada e decalcada, chata, advinda do choque traumático, a cena simbolizada adquire tridimensionalidade. A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de suas metáforas, tudo trabalha no sentido de dar a esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar essa nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida. Significa ir da sobre-vida à vida (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

Por meio dessa condição que requer da testemunha um mergulho em meio ao que tentou ser silenciado (por censura, por um movimento de autopreservação, por forças de qualquer ordem..) a simbolização jamais adquire um caráter de completude. Essa introjeção não será integral, absoluta e por isso, no nosso entender, é uma versão (ORLANDI, 1996). Os fatos que muitas vezes são manipulados pela própria história configuram um imaginário, agora no sentido da imaginação, que pode ser uma forma de enfrentar o trauma. Em outras palavras, “a imaginação é chamada como arma que deve vir ao auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72).

Em Robin (2016, p. 246-247) encontramos nas palavras de uma sobrevivente, de uma testemunha, o que entende sobre a questão da narrativa e da relativização da problemática em torno da verdade do Holocausto. Vejamos:

A narrativa dos sobreviventes é esartejada entre uma narrativa não diretiva e espasmos, irrupções de incongruência que são os momentos de verdade. São temporalidades diferentes que se chocam e rangem. Não somente o ato de rememoração, o momento presente que olha para o passado, mas no centro do próprio passado, o antes e o depois, correntes de casualidade, de explicações e descrições; e momentos que estão como fora do tempo, suspensos, que vêm de outro tempo, sem temporalidade, de um absoluto não simbolizável que não possui palavras.

A imaginação que pode estar contida no testemunho de quem passou por um trauma pode ser, então, o fator que faz com que a história não considere mais as narrativas orais como formas de reconstruir a história, o passado, visto que muitas acusações podem ser feitas. No caso das narrativas dos sobreviventes de catástrofes, em nosso caso a do Holocausto, o testemunho faz com que as testemunhas sejam vistas como exemplares. Algo que é paradoxal, mas que faz os sobreviventes portarem verdades das quais são porta-vozes.

Retomamos o que escreve Robin (2016, p. 249) sobre o fato de que essas narrativas, na verdade, atestam a impossibilidade de falar, um testemunho que é, por isso, também

incompleto, visto que há um considerável distanciamento entre o passado e o presente e a forma como a experiência diante dos horrores será transmitida. Assim, essa narratividade depreende sentidos não-estanques, ou seja, que sempre se abrem a outras possibilidades de produção de sentidos, e essa “grandeza temporal” implica na impossibilidade de testemunhar sobre a totalidade daquilo que ocorreu. Quando abordamos tal questão, recuperamos uma afirmação de Seligmann-Silva (2008, p. 73-74), que compreende que “o testemunho é uma modalidade da memória” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73-74). Entendemos, a partir de tais proposições, que o testemunho abre possibilidade a essa modalidade de memória, que é outra, aquela do horror, do trauma. Aquela que, quando evocada, machuca. Como se os eventos passados pudessem massacrar o sujeito por meio de suas próprias palavras, em suas narrativas.

Anteriormente, quando refletimos a partir de Robin (2016) sobre a questão do negacionismo e afirmamos que essa questão seria trabalhada posteriormente, referimo-nos ao ponto no qual chegamos, porque o sobrevivente também pode viver sob o sentimento – que é paradoxal – da culpa pela sobrevivência. Buscamos em Seligmann-Silva (2008) algumas palavras que orientam a tal questão:

A situação radicalmente outra, na qual todos deveriam morrer, constitui sua origem negativa. A indizibilidade do testemunho ganha com esse aspecto um peso inaudito. Mas o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento [...] de irrealidade da situação vivida. O negacionista parece coincidir com o sentimento comum que afirma a impossibilidade de algo tão excepcional. O apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade. A *resistência* quando se trata de enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo. Este sentimento comum mora no próprio sobrevivente e o tortura, gerando uma visão cindida da realidade (SELIGMANN-SILVA, 2008 p. 75, grifo do autor).

Ademais, o ganho de visibilidade da testemunha<sup>75</sup> que narra sobre suas experiências traumatizantes ocasionadas pelo Holocausto constrói seu próprio imaginário sobre esse acontecimento – e é esse elemento a que buscamos. Mesmo que precise passar pelo crivo da história, ou seja, da passagem do testemunho para uma questão jurídica, nossa busca pelo testemunho é uma questão que abre ainda mais essa “assistemática” que faz emergir fraturas... feridas... silêncio(s). Como evidenciamos em nossa epígrafe, pelas palavras de Robin (2016), é uma tentativa de “fazer com que todas as vozes e todas as falas sejam ouvidas”, ainda que compreendemos apenas uma parte do todo, mas que seja uma possibilidade.

---

<sup>75</sup>Robin (2016, p. 238) nos diz que “O surgimento das testemunhas foi imediato depois da guerra, mas o reconhecimento das testemunhas, a legitimação dos sobreviventes, data somente [...] no início dos anos 1960”.

O que temos, então, é o testemunho<sup>76</sup> que constitui ausências, faltas, buracos (ROBIN, 2016, p. 249). E a testemunha “vai resistir, hesitar, dizer frases sem sintaxe, voltar sobre suas formulações” (p. 250). Um trabalho – o de testemunhar – que traz os rastros de sofrimento e, por isso, de incompletude, de silêncio... De, talvez, evocação das lembranças do que não poderia ser dito, como imposição do sujeito, mas que agora adquire outra configuração, na qual o sujeito opta por resistir, em não falar... Porque, ao produzir sentidos, se debilita, como se o passado fosse fonte inesgotável do que jamais poderia cessar: a dor da sobrevivência.

Na Análise de Discurso (AD), as relações entre língua, sujeito e história estão constantemente postas em funcionamento: entrecruzamentos que são constitutivos do sujeito. Buscamos, nesse limiar, observar que muitas das lembranças reaparecem porque, na verdade, são recordadas por outros sujeitos que ressignificam a história que, por sua vez, possui sentidos que podem ser outros. Por isso, mesmo que os sujeitos jamais estejam materialmente presentes, podemos falar em memória coletiva porque o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial são acontecimentos que têm lugar na vida de todos os sujeitos que consideramos em nosso estudo.

### 2.3 E POR FALAR EM MEMÓRIA... EM LEMBRANÇAS... EM RECORDAÇÃO... EM REMEMORAÇÃO...

Quando a **memória** amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado: dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis.

(Ecléa Bosi, 1994, s. p., grifo nosso)

Se as **lembranças** às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição.

(Ecléa Bosi, 1994, s. p., grifo nosso)

A **recordação** é tão viva, tão presente, que se transforma no desejo de repetir o gesto e ensinar a arte a quem o escuta [...].

(Ecléa Bosi, 1994, s. p., grifo nosso)

---

<sup>76</sup>Os testemunhos que consideramos em nosso trabalho demandam uma distinção importante que é, também, mobilizada por Venturini (2009), a partir do que postula Mariani (1998), em relação às diferenças entre narração e narratividade. Segundo esta última, o ato de narrar consiste em contar fatos que estão, necessariamente, ligados à ordem do saber, bem como da informação e que, obrigatoriamente, imbricam-se na ordem do vivido, ou seja, não da história, mas da memória. Venturini (2009, p. 80), ao refletir sobre essas questões, nos esclarece que: “A narratividade [...] é o processo do discursivo que se engendra a partir do interdiscurso, na verticalidade dos saberes, dependendo da posição em que o enunciador se coloca”, ao passo que a narração “[...] se realiza a partir de lembranças, de vivências [...]”.

[...] pois o poeta, visionário, transportado ao coração das origens, não improvisa, mas trabalha para adquirir o dom da visão e da evocação porque sua tarefa é "uma **rememoração** do passado cuja contrapartida necessária é o 'esquecimento' do tempo presente".

(Ecléa Bosi, 1994, s. p., grifo nosso)

E por falar, falamos. Contudo, jamais tudo ficará registrado, porque nem tudo fica gravado... É, pois, a memória agindo... A memória que é, em sua constituição, seletiva (POLLAK, 1992, p. 204). Pelo fio de nossas discussões, acreditamos que construímos uma rede de sentidos que, em cada nó, em cada tentativa de fechar um ponto para começar a tecer outro, deixamos marcas de nosso trabalho de reflexão. Por meio deste constante tecer, pensamos sobre a questão do funcionamento do documentário, suas particulares e funcionamentos dentro da Análise de Discurso (AD), depois refletimos sobre a subjetividade, quando nos debruçamos na noção de sujeito. Ocupamo-nos ainda de questões históricas sobre o Holocausto<sup>77</sup> e, por esse caminho, chegamos a algumas reflexões sobre a importância do testemunho. Em cada nó que amarramos – que seguem, porém, sujeitos ao desamarrar, porque podem sempre constituir outras formas por aquele que se propõe a tecer – o fio da memória esteve presente, significando. Para nós, é dado o momento de abordarmos questões relacionadas com a memória “por meio da discursivização do lembrar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 21).

Tomando o Holocausto enquanto acontecimento, entendemos que a memória é, de inúmeras formas, traumatizante. Isso possibilita, pelo viés da socialização política ou histórica, “um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...]” (POLLAK, 1992, p. 200). Como já afirmado, as versões a que temos acesso, via testemunho do sujeito velho/idoso, remetem a determinados acontecimentos que, de alguma forma, envolvem o sujeito. Este, por sua vez, mesmo sem ter participado pessoalmente do Holocausto, tem em seu imaginário tal acontecimento inscrito com profunda significação, advinda, talvez, da coletividade que lhe é constitutiva, de forma que se constitui a sensação de pertencimento, de compartilhamento. Refletimos, então, sobre o que Rancière (2005, p. 15, grifo do autor) compreende como

---

<sup>77</sup>Também em nota, com indicação ao livro que precedeu “A memória saturada”, Régine Robin descreve alguns dos sentidos de termos que são utilizados para “[...] designar o extermínio dos judeus pelos nazistas e seus cúmplices”. As palavras da autora tomam-se, pois, explicativas. Diz: “‘Holocausto’ não em convém devido à conotação religiosa e litúrgica, mas, como se tornou o termo empregado no mundo anglo-saxão, é inevitável. [...] ‘Genocídio’ parece um pouco neutro demais, geral demais, não fazendo evidenciar a especificidade do extermínio dos judeus da história. ‘Hurbn’, palavra iídiche que significa ‘catástrofe’, é pouquíssimo utilizada (ROBIN, 2016, p. 216).

“partilha da sensível”, um “sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”.

Compreendemos, por meio dessa definição, que a memória coletiva relacionada ao Holocausto carrega em si tanto o que é comum ao todo (o conjunto), ou seja, a todos aqueles que se encontram na condição de sobreviventes do Holocausto, quanto as partes, ou seja, os determinados grupos que sofreram por uma ou outra forma de execução da ideologia nazista, conforme já discorremos anteriormente. É nesse sentido que a partilha se justifica. Além disso, conforme discorre o autor, “essa repartição das partes e dos lugares se funda na partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte dessa partilha” (RANCIÈRE, 2005, p. 15, grifo do autor). É o todo, a conjuntura do Holocausto, atravessada na/pela memória do sujeito velho/idoso, produzindo sentidos no/pelo discurso, enquanto sobrevivente.

Estamos, assim, referindo-nos a uma memória que é, portanto, coletiva. Recuperamos algumas palavras de Halbwachs (1990, p. 26), a fim de trazermos para nossa reflexão a questão das lembranças e como podem ser entendidas perante o acontecimento sobre o qual debruçamos nosso empreendimento neste trabalho. O autor escreve que:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

As lembranças, então, através dos tempos, podem estabilizar a memória sobre determinado fato ou acontecimento. Será sempre uma produção. Assim, nossa escrita também tem “[...] muito a ver com os ecos de gestos, vozes e atos, como as ondas sempre presentes da memória” (VILANOVA, 2000, p. 21). São essas possibilidades que nos instigam em busca da compreensão do funcionamento da memória a partir dos testemunhos de velhos/idosos, vítimas do Holocausto. Nessa empreitada, porém, como afirmam Petri e Scherer (2016, p. 23), não podemos esquecer que:

[...] a memória é esburacada na sua constituição. Buracos preenchidos por um dizer que não se institucionaliza no discurso a não ser pelas ficções que vamos encadeando para dar sentido ao que ouvimos e compreendemos. E isso, sempre na ânsia constante de procurar um lugar de origem, uma causa primeira do nosso lembrar, um tempo fundado na e pela memória discursiva.

Assim, quando dissertamos sobre a subjetividade e pensamos, agora, na sua relação com a memória, justificamos nossa própria compreensão da constituição do sujeito que ocorre “na língua e na história” e “é afetada pela memória discursiva” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 25), pois, como as próprias autoras contemplam, é ela – a memória discursiva – que fornece “a condição do legível em relação ao próprio legível”, conforme escreve Pêcheux (1999, p. 52). Seguindo os ensinamentos das autoras citadas anteriormente, a noção de memória discursiva é, pois, “forte e complexa” e:

[...] talvez uma das categorias analíticas que mais contribui para os estudos sobre a constituição do sujeito, tendo em vista que problematiza a aproximação do passado com o presente e com o futuro, o que produz em nós um efeito de sentido de estabilização de um discurso que não cansa de nos escapar (PETRI; SCHERER, 2016, p. 24).

Essa problematização, quando consideramos o documentário como uma materialidade sobre a qual as questões de ideologia e inconsciente estão intrínsecas, atinge ainda maior complexidade, pois a memória não terá uma ordem cronológica, visto que o passado, o presente e o futuro conjuram-se, de alguma forma, no discurso sob o qual temos acesso, via testemunho. Dessa forma, o funcionamento do interdiscurso no processo de produção de sentidos sobre o acontecimento não é linear. A memória discursiva torna-se “atemporal” e, muitas vezes, “anônima”. Lembremos ainda que no discurso há uma voz sem nome que fala – e isso faz com que ela seja irrepresentável e, também, “concorre para a ilusão do sujeito como origem” (ORLANDI, 2017, p. 17). Portanto, o interdiscurso adquire tamanha importância quando considerado no funcionamento da memória discursiva, de forma que:

O interdiscurso se define pela estratificação dos enunciados já feitos e esquecidos que constituem nossa memória de dizer. Mas memória em sentido bastante particular, pois não é a memória psicológica, nem se trata da memória histórica, nem tampouco de uma memória representável. Porque já atravessada pelo imaginário, estruturada pelo esquecimento (ORLANDI, 2017, p. 24).

São questões que estão em constante tensão, porque o trabalho com as questões de memória, como dissemos anteriormente, compreende as relações entre o passado, o presente e o futuro que, às vezes, “nos confundem entre os movimentos de lembrar, esquecer e prospectar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 25). Estamos – mesmo que ilusoriamente – também nos espaços onde se constituem os sujeitos e é o fio do discurso, o constante tecer dele, por nós e por outros, que carrega também a possibilidade de continuidade, de transformação, de criar outras formas, de “retomadas que podem sempre significar diferente”.

O passado, constantemente tecido em redes de memória, de dizeres sobre o Holocausto, conforme nos mostra Robin (2016, p. 215):

[...] não é apenas uma memória constituída oficialmente com a qual a classe dominante poderia jogar, a qual ela poderia usar e da qual ela poderia abusar; ele não é também unicamente constituído de fragmentos, de retalhos mais ou menos deslocados, ocultos, esquecidos, que grupos ou indivíduos procuram fazer vir à tona, grupos de vítimas da história que pedem o que lhes é devido sem ser escutados; não é simplesmente, pelos depósitos, arquivos e documentos que deixa, matéria pela elaboração científica para o conhecimento ou para histórias familiares que se transmitem de geração em geração sofrendo deformações, transformações, reescrevendo-se ou reelaborando-se na oralidade; ele é também uma força que nos habita e nos estrutura involuntariamente, inconscientemente, o tecido do qual somos feitos”.

Em outras palavras, entendemos que o que Robin (2016) discute é a relação da tríade que está perpassando repetidas vezes nas nossas discussões: passado-presente-futuro. Nesse limiar, todas as histórias contadas a partir de uma memória contêm “fragmentos”, “retalhos” que podem estar “deslocados”, “esquecidos” ou “ocultos”, pois, quando de alguma forma os sujeitos evocam ou são convocados a evocar suas lembranças sobre uma determinada memória, nem tudo estará completo. O tempo é o fator que atua sobre a memória sem cessar... Mas são os sujeitos que, de uma forma ou outra, por um motivo ou outro, ou mesmo inconscientemente, “deformam”, “transformam”, reescrevem” “reelaboram” as histórias... Ponto a ponto... No tecido que serve ao sujeito para o tecer, mas que também o constitui, o que é, portanto, sempre uma continuidade, como se pela mesma ilusão de ser a origem se transformasse na ilusão necessária de encerramento, de completude.

Quando tratamos dos Aparelhos Ideológicos de Estado, bem como dos Aparelhos Repressores de Estado, considerando as reflexões propostas por Althusser (s. d.), relacionando-os com algumas das medidas tomadas durante a Segunda Guerra Mundial, é aqui que mais uma vez eles incidem, pois o Holocausto significa um exemplo da forma com que podem ocorrer profundas mudanças políticas do passado em nome de interesses. Nesse caso, consideramos que o passado pode sofrer revisões, de maneira que não há controle perfeito da dominância sobre o que foi conservado pela memória. Isso indica, também, que podem passar muitos anos, mas as lembranças traumáticas esperam o momento propício de espaço para que sejam ouvidas e expressadas. Ademais:

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as

lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 5).

Essa memória que pode funcionar por meio de um discurso sobre o Holocausto – e, por isso, objetiva (de certa forma) a compreensão do passado que é oposta ao esquecimento – está, necessariamente, numa relação constante entre o esquecimento e a lembrança<sup>78</sup>. São como sinais deixados pelo passado, dos quais “apenas alguns são escolhidos para serem perpetuados” (PAIXÃO; FRISSE, 2016, p. 200). Ainda, partindo das reflexões de Venturini (2009, p. 69), compreendemos que a memória a que nos referimos constitui formações discursivas heterogêneas – conforme explicitadas no capítulo anterior – e ocasionam “a emergência da formação social” que “faculta a transformação de um lugar material em lugar de memória pelo arquivo”. Ocorre, assim, um processo de seleção que “evidencia ou silencia e apaga fatos”, o que está sempre relacionado com o sujeito, inscrito numa determinada formação discursiva e, portanto, responsável pelo seu dizer, em relação a outras formações discursivas. Ademais, acreditamos que o que entra em funcionamento, como nos aponta Robin (2016, p. 143), são os “conflitos de tradições, de filiações [...] memórias confrontadas”.

Entretanto, ao serem estabelecidos os fatos, “é preciso interpretá-los, relacioná-los uns aos outros, reconhecer causas e efeitos, formular semelhanças e gradações, oposições” (ROBIN, 2016, p. 143). Sobretudo pelo fato de o Holocausto, em meio ao desumano caráter de tratamento das pessoas detidas nos campos de concentração, dos quais nunca será sabido tudo, reduzir o acesso às informações; isso, ainda hoje, limita a capacidade de relacionar os fatos que são evocados pela memória. Podemos entender, apoiados em Pollak (1989, p. 6), que nesse processo:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. [...] “não-ditos” como esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

A partir das considerações de Pollak (1989), urge a necessidade de evidenciar a complexidade das relações entre as lembranças dos sobreviventes do Holocausto. Como problematiza o autor, o que existe é uma esfera de possibilidades que abrigam o que faz parte

---

<sup>78</sup>Pollak (1989, p. 6) nos diz que, “Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos”.



da coletividade e, por isso, compreende a falta, o que está deslocado, o que não emerge no testemunho. O testemunho que revela o trabalho do tempo, no qual essas sombras, silêncios e esquecimentos ainda são basilares e, por isso, podem causar os “recuos e disjunções”, como refere Robin (2016, p. 36), pensando também na complexa relação da tentativa de reconciliação com o passado que impede uma distância crítica. Aonde, mesmo que inconscientemente, o jogo de poderes continua a ecoar e, muitas vezes, rege o funcionamento do discurso do sujeito sobrevivente.

Nesse jogo de poderes, em que há um discurso proferido sobre o Holocausto, retomamos as palavras de Venturini (2009, p. 40, grifo da autora) para explicitar que o discurso como o tomamos, em sua materialidade,

[...] funciona com “lugar de memória”, como dispositivo que organiza a repetição e as lembranças do passado do que foi protagonizado por ele. Como lugar de memória, o discurso *sobre* organiza também os esquecimentos, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, apagado. É nesse jogo contraditório entre a língua e a história que se realiza o encontro de uma memória e uma atualidade, constituindo o esquecimento.

Pensando sobre isso, a partir das reflexões de Courtine (2006, p. 66) sobre os lugares de memória, Venturini (2008, p. 57) afirma que “[...] o lugar de memória ocorre pela inscrição do lugar na ordem do simbólico e faz retornar enunciados já-ditos, significados, mas esquecidos”. Em decorrência disso, considerando o que foi postulado por Nora (1993), a autora ainda completa: “Não fosse assim, os lugares seriam apenas lugares de história [...] e funcionariam como arquivo, que guarda documentos”, pois a memória guardada, enquanto um arquivo, perde seu status de recordação, “[...] que mantém um elo vivo de continuidade e de pertença do sujeito”.

Sendo assim, a “matéria-prima” desses discursos – das testemunhas – é o passado, “não como um tempo estagnado e finito, mas relacionado a sujeitos, que, além de assujeitados à ideologia, são também atravessados pelo inconsciente” (VENTURINI, 2009, p. 35). Por isso a rememoração<sup>79</sup> funciona pela retomada de determinados fatos passados que, de alguma forma, adquirem importância. É através dessa retomada que o sujeito busca um acontecimento – que

<sup>79</sup>Ressaltamos, a partir das palavras de Venturini (2009, p. 34), que “[...] para rememorar [...] é necessário, antes, institucionalizar determinado nome ou evento, o que ocorre pela repetição, por meio da qual o mundo institucional é experimentado como realidade objetiva”. Além disso, Venturini (2009, p. 73) argumenta que a rememoração se constitui por meio do processo parafrásico, apoiando-se no que aponta Orlandi (2012), sobre o fato de que em todo e qualquer dizer sempre há algo que se mantém, e isso é da ordem do dizível, ou seja, da memória. Assim, ainda de acordo com Venturini (2009, p. 74), “Nesse funcionamento, é pela rememoração, como discurso *de*, que os sujeitos filiam seu dizer a determinadas FDs [...]” e, em diálogo com o que postula Orlandi (2012), referem-se às “palavras já-ditas” que, por meio das relações parafrástica, constituem-se e podem “[...] tanto cristalizar os sentidos como fazer intervir o diferente, instaurando o novo, pelo processo polissêmico” (p. 74).

pode estar restrito a um grupo – para que ele passe à memória coletiva. É o que houve com os grupos de sobreviventes do Holocausto, tendo em vista que, ainda conforme a autora, a rememoração “funciona como memória do saber, como interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído[...]”. Ou seja, a rememoração, enquanto espaço discursivo, constitui-se pelo interdiscurso (a memória discursiva), que pode e retorna de forma que sejam instaurados sentidos que podem ser outros.

Diríamos que pela rememoração pode ocorrer uma reatualização dos sentidos, até mesmo um retorno, como se os sentidos viessem à tona, da mesma forma que ocorre com as vítimas do Holocausto, com os “lugares de memória” que eles estabelecem. E isso ocorre através de duas dimensões, conforme observamos em Venturini (2009, p. 37):

O discurso de rememoração [...] estrutura-se a partir da memória tomada em duas dimensões vertical e horizontal. A primeira, a dimensão vertical, a da seleção, representa ‘aquilo que fala antes’ (interdiscurso) e é da ordem do já-dito. A memória tratada como interdiscurso constitui o processo parafrásico pelas redes de formulações instauradas. A segunda, a dimensão horizontal, a das relações, constitui-se pela linearização do dizer (intradiscurso), lugar de irrupção de discursos inscritos numa rede de formulações que retornam, às vezes, ressignificados, constituindo o processo polissêmico e, noutras, ainda, pela repetição, pelo mesmo, a paráfrase.

Esse funcionamento nos faz compreender que a rememoração<sup>80</sup> possui estreita relação com as recordações do passado e, por isso, com vistas ao que propõe Catroga (2011), sempre estará subordinada ao princípio da realidade. Dessa forma, “a rememoração, como espaço discursivo, constitui-se pela memória discursiva e dá visibilidade por meio da FD ao sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente” (VENTURINI, 2009, p. 49). Por isso, o passado sempre ecoa, mas numa complexa relação com o presente e ambos, na sua conjuração, funcionam juntos, produzindo sentidos.

O presente, firmado quando se instaura a narratividade, por meio do testemunho do sujeito velho/idoso, via documentário, compreende o momento em que há a tentativa (ainda que ilusória) de reconciliar o passado, pois quando pensamos na rememoração, que está estreitamente ligada ao passado e, necessariamente, subordinada à realidade, há um processo que implica num cuidado específico com a produção de sentidos no presente. Conforme

---

<sup>80</sup>Com base nas reflexões propostas por Venturini (2009, p. 50) a partir do que foi postulado por Pêcheux (1997), a rememoração, em seu funcionamento, “refere-se aos domínios de pensamento e constitui-se sócio-historicamente”, configuradas, necessariamente, conforme afirma Pêcheux (1997, p. 161), na “forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito [...]” a partir de suas experiências, ou seja, de si mesmo e em relação a que “[...] lhe é dado a ver, compreender, fazer, temer, esperar”. Assim, os processos discursivos que nos interessam, a partir de determinadas formações discursivas que objetivamos identificar a partir do testemunho do idoso, consistem, conforme argumenta Pêcheux (1997, p. 161), na mobilização de um “[...] sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas [...]” que, por sua vez, “[...] funcionam entre elementos linguísticos [...]”.

discorre Gagnebin (2006, p. 55), podem ser observadas “estranhas ressurgências do passado no presente”, porque o testemunho do sujeito que está na condição de sobrevivente do Holocausto não está subordinado apenas ao esquecimento do passado, mas também à complexa tarefa de agir sobre o presente, de forma que jamais possa ser reconstituída, através do testemunho fidedigno sobre o passado, pois este jamais se encerra... Não cessa... Transborda os sentidos, respingando os significados sobre o presente.

São laços. Entre o passado, o presente e o futuro. Entre o que pode e o que não pode ser dito. Entre o que foi – e muitas vezes ainda é – interdito, recalcado, silenciado, mas que vez ou outra se manifesta, significa pela memória, através das lembranças, da rememoração, da recordação. Assim, selecionamos três trechos do que escreve Venturini (2009, p. 35-80) para esquematizar essas questões no/pelo funcionamento discursivo: a) “No fio do discurso, quando da materialização do dizer, não há como separar o que é memória do que não é”; b) “A memória [...] trabalha com o que faz sentido na sociedade e permanece vivo nela. A diferença entre memória e história está, portanto, na estabilidade da história e na instabilidade da memória, que é da ordem do vivido”; e c) “[...] não se pode tomar como literal e homogêneo o relato de memórias vividas. Elas são reconstruídas, reinventadas pela rememoração (lembranças e recordações) [...]”.

Por meio dessa esquematização entendemos que podemos expressar a forma pela qual entendemos o discurso *sobre* e o discurso *de*. Explicamos: quando, pelo fio do discurso, na materialização do dizer, observamos a memória funcionando em suas múltiplas possibilidades, estamos diante daquilo que, de alguma forma, está e permanece significando socialmente. Porém, ao contrário da aparente estabilidade que a memória oferece, na verdade ela não a assegura, porque desestabiliza; constrói e reconstrói a todo momento, porque pertence à esfera do vivido, portanto, das experiências, as quais o sujeito está constantemente exercitando na sociedade por meio da rememoração.

Portanto, o discurso *sobre* é constituído a partir do discurso *de*. Este último, sempre retorna, devido ao funcionamento da memória, bem como do discurso fundante (como já abordamos) que sempre encontra meios de retornar e, por sua vez, o ancora no eixo da formulação. Ademais, calcados das discussões propostas por Venturini (2014, p. 126-127), compreendemos que o discurso *de* funciona como objeto e o discurso *sobre* como uma forma de atualidade, através do funcionamento no eixo horizontal, ou seja, do intradiscorso.

Incidem sobre essas relações, ainda conforme argumenta Venturini (2009, p. 69, grifos da autora), “as visibilidades, os silêncios e os apagamentos no discurso *sobre*” que, conseqüentemente, “devem-se ao compromisso do enunciador com o dizer a partir do lugar que

ocupa e de onde enuncia”. Ademais, a autora ainda completa, dizendo que a credibilidade do discurso sempre depende do sujeito enunciador, bem como do lugar que é ocupado por ele, mas seu dizer apenas entra para a ordem do discurso “[...] se o sujeito tiver autorizado a dizer o que diz”. E, por isso, os ditos e não-ditos, na materialidade do discurso, são passíveis de interpretação.

Porém, precisamos atentar para o fato de que “esse extermínio não deveria deixar nenhum rastro. Não deveria sobrar nada do povo judeu [...]” (ROBIN, 2016, p. 218). Não deveria, mas sobrou... Sobraram... Sobrarão... Em muitas partes do mundo, mesmo que ainda escondidos, há descendentes dos sobreviventes do Holocausto. Até mesmo aqui, nesse espaço que ocupamos, geograficamente, no Rio Grande do Sul, existem descendentes dos sobreviventes... Assim como o meu avô, que não suportou apenas o peso do trabalho árduo em busca da (re)construção de um projeto de vida... De sobrevivência... De futuro... Mas suportou também o peso de ser o que não poderia ser... De ser o que não foi... De ser o que não pudera, por muito tempo ser: o sobrevivente. Assim, os rastros de sujeitos estão e permanecem demarcando o espaço, ecoando uma memória que, mesmo carregada de toda essa angústia, significa e produz sentidos.

Partindo do ponto de vista de Robin (2016), apreendemos que estamos diante de uma “memória angustiante”, de algo que emerge, que significa, mas sempre sob a regência dos limites, do que foi desgastado pelo tempo. É uma memória que durante muito tempo permanece à margem. Uma memória cujos interesses que a regulavam estavam concentrados no esforço para que não viesse à tona. O ideológico que, em constante funcionamento, confere e mantém a exclusão, exerce o impedimento.

Isso representa o cenário no qual, em decorrência de determinadas circunstâncias, pode ou não ocorrer a emergência de determinadas lembranças. Principalmente, como argumenta Pollak (1989, p. 7): “a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas” que, quando evocadas no presente, desestabilizam os sentidos e rompem com instaurações político-ideológicas que asseguraram por longo tempo o controle dos sujeitos, dos sentidos, da história, da memória. A memória que, aparentemente esquecida ou mesmo interdita, ressoa, principalmente devido ao fato de que outra(s) memória(s) podem ser evocadas por sujeitos que não são testemunhas ou que não vivenciaram o Holocausto.

Assim, a tensão concentra-se no fato de que essas “memórias clandestinas”, ou seja, que funcionam, mas que não se revelam, considerando os percalços temporais, quando são reivindicadas, invadindo os espaços públicos, são até mesmo questionadas, como se não tivessem credibilidade, visto que permaneceram intactas por longo período. Contudo, a

memória sempre ressoa, mesmo que não seja de alguma forma evocada, visto que ela – a memória – não pode ser controlada, pois não é seletiva, tendo em vista que não coincide com a intencionalidade, apesar das coerções ou interdições. É nesse espaço que funciona o discurso *de* enquanto memória que sustenta/ancora todo o dizer, irrompendo e preenchendo os “furos” por meio de determinados pré-construídos.

É por isso que precisamos considerar que, em meio às condições de produção do documentário, o objetivo principal foi o de proporcionar um espaço em que o sujeito tivesse voz. Lugar em que seu testemunho pudesse refletir a memória sobre o Holocausto, bem como as lembranças, as recordações e a rememoração de um passado que, mesmo distante, parece muito próximo do presente. Assim, por meio das palavras do autor, refletimos sobre nossos próprios objetivos, dentre os quais podemos destacar a compreensão de possíveis construções do imaginário sobre o Holocausto, observado a partir do testemunho do sujeito velho/idoso no documentário. Seus dizeres estarão, pois, clivados pela incompletude, visto que muitos fatores já imprimiram sua força sobre a memória, ora estabilizando-a, ora desestabilizando-a.

### PARTE III – “NÓS ABAIXAMOS AS VOZES. APAGAMOS AS VELAS... E VIMOS QUE ERA O COMEÇO DO INFERNO”

Para os navegantes com desejo de vento, a memória é um ponto de partida.

(Eduardo Galeano, 1994, p. 96)

Nosso ponto de partida para as análises corresponde, de certa forma, a mais um dentre os fragmentos de tentativas que corroboram para o fenômeno crescente da revalorização da memória das vítimas do Holocausto, que teve grande impulso a partir do ano de 1960. O que apresentamos a seguir são reflexões, mais especificamente no que diz respeito ao que se constitui como um evento traumático (ROBIN, 2016). Ao explorar essas questões, pensando na forma como se relacionam, trabalhamos com possibilidades de interpretação de uma verdade (um efeito de verdade) que jamais será absoluta e, portanto, com versões da história, com efeitos de memória. Estamos diante de relações que, de alguma forma, tocam o real e o simbólico (postos também em relação). Por isso, recorremos ao que postula Venturini (2009) para fundamentarmos nosso olhar sobre esta que é uma complexa discussão:

A relação entre real e simbólico funciona contraditoriamente na linguagem, como o *possível* e o *impossível* de dizer; é, de um lado, a única possibilidade de o sujeito desnudar-se e constituir-se como tal e, de outro, a constatação de que a falta e a falha são constitutivas dele, pela impossibilidade de captar o real pela linguagem e de nada ser sem ela. O simbólico é a possibilidade de constituição do imaginário e realiza-se com base em suas vertentes: vertente significativa do simbólico, que associa o simbólico ao real e representa a volta do real, e a vertente *sígnica* do simbólico, associando-o ao imaginário (VENTURINI, 2009, p. 122-123, grifos da autora).

É por meio dessa constituição que poderemos observar como se constitui no/pelo sujeito um imaginário sobre o Holocausto que, em sua conjuntura, revela importantes aspectos da relação do sujeito velho/idoso com essa memória. É esse imaginário a que temos acesso via sujeito. Ademais, “O real [...] é o impossível de ser dito, de ser representado; só ocorre pela ilusão do sujeito de poder dizer tudo” (VENTURINI, 2009, p. 124, grifos da autora) e a realidade “diz respeito à montagem do simbólico e do imaginário com *um efeito de realidade*. O real é aquilo que escapa a esta realidade, que não pode ser inconsciente, aquilo que o sujeito simula para si mesmo e para os outros a partir dos esquecimentos [...]”. Um trabalho, portanto, baseado em mais uma dentre as tantas versões do acontecimento. Um efeito.

Com base nas reflexões propostas por Robin (2016, p. 31), entendemos que o ato de narrar, por meio do testemunho, constitui essa versão dos fatos. E tratamos das relações entre o real e o simbólico, porque compreendemos que esse trauma pode, pois, exercer o papel de

“estabilizador da lembrança” e, em determinado contexto, isso pode compreender séculos, visto que ainda de acordo com suas palavras “[...] vai autorizar todos os tipos de distorções do episódio recalcado, e as lendas, que não puderam se inscrever na memória oficial, vão, doravante, poder se misturar a outras histórias, meio reais, meio imaginárias”. A autora, que escreve a partir da posição de sobrevivente do Holocausto, explica, referindo-se ao funcionamento da memória traumática no interior de outros testemunhos, de outras vítimas, que “A palavra das testemunhas é móvel” (p. 247).

Assim, consideradas as diferentes temporalidades, a memória ordinária “restitui” o sujeito a uma temporalidade determinada, concentrando-se sobre a restituição dos fatos precisos de um acontecimento, enquanto a memória profunda – que é apoiada pela memória ordinária – busca, ou melhor, tenta realizar a restituição do fato baseada numa aproximação descritiva da forma como ele ocorreu num tempo entendido como presente – o sujeito se lança ao passado para poder narrar –, mas que se localiza no passado. Por isso, a memória profunda rege a memória ordinária, calcada na impossibilidade de falar, ainda que a memória ordinária lance esforços para manifestar, em palavras, o que na verdade é indizível.

O que podemos acessar, então, diante do entendimento que temos da narrativa dos sobreviventes, é um lugar de invasão, da estranheza, do confronto, em que “alguns elementos que fazem ‘furo’ vêm perturbar esse esquema consolador e padronizado” (ROBIN, 2016, p. 248). Em consonância, a partir desse ponto, desse nó que jamais conteve a impossibilidade que convida ao desamarar, desatamos. Rompemos. Assim, buscamos, ao contrário de apresentar um percurso homogêneo, demonstrar aquilo que é da ordem do heterogêneo, da mesma forma que o sujeito.

Nosso esforço é, pois, como já insistimos tantas vezes na escritura desta dissertação, possibilitar uma análise que parta do empírico para o simbólico, neste caso, enquanto interpretação. Os recortes discursivos selecionados, os enunciados apresentados e, portanto, esse conjunto de discursividades contempla observar e analisar, conforme pensa Orlandi (2012, p. 49) “as condições de existência dos objetos em uma conjuntura histórica e lembrar que os objetos a saber se constroem em processos discursivos” que, por sua vez, permitem-nos a interpretação, a mobilidade dos sentidos ou, ainda, a produção de sentidos. Assim, cada objeto simbólico<sup>81</sup> possui sua especificidade e, a partir das maneiras como significa, através de sua própria materialidade, está em constante constituição perante o que é político, social, histórico

---

<sup>81</sup>Buscamos elucidar algumas questões relacionadas com o que entendemos na Análise de Discurso (AD) como objetos simbólicos, nesta parte, a partir da apresentação do Dossiê “Diferentes Objetos Simbólicos em Análise” da revista “Linguas e Instrumentos Linguísticos”.

e ideológico e isso funciona em intersecção, com desdobramentos que pendem para um lado ou para o outro.

Seguindo pelos trajetos de reflexão propostos por Robin (2016, p. 194), consideramos imprescindível reforçar que a Alemanha e as formas de vitimização oriundas do Holocausto enquanto “infortúnio que estava em toda parte” cumpria sua tarefa de deixar “A cada um suas dores, seu infortúnio”. E, nesse sentido, nosso empreendimento analítico, (não dividido, porque não há como separar o que significa enquanto conjunto ou conjuntura que abarca os objetos simbólicos que mencionamos) concerne à fragmentação. Porque é, pois, preciso descompor para compor. Aproveitamo-nos de algumas palavras de Orlandi (2008, p. 28) para realçar as relações estabelecidas pelos objetos simbólicos selecionados e o caráter histórico – mesmo da história institucionalizada – em consonância com nossa tarefa de interpretação e de produção de sentidos. Em suas palavras:

Entre os espontaneísmos das “lembranças” – ilusão da não-determinação histórica dos “acontecimentos” – e o curso petrificado da memória estabelecido por essas falas eternalizadas, a análise de discurso – que se propõe uma relação conflituosa com os sentidos – procura desatar os sentidos contidos. É aí que incide nossa prática e é assim que entendemos a historicidade do texto, sua discursividade.

Laços. Nós. Entre a história e a memória. Na/pela discursividade. No/pelo trabalho de interpretação diante do simbólico. Relação e conflito entre os sentidos, pois a interpretação, na maioria das vezes, instaura o embate. A apropriação indevida do indevido. Do que preciso estar para significar. O interpretar, não somente como verbo, mas como substantivo que adquire caráter próprio. E extrapola. E, por isso, é simbólico. É construtivo. Recorremos, ainda, ao que refletem Scherer e Taschetto (2005) sobre o que envolve a memória e, em nosso caso, o analista de discurso, na sua labuta:

Mas a memória é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção. Memória é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir.

“Nós abaixamos as vozes. Apagamos as luzes... E vimos que era o começo do inferno”. A definição do sujeito velho/idoso edifica também aquilo que é próprio do percurso. Próprio da história e da memória. O “inferno” como simbolização compacta de tudo o que foi o Holocausto. Através de silêncios, por meio da obscuridade, transitando pelos embates da dominação, da posse da palavra como resistência. Relações de poder. E, “não é menos verdade



que persistem os segredos (e os poderes) da Palavra” (ORLANDI, 1987, p. 14). A palavra que salva, que evita a condenação ao esquecimento, à interdição. Por isso, o testemunho do sujeito velho/idoso permite o trabalho diante das relações do sujeito, enquanto testemunha, para com os objetos simbólicos.

### 3.1 A MEMÓRIA DE UM PASSADO QUE NÃO PASSA: BLOCOS DE ANÁLISES

Acreditamos que o testemunho do sujeito velho/idoso se apresenta como “condição de sobrevivência” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66). Assim, a importância do testemunho, no interior do documentário, extrapola com as barreiras do arquivo fílmico, visto que estabelece ramificações de sentidos que não isolam uma testemunha, um sujeito velho/idoso dos demais sujeitos, também na condição de testemunhas. A ligação é esta: a condição de sobrevivente.

De maneira geral, os testemunhos fornecem a possibilidade de, por meio de uma progressão histórico-temporal, observar a relação do sujeito com o(s) objeto(s) simbólico(s). Isso, por sua vez, como um todo, fornece um imaginário – ainda que possibilidade de – sobre o Holocausto. Nosso gesto de interpretação serve, sobretudo, “[...] para identificar o que está em jogo nos problemas da memória, de sua história, de seus trajetos, de suas transformações e deformações” (ROBIN, 2016, p. 37).

Então, o que apresentamos, a seguir, são nove blocos (constituídos de recortes dos testemunhos contidos no documentário sobre os quais lançamos nosso gesto analítico), fundamentados e relacionados ao nosso gesto de leitura, que parte da estruturação possível da passagem do tempo e que permite observar como as diferentes temporalidades funcionam pelo fio do discurso testemunhal, cuja condição incumbe ao sujeito velho/idoso projetar-se ao tempo passado, para que possa, no presente, mobilizar a sua narrativa a partir da memória de um passado que não passa (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

Esse movimento, próprio das análises, concerne a cada bloco sua especificidade e interlocução diante do que antecede e sucede as nossas reflexões, porque não há como delimitar, prioritariamente, o espaço particular de encaixe do que, na verdade, estabelece intersecções em relação ao conjunto e que não encerra essa possibilidade, visto que “[...] ao produzirmos nossa reflexão, organizamos, ao mesmo tempo, um arquivo dessa história que fica à disposição para novas leituras de outros pesquisadores” (ORLANDI, 2001, p. 16).

Cumpramos observar que através dessa prática analítica podemos observar o funcionamento não só da memória em relação ao acontecimento, mas também as relações de sentido estabelecidas pelo sujeito velho/idoso diante de determinados objetos simbólicos, a partir dos

quais lançamos nosso olhar de analistas de discurso para refletir sobre o testemunho, tomadas as noções oriundas da Análise de discurso (AD), de forma que possamos perpassar, como explicitado, as diferentes temporalidades e, assim, o funcionamento da memória e que sentidos produz no/para o sujeito.

Frente aos blocos de recortes selecionados, compreendemos que tomar os dizeres, ou seja, os testemunhos, implica em observar e refletir sobre como o próprio sujeito “enuncia nesses fragmente de língua que têm história” (LECOMTE, 2016, p. 151), a memória que concerne sua experiência pós-acontecimento: o Holocausto. O sujeito que se projeta ao passado para recolher fragmentos, lembranças... Pedacos desjuntados que, como veremos, atestam para a incompletude, para o funcionamento do simbólico, que pode se dar de muitas formas, por vezes tocando bem perto a falta, a falha e a saturação.

### 3.2 O ESPAÇO PRÓPRIO DA SIGNIFICÂNCIA: O MOVIMENTO, O DESLOGAMENTO E AS TRAVESSIAS

Nesse constante percurso de retomadas, implica a visível concomitância que a prática analítica pode impor entre a formulação que fizemos de nosso objetivo de pesquisa e a delimitação que, posteriormente, realizamos com o *corpus* que dispomos. Esse movimento próprio que permite a Análise de Discurso (AD) faz com que o trabalho do analista de discurso esteja em espaço contínuo de significância, de movimento, de deslocamento e de travessias – todos inevitáveis. A análise do discurso testemunhal, nesse sentido, convida para a constituição de sentidos naquilo que já está imbricado de significância e que, por isso, traz à baila a interpretação.

Na memória discursiva, na qual se constitui o discurso sobre o Holocausto, tomados os objetos simbólicos e sua produção de sentidos via testemunho do sujeito velho/idoso, conseguimos referenciar um trajeto baseado na temporalidade com que os fatos são apresentados pelo sujeito na/pela variação de blocos de análise que fundamentam essa marcação. Para empreendermos essa sequência de blocos, partimos do pressuposto de que, como dissemos, eles funcionam na sua especificidade e, sobretudo, na sua relação uns com os outros. Assim, cada um apresenta como fundamento de abertura uma determinada citação que coopera para as análises que decorrem, estabelecendo sentidos constantes, ainda que não sejam retomadas explicitamente, em razão da definição de espaço analítico, que entendemos como imprescindível para a solução de como alocar cada um dos recortes.

Esse feito de continuidade define, de certa forma, o resultado no qual chegamos, ao final dos nove blocos de recortes analisados e que, por isso, são trazidos para que estabeleçam a unidade necessária de análise que concerne o bloco, sem deixar de providenciar a intermitente relação e a construção de um trajeto de leitura que demande, inúmeras vezes, avançar e retornar para fazer prevalecer a pluralidade da prática teórico-analítica que sustenta nossa escrita e isso legitima a construção de um imaginário sobre o acontecimento a partir das unidades que fazem ecoar significância umas sobre as outras. Cada citação é também o delinear de um resultado que, no entanto, precisa ser deslocado para a perspectiva do início, como se anunciasse o que está por vir e que integra aquilo que segue.

**PRIMEIRO BLOCO – “[...] A MEMÓRIA TENDE A ABSORVER O ACONTECIMENTO” (PÊCHEUX, 1997, p. 52)**

Neste primeiro bloco, apresentamos alguns recortes que apontam para os efeitos das primeiras medidas tomadas pelo Regime Nazista e de que forma agem sobre a memória – sobre a memória de um acontecimento – e isso, inevitavelmente, configura uma problemática, na qual Pêcheux (1999, p. 52) se debruça, reconhecendo o trabalho de Achard, para afirmar que: “[...] haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ [...] se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”.

Diante dos recortes apresentados, demonstramos que determinada regularização discursiva é, no entanto, “sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, quem vem perturbar a memória: a memória que tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se, conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série” (PÊCHEUX, 1999, p. 52) e isso reforça algo que marcamos tanto: a versão testemunhal do fato, uma possibilidade de imaginário em relação ao acontecimento.

Consideramos isso, doravante, baseados nos pressupostos de Pêcheux (1999), porque o acontecimento discursivo provoca determinadas interrupções... Pode romper com a aparente “regularização” e produzir efeitos de sentidos outros, que não puderam ser constituídos enquanto tais como uma possibilidade de resultado, ou, como designa o autor, “produto do acontecimento”, visto que desloca e desregula inúmeros implícitos que estão, necessariamente, associados a um sistema de regularização que não é outro, mas que advém de um momento anterior, no caso, do próprio presente, enquanto resultado da experiência vivida do passado.

Esse funcionamento lança um “jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (Pêcheux, 1999, p. 53), que, como percebemos na reflexão diante do bloco de recortes mencionado, pode criar um efeito de regularização que é veiculado com os implícitos (que são pré-existentes) e que conseguem manter estáveis, de certa forma, as relações parafrásticas na integração com o acontecimento para “absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo” e, por outro lado, de forma contrária, mexer na rede dos “implícitos” e perturbar a regularização.

Conforme o discorrido, apresentamos, a seguir, o primeiro bloco de recortes, a partir do qual o sujeito velho/idoso, em seu testemunho, enuncia sobre o início do estabelecimento do Regime Nazista, na Alemanha, mais precisamente em 1938, quando, efetivamente, ocorre a primeira manifestação de poder, em que há a retomada do acontecimento, através do funcionamento da memória, discursivizada por meio do testemunho do sujeito velho/idoso.

Podemos observar o funcionamento da interpelação ideológica, de forma que, no interior dos sentidos emanados pela Formação Discursiva, o sujeito, por meio do interdiscurso – do interdiscurso da Formação Discursiva do Holocausto – mobiliza sentidos que são, também, recorrentes em outros testemunhos de sobreviventes, assim como a própria história, que conta a sua versão do Holocausto. Como se tudo começasse de repente. Sem ponto aparente de ignição. A memória que, no seu funcionamento, tende a absorver o acontecimento, de tal maneira que possa ser, ainda que ilusoriamente, reconstruído, trazido à luz do presente, com vistas ao passado.

Primeiro Bloco – Recorte 1 (00:07:16)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Primeiro Bloco – Recorte 2 (00:07:19)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Primeiro bloco – Recorte 3 (00:07:21)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Primeiro Bloco – Recorte 4 (00:07:24)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Primeiro Bloco – Recorte 5 (00:07:27)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Primeiro Bloco – Recorte 6 (00:07:28)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Primeiro Bloco – Recorte 7 (00:07:31)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Primeiro Bloco – Recorte 8 (00:07:35)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Frente ao primeiro bloco de recortes, compreendemos o constante processo em que há a retomada da memória do acontecimento, ou seja, da memória que tende a absorver o acontecimento para que o sujeito velho/idoso possa discursivizar sobre ele. A partir disso, mobilizamos, inicialmente, as reflexões de Althusser (s. d., p. 31) sobre o Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e o Aparelho Repressor de Estado (ARE). O que o testemunho do sujeito velho/idoso concerne é o fato de que a Alemanha, enquanto Estado, funciona como uma “máquina de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar a sua dominação”.

Ao passo que o Aparelho Ideológico de Estado reúne em sua conjuntura as instituições cuja incumbência é estabelecer uma “regularização” e o controle das ações do próprio sujeito e, sobretudo, o funcionamento processual de transformação dos indivíduos em sujeitos pela interpelação ideológica, o Aparelho Repressor de estado abarca todas as práticas que extrapolam a própria organização do Aparelho e que, por isso, funcionam em primeira instância pela repressão e secundariamente pela ideologia (ao contrário do ideológico que recobre o caminho inverso).

Quando o Aparelho Ideológico de Estado, nesse caso o jurídico, não cumpre a interpelação ideológica de forma que o sujeito se submeta aos saberes veiculados pela Formação Discursiva Dominante – a do Holocausto –, o Aparelho Repressor de Estado funciona pela violência, principalmente pela violência simbólica, afinal as sinagogas são queimadas e o espaço de celebração da tradição judaica começa a ceder, assim como o sujeito, visto que, neste caso, “A outridade do sobrevivente é vista aí como insuperável” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66), porque o judeu que mantém seus costumes, e estamos tratando da celebração religiosa judaica no interior das sinagogas enquanto espaços coletivos, torna elementar essa ligação pelo fio significativo que é também ideológico em relação ao outro. Que sucumbe. Que sofre. Que está diante do perigo eminente de morte. A repressão que desestagna o curso social aparentemente estável e releva a instabilidade perante o ideológico.

Retomando a asserção de Pêcheux (1999), sobre a memória que está propensa a absorver o acontecimento, consideradas as relações do passado/presente, percebemos que, mesmo muito tempo após o acontecimento, narrar sobre o início da repressão do Regime nazista é uma forma de resistir. Por isso falamos em outridade, porque “O próprio grau de violência impediu que o testemunho pudesse ocorrer” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67) e, assim, por um longo período não houve espaço para as figuras testemunhais. De acordo com Piralian (2000, p. 21), ao ocorrer uma simbolização do evento, neste caso, relacionado às primeiras ações coercitivas e repressivas que buscavam instaurar o espaço de tensão perante o cumprimento das ordens do

dominador, há a “(re)construção de um espaço simbólico de vida”, do que passou a fazer parte da esfera do traumático para o dominado.

Esses primeiros aspectos justificam a nossa tentativa de traçar um percurso histórico-temporal que condiz com o início da instauração do Regime Nazista, na Alemanha, e encaminham nossas discussões para algumas asserções:

I. Há uma determinada ordem no discurso, que temos acesso através do testemunho do sujeito velho/idoso e essa materialidade discursiva, assim como aponta Courtine (2016, p. 14), é distinta da ordem da língua.

II. Essa materialidade discursiva constitui as relações postas entre a língua e a ideologia, porque observamos o funcionamento da memória, considerado um acontecimento particular: o Holocausto.

III. O discursivo, assim, apresenta, ou melhor, representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas, no cerne de uma memória que possibilita, pelo viés do testemunho, a existência do que foi recalcado, silenciado e interdito até que pudesse ser contado.

IV. O testemunho do sujeito velho/idoso em relação ao acontecimento e as próprias condições históricas – consideradas as condições de produção desse discurso – determinam a sua produção, como um fio significante que possibilita observar o funcionamento de uma versão da história, pelo funcionamento da memória, que tende a absorver o acontecimento vivido.

A fim de estabelecermos um efeito de contiguidade a partir do testemunho do sujeito velho/idoso que narra sobre as primeiras ações praticadas pelo Regime Nazista na Alemanha e, considerados os diferentes objetos simbólicos que podem ser entendidos enquanto representativos disso, apresentamos o seguinte bloco de recortes, a partir do qual somos conduzidos a retomar o que reflete Pêcheux (1999, p. 50) sobre a memória, que “deve ser entendida [...] não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador”.

Dessarte, em nosso trabalho, enquanto analistas de discurso, tocamos, desde a linguística até as disciplinas de interpretação e, conforme o autor aponta, “a ordem da língua e da discursividades”, portanto, da linguagem, da significância, do simbólico e da simbolização; e isso fornece pistas do imaginário do sujeito velho/idoso sobre o Holocausto, tendo em vista o funcionamento da memória no interior do testemunho.

**SEGUNDO BLOCO – “[...] DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS, COLORIDOS PELA IDEOLOGIA QUE, NECESSARIAMENTE, AO INTERPELAR OS INDIVÍDUOS EM SUJEITOS, ATRAVESSA ESTA MATERIALIDADE, REFLETINDO-SE EM ARCO-ÍRIS IMAGINÁRIO NOS SENTIDOS QUE SE CONSTITUEM JUNTO COM ESTE SUJEITO” (ORLANDI, 2017, p. 37)**

Conforme reflete Orlandi (2017, p. 37), os sentidos e o sujeito constituem-se juntos, significando, por meio do discurso. Pensamos nisso com relações ao que escreve Foucault ([1969] 2008, p. 51), para afirmarmos que as relações discursivas, no interior do discurso, “oferecem-lhe objetos de que ele pode falar”, e, por isso, determinam as relações que o discurso põe em funcionamento, para falar sobre determinados objetos, que, como veremos adiante, correspondem a um objeto simbólico específico, no caso, o Torah<sup>82</sup> e, por conseguinte, possibilitam ao sujeito, ainda de acordo com Foucault ([1869] 2008, p. 51), “abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los [...]”.

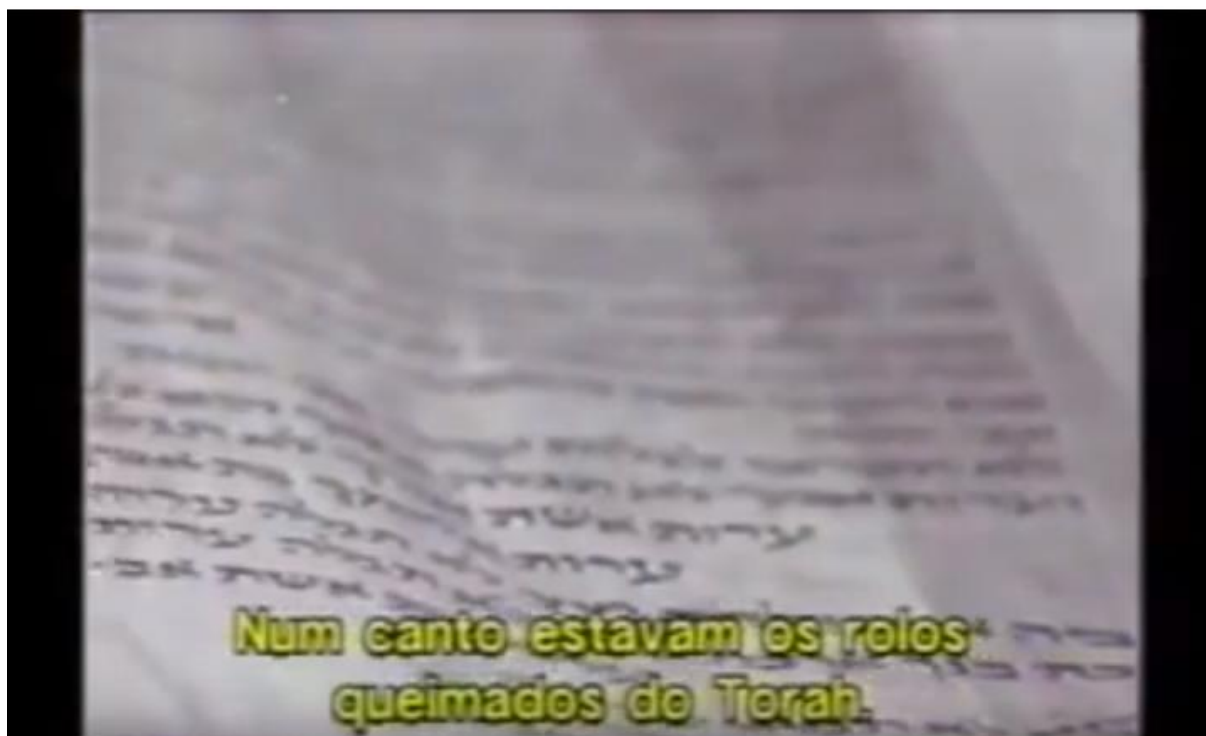
Este segundo bloco de recortes fornece subsídios para que possamos compreender as relações do sujeito velho/idoso com o objeto que simboliza, instaurando por meio da memória os efeitos de sentido que depreendem do seu discurso e que, de certa forma, são ressignificados em nosso gesto de interpretação. São, pois, essas relações entre o sujeito e o objeto simbólico que determinam a forma pela qual há a representação.

O que percebemos é que desde o início da instauração do Regime Nazista tanto o Aparelho Ideológico de Estado (AIE) quanto o Aparelho Repressor de Estado (ARE) produzem ou moldam sujeitos “úteis e obedientes à vontade do poder” (SILVA, 2004, p. 178), principalmente mediante o ataque aos objetos ou espaços que, de uma forma ou outra, significam na/pela memória do sujeito, considerada também a sua constituição e sua posição-sujeito de judeu. A ideologia que funciona, também, refletindo sentidos sobre o objeto; sentidos estes que não podem ser senão entendidos pela constituição do indivíduo enquanto sujeito que discursiviza sobre o objeto.

---

<sup>82</sup>O Torah, também conhecido como Pentateuco, de acordo com as tradições religiosas judias, é o livro sagrado, revelado diretamente por Deus. É composto pelos livros bíblicos: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.

## Segundo Bloco – Recorte 1 (00:08:03)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Segundo Bloco – Recorte 2 (00:08:09)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

O que o testemunho do sujeito velho/idoso transporta é a lembrança de uma imagem vista, carregada de sentidos, ideologicamente impostos. Os rolos queimados do Torah estavam jogados ao chão, num canto, porque estavam e precisavam estar à margem. O papel, que pela palavra escrita carrega um processo de significação religiosamente construído e celebrado, acomete-se à equidade do seu compositor: o homem. Sujeito e palavra estão, simbolicamente, jogados ao abismo da interdição e do esquecimento.

Encaminhamo-nos, então, para as questões que tangem a imagem (a imagem dos rolos queimados do Torah, jogando no chão, cuja significância é atribuída pelo sujeito/velho idoso e sobre a qual lançamos o nosso gesto de interpretação), para pensarmos, a partir de Davallon (1999) e Pêcheux (1999) que – segundo este último –, há uma espécie de “negociação” entre um “acontecimento histórico singular” e o “dispositivo complexo de uma memória”, que entram em embate. Isso poderia levar, ao que Pêcheux (1999) explica:

[...] colocar em jogo a nível crucial uma passagem do *visível* ao *nomeado*, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como recitação de um mito (PÊCHEUX, 1999, p. 51).

Por isso, o testemunho do sujeito velho/idoso, diante da imagem do sagrado materializado e marginalizado, não carrega apenas a aparente singularidade, tanto do discurso quanto da memória, mas o que pelas relações de paráfrase revelam como se inscrevem o sujeito e o sentido (na memória). Nesse ponto, concordamos com o que escreve Fernandes (2018, p. 37), quando a autora discute que, dadas as condições de produção, no nosso caso, aquelas que levaram ao que mais tarde ficou conhecido como o Holocausto, o sujeito “[...] está inscrito em um processo de significação de exclusão social”, porque o objeto – o Torah – carrega sentidos que criam um espaço de exclusão pela interdição ao sagrado. Transportam os sujeitos que partilham dessa ideologia – a judia – para um lugar de exclusão, materializado num espaço representado como “uma imagem transformada em ameaça” (FOUCAULT, [1973] 2002, p. 123). Por isso, compreendemos que:

- I. O lugar comum da comunidade judaica, na Alemanha, começa a ser interditado, mediante a ameaça aos objetos que simbolizam, de alguma forma, a ideologia religiosa.
- II. A partir do imaginário ao qual temos acesso, diante do testemunho do sujeito velho/idoso, podemos afirmar que, ao atribuir sentidos ao objeto, o sujeito instaura também uma memória que se torna coletiva, porque há, efetivamente, outros sujeitos que se sentem interpelados por essa mesma ideologia e que colocam em funcionamento,

enquanto sujeitos de seu discurso, determinadas formas de repetição que criam um efeito de regularização (SCHERER, 2008) e que, por fim, condicionam as relações de poder e o jogo de forças sobre os quais o dominador e o dominado são colocados em embate.

III. São delimitados domínios e fronteiras simbólicas, visto que, ao mobilizarmos nosso gesto de interpretação sobre o testemunho do sujeito velho/idoso, notamos as possíveis marcas deixadas na memória sobre esse acontecimento e que estão ligadas ao objeto em questão, ressignificadas pelo sujeito no movimento entre o presente e o passado, que produz efeitos de sentido, afinal, “a rigor os povos e grupos só podem se esquecer do presente, não do passado” (YERUSHALMI, 2017, p. 15).

IV. Podemos inferir que o sujeito, ao simbolizar as suas relações com o objeto, mobiliza uma rede de memórias sobre o Holocausto, a partir do seu testemunho particular, como parte de uma memória coletiva que, no seu funcionamento, emana sentidos e significados sobre o acontecimento, de forma que não possa haver uma memória individual do Holocausto, porque ela é construída na/pela coletividade, ainda que produza efeitos de sentido muito particulares ao sujeito.

V. As relações sobre as quais refletimos reforçam a ideia de que a Formação Discursiva Religiosa que atravessa o dizer do sujeito, neste testemunho, representa, pois, a interdição. Não se trata apenas do ato de queimar os rolos do Torah, porque é próprio do funcionamento do discurso do sujeito as falhas... as faltas... assim como também ocorre com o funcionamento da memória.

VI. Somente após o distanciamento em relação ao acontecimento ocorrido, o sujeito velho/idoso inscreve em seu discurso sentidos que podem ser sempre outros.

Como adiantamos, os efeitos de sentido podem ser particulares ao sujeito, ainda que façam parte de uma memória que é coletiva, porque a Análise de Discurso (AD) permite-nos ver o sentido como o “possível”, ou seja, o “não-preenchido” (ORLANDI, 2008, p. 14), cujas relações entre o imaginário e o simbólico fazem-nos, pouco a pouco, desestabilizar os sentidos de uma memória que está estabilizada pelo discurso histórico. Efeitos que não implicam, portanto, nem no único nem no verdadeiro.

**TERCEIRO BLOCO – “NÃO HÁ MAIS SOLIDÃO POSSÍVEL, NÃO HÁ DESCONTROLE NA LINGUAGEM: A RELAÇÃO COM O ‘OUTRO’ REGULA TUDO, PREENCHE TUDO, EXPLICA TUDO, TANTO O SUJEITO COMO O SENTIDO” (ORLANDI, 2008, p. 45).**

Perpassamos, ainda, neste terceiro bloco de recortes, o que é da ordem da interdição e focamos também nosso olhar no processo de constituição do sujeito e na produção de sentidos em relação ao vivenciado, diante das formas de controle impostas, ideologicamente, pelo nazismo. Dessa maneira, procuramos refletir, a partir do testemunho do sujeito<sup>83</sup> velho/idoso, via documentário, sobre a questão da instância ideológica que pode ser localizada, no discurso, sob a forma de “*formações ideológicas*” (PÊCHEUX, 1997, p. 146) e que estão referidas aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), de forma que “as ideologias são práticas de classe (de luta de classes) na Ideologia”.

Evidenciamos que é nesse momento que o liame contraditório entre a “reprodução e transformação das relações de produção se liga ao nível ideológico”, para que ocorra um “desmembramento em regiões (Deus, a Moral, a Lei, a Justiça, o Saber, etc.)” (PÊCHEUX, 1997, p. 231).

#### Terceiro Bloco – Recorte 1 (00:04:43)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

<sup>83</sup>De maneira geral, o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, a partir dos recortes que selecionamos com base nos testemunhos do velho/idoso, faz parte de um processo discursivo que, conforme Pêcheux (1997, p. 92), “visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula”, visto que, ainda nas palavras do autor, “[...] à língua se traduz pelo fato de que *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” (grifos do autor). Portanto, uma série de “contradições ideológicas” estão, a todo momento, imbricadas nos processos discursivos.

## Terceiro Bloco – Recorte 2 (00:04:45)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Terceiro Bloco – Recorte 3 (00:04:50)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Terceiro Bloco – Recorte 4 (00:04:53)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Terceiro Bloco – Recorte 5 (00:04:55)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Terceiro Bloco – Recorte 6 (00:04:58)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Terceiro Bloco – Recorte 7 (00:05:01)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Terceiro Bloco – Recorte 8 (00:05:03)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Terceiro Bloco – Recorte 9 (00:05:07)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Terceiro Bloco – Recorte 10 (00:05:10)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Terceiro Bloco – Recorte 11 (00:05:14)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Conforme mencionado, compreendemos que a dominação da ideologia dominante – a do nazismo – subjuga a ideologia da classe dominada – a dos judeus – configurando essa estrutura que é constantemente regida pela “desigualdade-subordinação” desse “‘todo complexo com dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1997, p. 147, grifos do autor). Assim, o sujeito (judeu) precisa submeter-se ao que lhe é dominante, seja na escola ou nas ruas, procurando por espaços (a sinagoga) em que, mesmo que momentaneamente e ilusoriamente, possa estar ao abrigo da repressão e violência, enquanto práticas sociais próprias à ideologia dominante nazista. De certa forma, observamos que a subjetividade é interdita.

Nesse caso, podemos afirmar, em consonância com Pollak (1992, p. 204), que a memória se apresenta como um dos elementos constitutivos do sentimento de identidade de qualquer sujeito e, por meio do testemunho do sujeito velho/idoso, ela aponta para a imbricação do medo, do perigo, do funcionamento ideológico que faz o fato de estar na rua implicar num risco constante de morte. Ela é, ao mesmo tempo, um fator relacionado diretamente com a questão da contiguidade e da coerência que o sujeito faz de si, mas também de um grupo, do coletivo, dos outros tantos judeus que, naquele determinado tempo e espaço, sucumbem em função da violência e, pelo fato de serem judeus, têm a possibilidade de obter refúgio apenas nas sinagogas, que oferecem uma proteção provisória. É, assim, uma memória específica que entendemos pelo viés da Análise de Discurso (AD) como a memória interdita pela dominação ideológica. O que compreendemos por meio deste testemunho é que o sujeito se concentra numa dupla tarefa: por meio das lembranças em relação ao que viveu, ele estabelece uma densa ligação entre a memória e o sentimento, de forma que o sujeito representa uma posição discursiva e ocupa uma posição-sujeito submissa às leis de combate aos judeus e, por isso, busca abrigo. O sujeito velho/idoso, pela palavra... na história... busca abrigo.

Lembremos o que postula Pêcheux (1997): só pode haver práticas através e sob uma ideologia e só haverá ideologia pelo sujeito e para os sujeitos, então, o sujeito identificado como judeu, aquele que ocupa essa posição-sujeito para discursivizar, do lugar de testemunha do Holocausto, fica à mercê, à sombra. Porém, irrompe com os ressentimentos acumulados ao longo do tempo, da memória que é dominadora, bem como dos sofrimentos que por muito tempo não puderam ser expressados publicamente. Cada testemunho é, pois, uma forma de permanecer resistindo. Resistem, por isso, se mantendo vivos. Destacamos, dessa forma, que:

I. Está funcionando, a partir do testemunho do sujeito velho/idoso, uma “memória proibida”, e que é, nesse período, “clandestina” (POLLAK, 1992). Ela emerge, reivindicando sua importância, seu espaço, e, mesmo muito tempo depois, denunciando

os horrores do nazismo. Rompe com o silêncio, pois o documentário é um espaço em que sua voz pode ser ouvida. Espaço em que sua versão pode ser narrada.

II. A posição que o sujeito ocupa se define pela situação em que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios do saber (FOUCAULT, [1969] 2008), visto que é a condição de sobrevivente do Holocausto que lhe permite recuperar lembranças e colocar em funcionamento uma memória que é coletiva e que, em função de sua interpelação ideológica, reúne, via discurso, sentidos que são próprios de outros testemunhos, do interdiscurso, e que permeiam o espaço de resistência, neste caso, criado pelo documentário, graças à condição testemunhal.

III. Observamos, dados os recortes, que o sujeito faz referência ao “eu” e ao “nós”. É o que podemos atestar nos seguintes recortes:

- “e quando **eu** ia à escola...”
- “porque **eu** era judeu.”
- “Depois da escola não **podíamos** brincar nas ruas...”
- **Íamos** para uma grande sinagoga perto de...”

Porém, é possível notar que não se utiliza do “ele” ou “eles” para se referir igualmente aos judeus, mas somente aos nazistas:

- “**eles** me colocavam na última fileira da classe...”

IV. Por conseguinte, refletimos sobre essa questão e concluímos que ao enunciar, via testemunho, seja o “eu” ou o “nós”, falar da ideologia que lhe é dominante – a nazista – corresponde às práticas sócias próprias da ideologia dominante nazista, porque essa segregação entre judeus e nazistas foi, historicamente, demarcada como uma fonte de separação entre dominador e dominado, porque o “eu”, o “nós” dos judeus, jamais poderia ser o mesmo “eu” e “nós” dos nazistas e vice-versa. “Eles” é a marca dessa separação que coloca em lados opostos os sujeitos que se identificam com esta ou aquela ideologia e demarcam, no discurso, a sua posição.

Portanto, essa alternância é delimitada pelo sujeito que se entende enquanto judeu e, por isso, ao mesmo tempo em que enuncia o “eu”, enuncia o “nós”, de forma que entende que são todos judeus que estão, naquele momento, diante de situação semelhante. O “nós” remete a uma coletividade e à sensação de não estar só. Logo, a relação perante o “outro” explica tanto o sujeito quanto o sentido, conforme atesta Orlandi (2008).

**QUARTO BLOCO – “[...] O DISCURSIVO MATERIALIZA O CONTATO ENTRE O IDEOLÓGICO E O LINGUÍSTICO, NA MEDIDA EM QUE ELE REPRESENTA NO INTERIOR DA LÍNGUA OS EFEITOS DAS CONTRADIÇÕES IDEOLÓGICAS [...]” (COURTINE, 2016, p. 14)**

Com base na citação que selecionamos de Courtine (2016), concebemos o pressuposto de que as relações entre o ideológico e o linguístico podem ser observadas na sua materialização no discurso do sujeito e é por isso que, como veremos adiante, há efeitos de sentido que advêm das contradições ideológicas veiculadas pelo processo de interpelação do indivíduo em sujeito. Ademais, refletimos nesse momento sobre como a memória funciona de maneira particular para cada sujeito, sobre os quais uma específica canção é capaz de causar determinados efeitos de sentido. Mas, a forma de organização do acontecimento, sobretudo em relação à repressão – o Aparelho Repressor de Estado de Estado (ARE), segundo Althusser –, faz com que haja uma memória que não pode ser representada.

Essa memória parte do comum ao coletivo e, imbricada na própria simbolização das relações de poder, é estruturada tanto pelo imaginário quanto pelo esquecimento (ORLANDI, 2017) e nisso entendemos como há as formas de relação entre a ideologia e o inconsciente. Pelo interdiscurso há, assim, o Outro, ou melhor, os outros, assim como a exterioridade constitutiva que possibilita à memória que, quando pensamos discursivamente, pelo viés do canto, da canção, reúna um grau de significância e de produção de sentidos que é comum, partilhado.



Quarto Bloco – Recorte 1 (00:24:56)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quarto Bloco – Recorte 2 (00:24:57)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Quarto Bloco – Recorte 3 (00:25:01)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quarto Bloco – Recorte 4 (00:25:03)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Quarto Bloco – Recorte 5 (00:25:05)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Quarto Bloco – Recorte 6 (00:25:08)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Temos acesso, por meio do testemunho do sujeito velho/idoso, ao que é da ordem do individual, mas também, e sobretudo, da ordem do coletivo. Quando o sujeito enuncia que “Eu me lembro que todos nós choramos”, podemos compreender que “Todo testemunho é único e insubstituível” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72), porque, conforme refletimos, a memória relacionada ao Holocausto é composta por cada uma das partes que compõem o todo, ou seja, tanto pelos sobreviventes dos horrores acometidos durante o período, quanto de todos aqueles que, de alguma forma, compartilham saberes dessa ordem. Retomamos aqui o que Rancière pensa sobre a partilha de um sensível comum, ou, como entendemos, compartilhado. É a conjuntura do Holocausto, portanto, atravessada na/pela memória do sujeito velho/idoso que produz sentidos comuns, partilhados entre os sujeitos diante do acontecimento.

Está imbricado, ao evocar essa memória, um fato passado que adquire importância, porque a “matéria-prima” do discurso do sujeito, na condição de testemunha, não compreende o passado enquanto um tempo estagnado, mas que, pelo fato de estarem assujeitados à ideologia e atravessados constantemente pelo inconsciente, a retomada do acontecimento passa a uma memória coletiva (VENTURINI, 2009), pois diante da canção “My Yiddish Mama”<sup>84</sup> há a partilha do que é sensível, do que é comum. Isso causa um determinado efeito de sentido, também materializado fisicamente pelo sujeito: “Eu me lembro que todos nós choramos...” e “A noite toda”.

Se consideramos que isso é da ordem do simbólico, não há como saber se, de fato, “todos” choraram a noite toda, porque se trata de um efeito produzido na discursivização de algo que é da ordem do traumático, do que é maçante para o sujeito, via memória, porque não há essa noção do tempo passado, apenas da intensidade de como isso ocorreu. Está simbolizado assim e não de outra forma, por isso produz efeitos. Na/pela língua, mesclada a todos os processos de significância, implicados em múltiplos funcionamentos dos sentidos, a canção torna-se coletiva. Torna-se memorável – como entendemos a partir de Venturini (2009, p. 37) –, tanto pela dimensão vertical quanto pela horizontal (do interdiscurso, do já-dito, conforme explicitamos na Parte II do trabalho). Com vistas ao que propõe Pêcheux (1997, p. 93), inferimos que há uma contradição ideológica funcionando na/pela canção. “Uma das moças polonesas começou a cantar...” compreende um processo discursivo a partir do qual depreendem “relações ideológicas de classe”. Há uma base comum: a memória. Há um elo

---

<sup>84</sup>Ressaltamos que a língua ídiche é falada principalmente pelas comunidades judaicas dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Estados Unidos, Bélgica, França, Israel, Lituânia, Rússia, Brasil, Ucrânia e Canadá. A música referida “My Yiddish Mama” fala sobre as saudades da mãe judia que desempenhava seu papel como nenhuma outra. Sobre a escuridão e tristeza sentidas diante da ausência da mãe.

comum: o pertencimento. As mulheres, das mais variadas nacionalidades estão, no tempo presente do acontecimento, ligadas na/pela língua e pelas relações de sentido veiculadas pela canção. E vemos, então, a concomitância significante entre o objeto simbólico e a sua correspondência: as mulheres choram, porque a memória coletiva extrapola os próprios limites da existência, é afetiva e arrebatada em função do pertencimento. Há uma construção de identidade de um sujeito em relação ao outro, na/pela memória. Dessa forma, empreendemos nosso gesto analítico e apontamos para o fato de que:

I. A imagem advinda da própria concepção do documentário permite-nos observar, portanto, a relação do sujeito para com esses objetos simbólicos de forma que sempre funcione dependendo dos determinados olhares, visto que fornece “a capacidade de conferir ao quadro da história a força da lembrança. Ela seria nesse momento o registro da relação intersubjetiva e social” (DAVALLON, 1999, p. 31).

II. O interdiscurso, em seu funcionamento, neste caso da canção que é, de certa forma, ressignificada ao evocar determinada memória, via lembrança da mãe, retoma alguns elementos significantes de enunciados – que já foram feitos ou mesmo esquecidos – que significam a partir da própria memória do dizer (ORLANDI, 2017, p. 24).

III. A memória adquire duplo caráter no que se refere ao sofrimento e dor, pois há uma memória da barbárie (SELIGMANN-SILVA, 2018) que potencializa os sentidos, ou seja, abarca o que é da ordem do insuportável e se manifesta no indizível. Choram. O lamento da significância dupla da dor pela própria existência.

IV. Com vistas ao que postula Pêcheux (1997) entendemos que, neste caso, o interdiscurso que possibilita a cada sujeito a sua realidade, compreendido enquanto um sistema que parte de evidências e, sobretudo, significações experimentadas, como a partilha do sensível, evoca uma determinada memória que é coletiva e faz com que o sujeito velho/idoso retome saberes que advêm do interdiscurso (a ressignificação da canção naquele momento), para que, na posição-sujeito que ocupa, a de mulher sobrevivente do Holocausto, esse testemunho ateste para o funcionamento de uma Formação Discursiva judia, cuja posição tomada pelo sujeito produz determinados sentidos, um efeito, já que todos estavam sob as mesmas condições.

V. A canção revela um pré-construído que é ressignificado em função das condições de produção. Não há uma simples repetição de elementos relacionados à memória da canção, mas uma reatualização destes, simbolicamente.

Os sentidos atualizam-se, na maioria das vezes, escapando a uma vontade do sujeito que produz o discurso: são, mais ou menos, livres. Segundo Halbwachs (1990), para que uma

lembança possa existir, a partir do processo de reconstrução de um determinado acontecimento do passado, é preciso que existam pontos de vista que sejam partilhados por membros da comunidade, bem como de noções que lhes são comuns. A lembrança sobre a canção, neste caso, é ressignificada, simbolicamente. Se, anteriormente, implicava em sentidos de dor e saudade, multiplica a dor e saudade, porque há dominância da repressão, do jogo de forças que coloca o sujeito na posição de dominado e sob a qual, ideologicamente, resiste mesmo que por meio de uma sobrevivência que jorra o que é da ordem do insuperável.

**QUINTO BLOCO – “PARECE PRÓPRIO DO ANIMAL SIMBÓLICO VALER-SE DE UMA SÓ PARTE DE SEU ORGANISMO PARA EXERCER FUNÇÕES DIVERSÍSSIMAS. A MÃO SIRVA DE EXEMPLO” (BOSI, 1994, s. p.)**

Ao tomarmos o discurso *sobre* o Holocausto como aquele que abriga todos os discursos *de*, portanto, todos os discursos de testemunhas – ou ainda de sobreviventes de Holocausto – há uma dimensão de produção de sentidos inscrita em cada testemunho, que funciona tanto por isolamento quanto pensada na coletividade, instaurando uma possibilidade de imaginário *sobre*. Assim, o simbólico<sup>85</sup> adquire determinados sentidos, pois está concentrado nesse escopo de movimentação da ordem dos sentidos: por um lado, compreendemos que “fazer história é [...] em certo sentido construir, por um método próprio, uma temporalidade. Em outras palavras, é estabelecer procedimentos de identificação de acontecimentos por suas temporalidades” (GUIMARÃES, 2004, p. 13); e por outro, pensamos na memória a partir do arquivo que dispomos, visto que “ao produzimos nossa reflexão, organizamos, ao mesmo tempo, um arquivo dessa história que fica à disposição para novas leituras de outros pesquisadores” (ORLANDI, 2001, p. 16).

O bloco de recortes a seguir, que instaura uma possibilidade de representação da luta diante da vida e morte, do embate entre pai e filho pela sobrevivência, exige o destaque de que tanto do Aparelho Repressor de Estado (ERA) quanto do Aparelho Ideológico de Estado (AIE) (ALTHUSSER, s. d.) criam um “sítio de significância” (ORLANDI, 2009), que incide sobre o simbólico, remetendo a determinado caráter significativo por meio das experiências do sujeito velho/idoso que transpõe, ao nível discursivo, a forma pela qual a memória funciona e faz circular sentidos sobre o objeto em questão, de forma que seja, ao mesmo tempo, a matéria da

---

<sup>85</sup>Destacamos a importância do texto organizado por Scherer (2005), “Linguística no Sul: estudo das ideias e organização da memória”, que auxiliou essa organização da reflexão sobre história e memória no trabalho a partir do arquivo que dispomos.

própria existência, da possibilidade de se manter resistindo, ainda que esteja sucumbido a uma dominação ideológica inerente à sua condição de sujeito.

Quinto Bloco – Recorte 1 (00:19:14)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

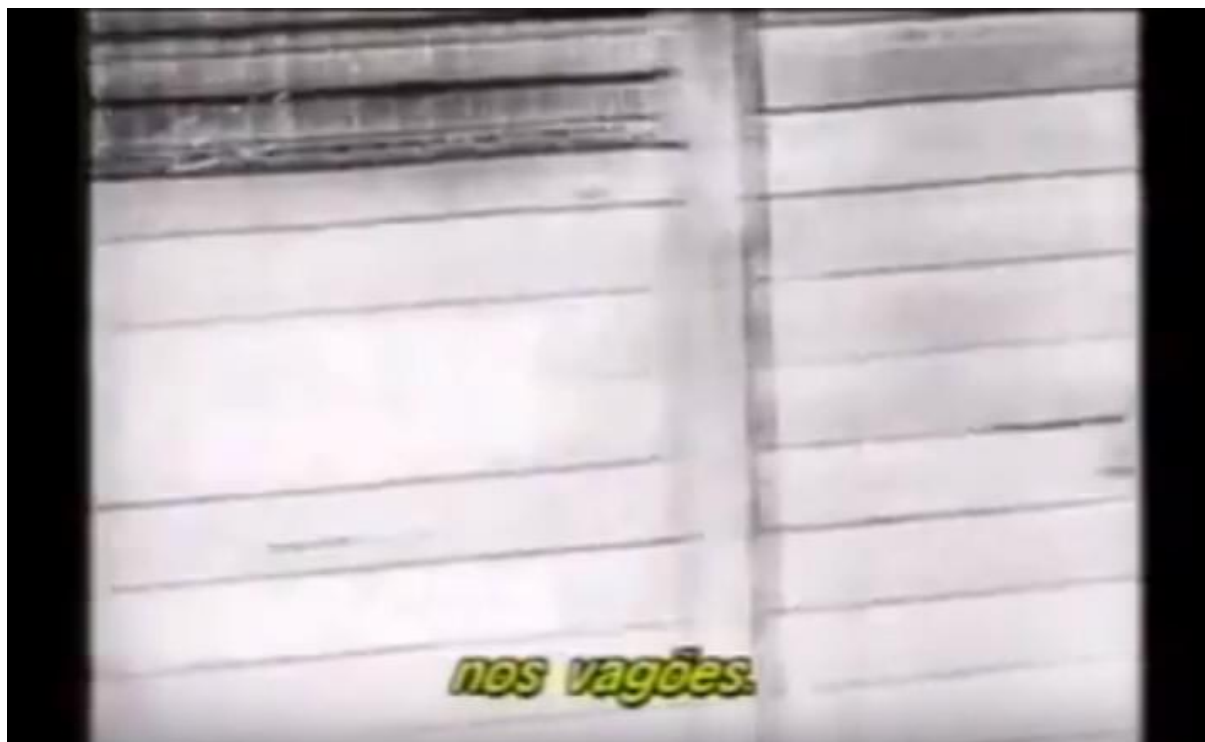
Quinto Bloco – Recorte 2 (00:19:16)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

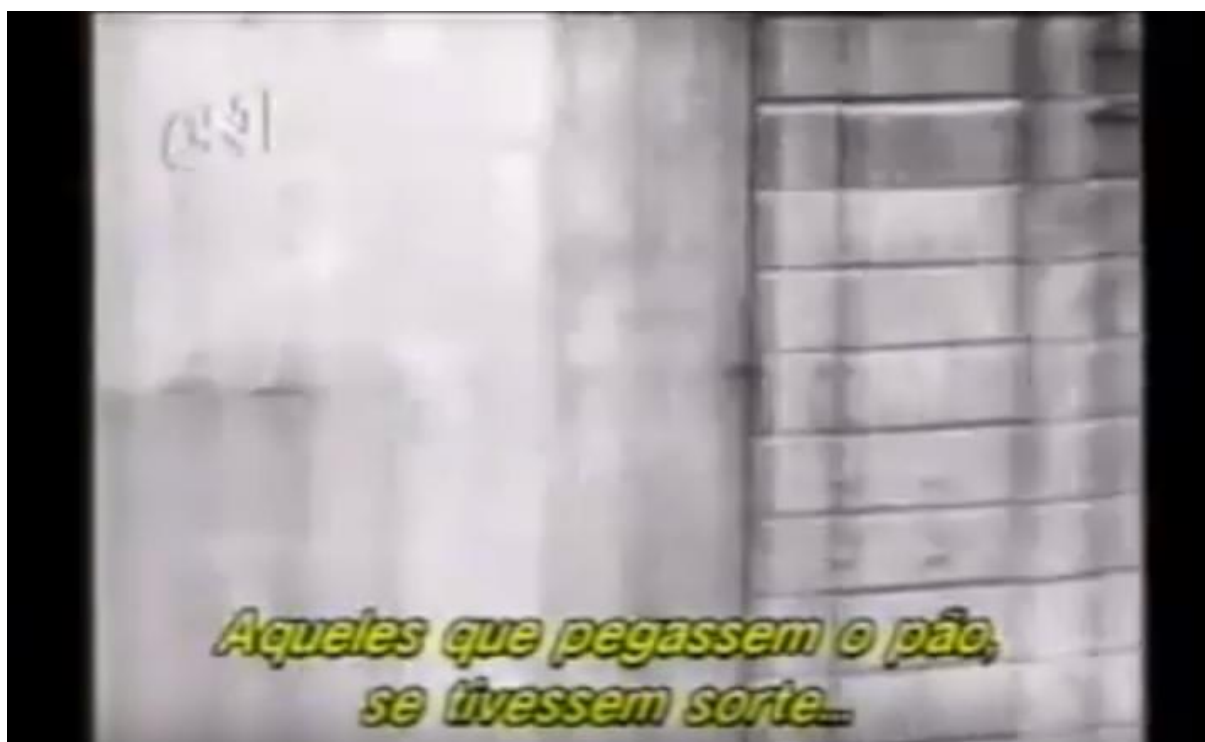


## Quinto Bloco – Recorte 3 (00:19:18)



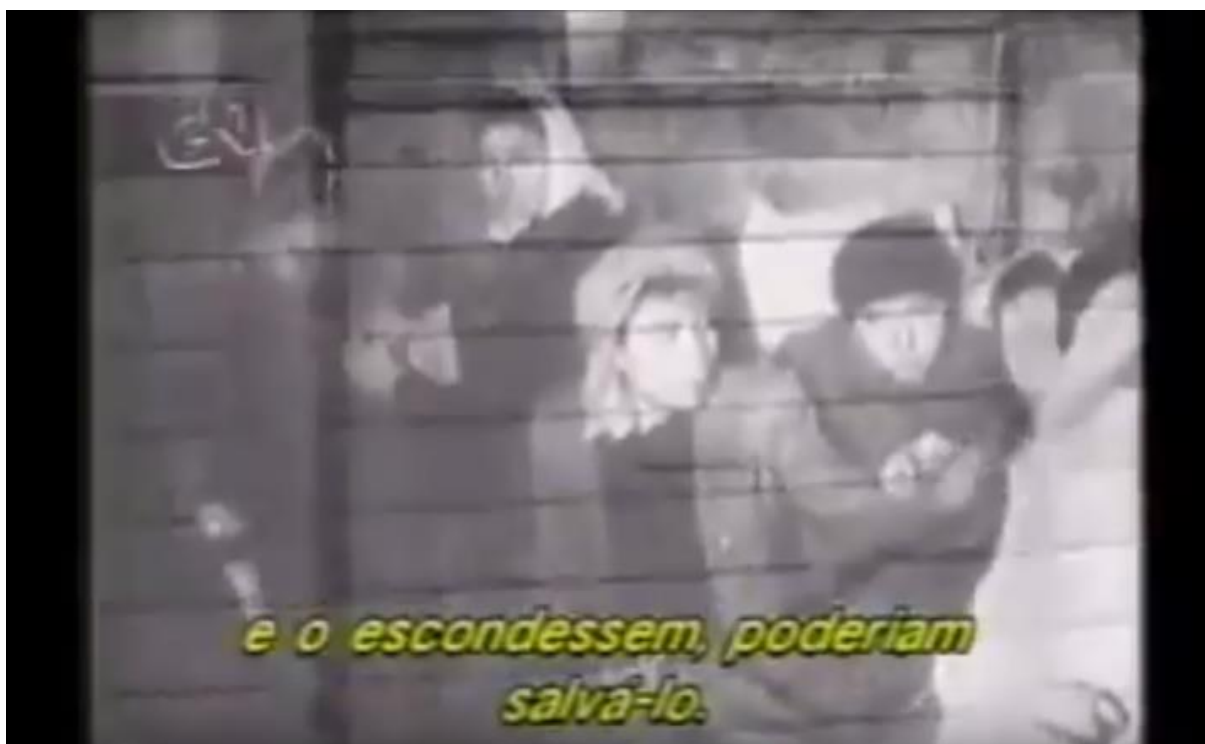
Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Quinto Bloco – Recorte 4 (00:19:21)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Quinto Bloco – Recorte 5 (00:19:22)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Quinto Bloco – Recorte 6 (00:19:25)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Quinto Bloco – Recorte 7 (00:19:28)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 8 (00:19:30)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 9 (00:19:33)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 10 (00:19:35)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 11 (00:19:37)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 12 (00:19:39)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 13 (00:19:41)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 14 (00:19:44)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Quinto Bloco – Recorte 15 (00:19:49)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Quinto Bloco – Recorte 16 (00:19:52)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Quinto Bloco – Recorte 17 (00:19:55)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Incorporamos, em nossas análises, como explicitamos, determinadas formas de pensar na estrutura e funcionamento que são expostas por meio da discursivização, pelo sujeito velho/idoso, na condição de testemunha, no documentário, em relação ao nosso próprio objeto bem como no que concerne às relações de sentido entre o sujeito e o simbólico. Refletimos, a partir de Pêcheux (1983) em “Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, que nosso trabalho, até essa altura do caminho, aponta que o arquivo fílmico, cujo *corpus* selecionamos para os objetivos que já elencamos anteriormente, funciona de forma que haja uma retomada ou, ainda, um deslocamento do simbólico e isso produz determinados e diferentes efeitos de sentido, pois o real, o simbólico e o imaginário estão, na verdade, entrelaçados. Ao retomarmos isso, julgamos por bem continuarmos em nosso empreendimento.

Ao considerarmos as sequências discursivas elencadas, estamos diante de um discurso e de diferentes efeitos de sentido que podem ser apreendidos e “[...] eles são da ordem da evidência, de uma direção de sentidos proposta pelo discurso dominante em outro momento sócio-histórico: era/é preciso vê-los, lê-los, interpretá-los de um diverso lugar” (BRUST, 2017, p. 33). Lugar esse ao qual retornamos, ainda que nunca tenha sido nosso, porque ele permite, abre espaço para um gesto de interpretação a partir do qual (re)construímos o nosso lugar, constantemente.

Destacamos, desse modo, que ao abordarmos uma questão de sobrevivência, diante do que é simbolizado pelo pão, enquanto o que é da ordem fisiológica, na manutenção do humano, do corpo – mas também do espírito, ele funciona, ou melhor, estabelece relações de sentido com aquilo que é possível de ser retroalimentado: o sujeito que está na condição de dominado, mas que assume a posição de dominador e rompe com os limites da esfera familiar, do que é exposto desde o discurso bíblico (para a cultura ocidental) e manifestado mais ou menos parecido, nas diferentes religiões, mas que, mesmo assim, condiz com o que é contado, historicamente, e tido como regra/mandamento da relação entre o pai e o filho, assim como a proibição veiculada pelas leis do Estado.

Não é gratuita a nossa categórica afirmação de que o sujeito sucumbe à ideologia que lhe domina e, a partir destes recortes, isso é representado da maneira mais explícita e cruel possível. Há, a partir das condições de produção do próprio momento histórico-temporal, a luta pela sobrevivência, que testa os limites de tortura física/psicológica/ideológica do próprio sujeito – o filho – que lança sua força ao outro sujeito – o pai –, a fim de que possa garantir, mesmo em meio a constante mercê da morte, a possibilidade de sobreviver diante do dominador, como se o dominado não resistisse apenas ideologicamente (porque não haveria luta se isso não estivesse em consonância) mas também fisicamente, negando-se a falhar duplamente.

Quando Althusser (s. d.) pensa nas relações de poder, tanto a partir do Aparelho Ideológico de Estado (AIE) quanto do Aparelho Repressor de Estado (ARE), estão dispostas as formas de poder pelas quais um sujeito exerce sobre outro, mas que, como vemos, é potencializada diante de uma ameaça que escapa ao que está regularmente inscrito nessas condições. Assim, os saberes da Formação Discursiva religiosa são suspensos e o simbólico falha, pois há uma falha nesse movimento de luta pela vida: um sujeito “esquece”, ou melhor, “desconsidera” toda uma questão relacionada ao pré-construído da esfera familiar, da lei suprema e divina de não matar. Ele não simboliza isso mais, porque a religião é também um controlador ideológico que, no entanto, não está funcionando, o que ocorre também com o Aparelho Repressor de Estado (ARE), pois a polícia não interfere, não funciona – também é esquecida.

A morte do outro é também uma possibilidade de vida. Cumpre observar, a partir do que escreve Vinhas (2001, p. 36), que “O funcionamento do processo de interpelação ideológica possui idiossincrasias no que concerne ao sujeito em relação com a lei”. Assim, a tentativa de aprisionamento do sujeito ao que impõe o Estado – o Aparelho Repressor de Estado (ARE) – tem os seus direitos suspensos. Perguntamo-nos: desprovido da liberdade, está se identificando

com uma Formação Discursiva da criminalidade, porque ele representa essa identificação por meio do crime de morte ao pai? Acreditamos que não, ao contrário, isso não ocorre: o simbólico falha, não há nada que o prenda, não há manifestação efetivada da ideologia religiosa, não há saída e é, por isso, que o simbólico está falhando. O testemunho do sujeito velho/idoso revela que aquilo era incomensurável, pois ele apenas testemunha, mas não estabelece nenhum juízo de valor.

O sujeito está, assim, num confronto diante do que é veiculado pelo Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e pelo Aparelho Repressor de Estado (ARE), mas que naquele determinado momento precisa deslocar-se da posição de dominado para ser, momentaneamente, o dominador, exercendo o seu poder<sup>86</sup>. Compreendemos, diante disso, que “A narrativa dos sobreviventes testemunha esses momentos de invasão, de confronto, de uma estranheza inquietante” (ROBIN, 2016, p. 247). De contradição ideológica do sujeito em relação as posições que ocupa. E, lembremos, conforme escreve Orlandi (1999, p. 61):

[...] indivíduo como ponto de partida para o assujeitamento ao simbólico – e, quanto a esse assujeitamento o sujeito não tem controle pois ele se passa “antes, em outro lugar e independentemente” – temos sobre esse sujeito processos que o individualizam e que derivam das diferentes formas de poder. E aí as Instituições e o Poder constituído têm um papel determinante. É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência

O testemunho do sujeito velho/idoso que encaminha essa estranheza, esse confronto diante da situação de sobrevivência, para além da contradição ideológica, impulsiona a luta, a disputa de poder, porque o que funciona, sobretudo pelo Aparelho Repressor de Estado (ARE), está suspenso: ele não será julgado, ele não será preso. Por isso, insistimos que há falha no simbólico e por esse viés refletimos também na questão do sujeito em sociedade que, pelo caminho da Análise de Discurso (AD), permite-nos comprovar a imperfeição do processo de interpelação-sujeição, pois o Regime Nazista mostra a desorganização social, visto que aquilo

---

<sup>86</sup>Justificamos e ancoramos essa reflexão no que escreve Halbwachs (1990, p. 147) sobre quando as relações de poder podem ser deslocadas e reorganizadas. Optamos por trazermos, na íntegra, o que o autor escreve: “A forma extrema sob a qual se apresenta o poder de uma pessoa sobre a outra, é o direito em virtude do qual outrora se possuía escravos. O escravo, é verdade, não passava de pessoa reduzida ao estado de coisa: não havia contrato entre o senhor e o escravo, e o direito de propriedade se exercia sobre este como sobre os demais bens. Os escravos, entretanto, eram homens que, até certo ponto, podiam ferir os direitos de seus senhores, fosse reclamando sua liberdade com base em falsos títulos, ou ainda fugindo, ou se suicidando. É por isso que o escravo possuía um estado jurídico que comportava apenas, é verdade, obrigações e nenhum direito. Ora, nas antigas casas, os locais reservados aos escravos eram separados dos outros, nos quais só podiam penetrar quando recebiam ordens, e a separação dessas duas partes do espaço bastava para perpetuar, no espírito dos senhores e dos escravos a imagem dos direitos ilimitados de uns sobre os outros. Longe dos olhos do senhor, o escravo podia esquecer sua condição de servil. Entrasse ele numa das alas onde seu senhor morava, tomava novamente a consciência de ser escravo. Era como se, passando pelo umbral da propriedade do senhor, se encontrasse transportado a uma parte do espaço onde a lembrança da relação de dependência frente ao senhor se conservasse”.



que imperava, na verdade, era anão-organização social, uma espécie de organização baseada no dominador, quem exercia o poder e quem morria, sucumbindo ao opressor. Dessa forma:

I. Diferente do que destacamos em outros blocos, há um processo de separação que coloca em lados opostos o “ele”/”eles” em comparação com o “eu” e o “nós”.

II. Quando nos debruçamos sobre os recortes selecionados, podemos sublinhar os seguintes dizeres:

- Em “e eles começaram a lançar os pães” evidentemente relaciona-se com os nazistas responsáveis pela manutenção dos campos de concentração.
- Em “e ele queria pegar o pão do pai”, “Ele tentava tirar o pão...” e “até matar o pai, assim ele...”, percebemos a referência ao filho. Inevitavelmente, há a necessidade, principalmente pela posição do sujeito velho/idoso, enquanto testemunha (apesar de não estabelecer juízo de valor), esclarecer quem ocupava a posição de dominador e quem ocupava a posição de dominado e sucumbia ideologicamente, escancarando a condição animalésca de sobrevivência, ainda que fosse preciso dizimar o progenitor.

Após demarcarmos essas relações, compreendemos que as condições impostas nos campos de concentração realçam o processo de desumanização dos prisioneiros, que estavam sob humilhação em níveis que escapam da própria definição, fazendo com que suas ações retrocedessem ao nível mais primitivo de sobrevivência.

***SEXTO BLOCO – “NÃO BASTA DAR TEMPO AO TEMPO, À MODA TRADICIONAL, POIS O QUE ESTÁ EM JOGO NÃO É SOMENTE DA ORDEM DO TRAUMA, MAS TAMBÉM DA CONSEQUÊNCIA, DA ACEITAÇÃO DORAVANTE RECALCADA” (ROBIN, 2016, p. 141).***

Pelos trajetos analíticos sobre os quais percorremos, demarcamos a necessidade de pensar sobre o caráter simbólico, trazido à baila pelo testemunho do sujeito velho/idoso, no funcionamento da memória que tem sobre a experiência vivida durante o Holocausto. Dessarte, nosso empreendimento diante do campo do simbólico conduz, no que segue, a uma necessidade de, inicialmente, recuperamos algumas das palavras escritas por Rancière (1994, p. 79), a fim de estabelecermos relações de sentidos possíveis entre o que é simbolizado pela inscrição do número no corpo dos judeus, prática exercida pelo Regime Nazista. O que buscamos, dessa forma, é entender como o sujeito velho/idoso se relaciona com isso e como o seu discurso sobre o fato produz sentidos.

Esclarecemos que, neste caso, os “testemunhos [...] permitem reconstruir uma rede de relações sociais e seu h mus sens vel” (RANCI RE, 1994, p. 79), porque se cria um efeito de coletividade pela nega o da pr pria identifica o do sujeito com o social, de sua pr pria identidade e identifica o sobre as formas de atua o na sociedade. A inscri o do n mero, que n o pode ser apagada, causa uma substitui o do nome pelo n mero, como se o sujeito fosse apagado, dando lugar a indignidade. Invalida o e interdi o do sujeito. O poder n o apenas pela ideologia da palavra, mas pela ideologia carregada pela numera o, pela n o-palavra, porque nada mais faz sentido.

Sexto Bloco – Recorte 1 (00:24:41)



Fonte: Document rio *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sexto Bloco – Recorte 2 (00:24:42)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sexto Bloco – Recorte 3 (00:24:44)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sexto Bloco – Recorte 4 (00:24:46)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sexto Bloco – Recorte 5 (00:24:50)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sexto Bloco – Recorte 6 (00:24:54)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sexto Bloco – Recorte 7 (00:24:56)



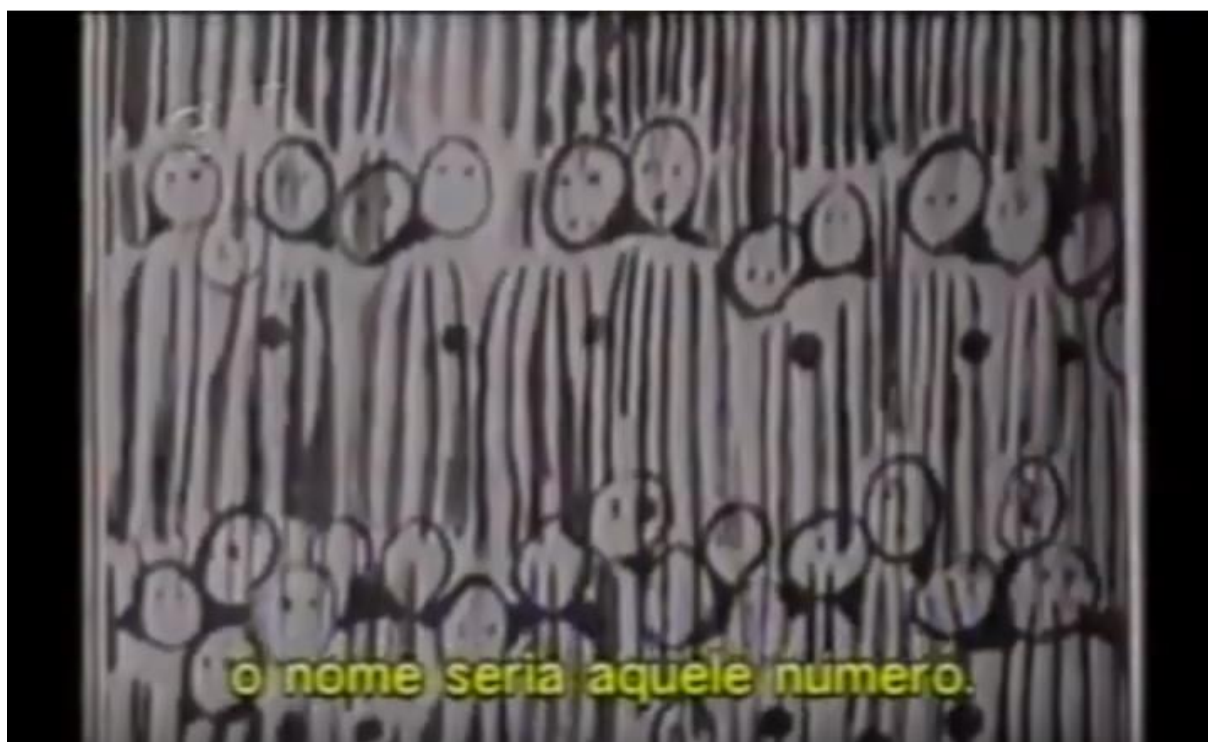
Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Sexto Bloco – Recorte 8 (00:24:58)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Sexto Bloco – Recorte 9 (00:25:01)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Quando Robin (2016) escreve que não há reconciliação possível entre os fatos e o passado é isso que a história e a memória do Holocausto representam. Concentrados ainda em Rancière (1994, p. 109), inferimos – a partir desses recortes – que as lembranças podem ameaçar a história, porque pela lembrança podem ser estabelecidas e vinculadas algumas coisas que não estavam ou não faziam parte da história institucionalizada, como se a lembrança oferecesse perigo a uma concretude da história, criando um efeito de instabilidade e, por fim, instaurando um espaço para o acréscimo, para a interrogação, para a explicitação da indeterminação dos fatos sobre os quais a história conta, mas que também habitam a memória.

Ademais, quando procuramos compreender as relações de sentido entre os objetos simbólicos e o sujeito velho/idoso – e a maneira como simbolizam isso – trazemos à baila algo que talvez não faça parte da história, mas, unicamente, da memória. O pré-construído assinala o que há de conhecimento diante do fato, mas que não necessariamente encerra o fato, porque, por meio do testemunho do sujeito velho/idoso em questão, observamos efeitos de sentido que vão além do que foi veiculado, como as numerações para identificação dos judeus na Alemanha, durante o Holocausto. Como se o testemunho do sujeito sobrevivente estivesse à margem da história.

A ideologia nazista e a simbolização dessa numeração suprimem o sujeito. A resistência, não em relação à ideologia nazista, mas diante da própria sobrevivência, foi nivelada a uma subsistência, porque “o nome seria aquele número”, como uma relação entre o antecessor e o sucessor, como mais um dentre a sequência de números que simbolizavam os judeus enquanto a escória de uma sociedade na qual não havia um lugar possível e, por isso, a inscrição da numeração cria, para o sujeito, esse efeito de indignidade na/pela não-palavra que é representada pela numeração.

O que atestamos, em decorrência dessa seleção de recortes, é que não há uma possibilidade única de interpretação, pois o gesto interpretativo constitui um outro lugar de significação para o objeto simbólico. Não é, portanto, uma mera descrição do objeto simbólico, mas a proposição de como as relações de sentido podem ser entendidas a partir de sua própria composição. É um processo de produção de conhecimento e não somente um gesto interpretativo, pois são, como dissemos, relações de valor e esse é um lugar ideológico e buscamos reafirmar isso constantemente. Indubitavelmente, o que temos acesso, via testemunho, é que:

I. Ao nomear/designar o sujeito, na condição de dominado, cria-se um elo irreconciliável em relação ao passado, simbolizado pela indignidade.

II. Se a nomeação imprime um conteúdo semântico em relação ao que é nomeado e a designação coloca em funcionamento a significação de um nome (Guimarães, 2005), então esta última corresponde ao ato de, pela linguagem numérica, estabelecer um processo de produção de sentidos com o real que é simbólico.

III. A designação toma o lugar do nome, porque já não se pode nomear, mas ainda é preciso designar.

IV. Há um trabalho do simbólico que oscila entre a distinção e a indistinção dos sujeitos, visto que a numeração é uma possibilidade de simbolizar e de produzir a necessária humilhação do sujeito o que, consecutivamente, estabelece, com sucesso, a submissão do dominado em relação ao dominador.

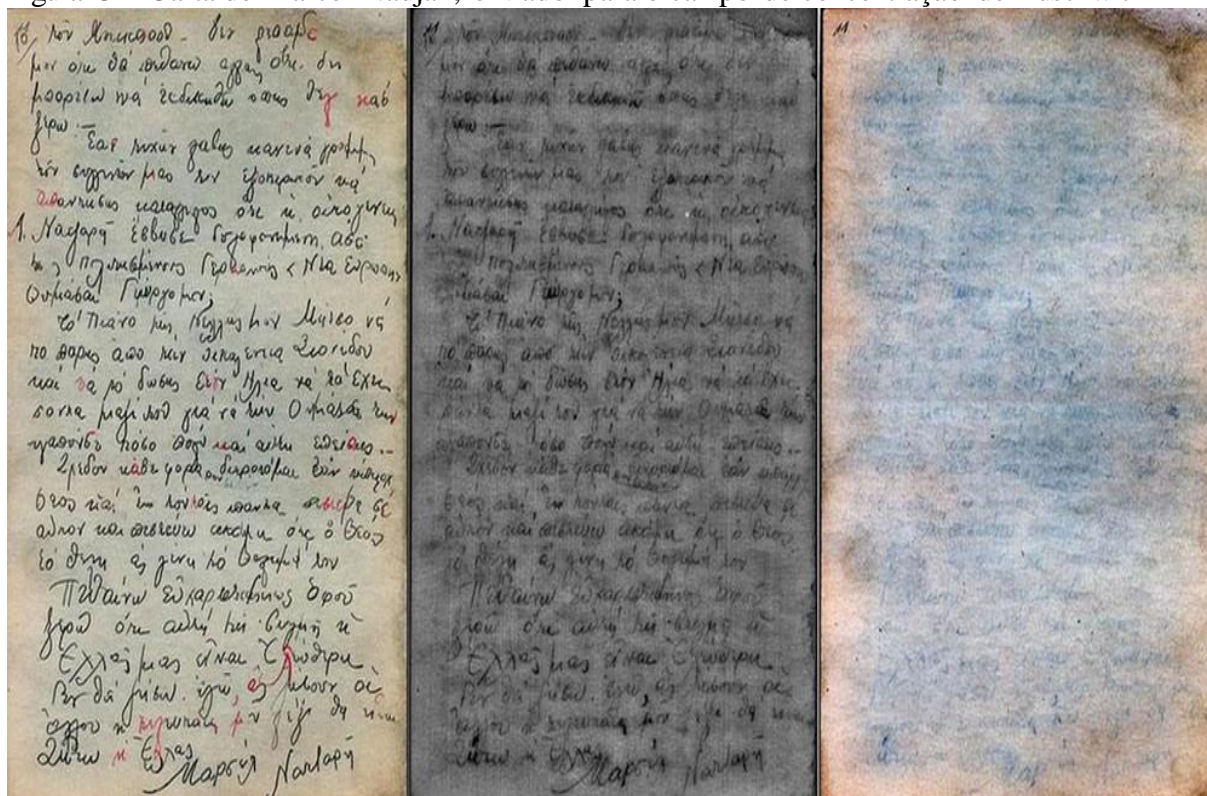
O que atestamos para além dessa constatação de que podem ser depreendidos outros efeitos de sentidos na relação do sujeito com o simbólico é que surge “[...] uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos” (BOSI, 1994, p. 3). Em outras palavras, o Regime Nazista, via ideologia, triunfou por um determinado tempo enquanto dominador sobre o dominado, ou seja, aqueles sobre os quais houve o triunfalismo que se tornou atemporal, porque restou e resta o trauma, o recalcado e o que ainda não é recuperado pela memória.

Ademais, conforme escrito pela autora já citada, “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ esta última, ocupando o espaço todo da consciência” (BOSI, 1994, p. 14) e, por isso, o testemunho do sujeito velho/idoso, ao contrário da aparente elucidação diante da experiência vivida, ainda carrega muitos não-ditos, marcados pelo trauma e isso faz com que possamos afirmar que a memória possui tamanha força – e tamanha força subjetiva – que é “[...] ao mesmo tempo profunda e afetiva, latente e penetrante, oculta e invasora”.



**SÉTIMO BLOCO – “O HOMEM NÃO PODE, ASSIM, EVITAR A INTERPRETAÇÃO, OU SER INDIFERENTE A ELA. MESMO QUE ELE NEM PERCEBA QUE ESTÁ INTERPRETANDO – E COMO ESTÁ INTERPRETANDO – É ESSE UM TRABALHO CONTÍNUO NA SUA RELAÇÃO COM O SIMBÓLICO” (ORLANDI, 1996, p. 10)**

Figura 3 – Carta de Marcel Nadjari, enviado para o campo de concentração de Auschwitz z<sup>87</sup>



Fonte: Página do manuscrito processada com filtro vermelho, verde e azul (da esquerda para direita), vinculada pelo site *O Globo*.

“Todos nós sofremos coisas aqui que a mente humana não pode imaginar”.

“Embaixo de um jardim, existe um porão com dois cômodos infinitamente grandes: um é para as pessoas se despirem, o outro é a câmara de gás”.

“As pessoas entram nuas e, quando o local está cheio, com cerca de 3 mil pessoas, a câmara é fechada e elas são asfixiadas com gás”.

“[...] um ser humano se transforma em cerca de 640 gramas de cinzas”.

<sup>87</sup>A carta foi escrita em 1944, quando ainda estava em um dos campos de concentração de Auschwitz, guardada dentro de uma garrafa térmica e encontrada enterrada no campo de extermínio nazista em 1980. Com o uso de modernas técnicas de imagem, as palavras puderam ser reconstituídas. Mais informações podem ser verificadas em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/carta-enterrada-em-auschwitz-revela-que-mente-humana-nao-pode-imaginar-21935529>.

“Se alguém ler sobre as coisas que fizemos, irá dizer: ‘Como alguém poderia fazer aquilo, queimar seus companheiros judeus?’”.

“Eu não estou triste porque vou morrer. Mas estou triste porque não poderei me vingar como gostaria”.

(Marcel Nadjari, 1944)

Ao longo do processo de reflexão e escrita deste trabalho, compreendemos que o sujeito, nas suas relações discursivas, na sua relação com a linguagem, produz um determinado efeito de unicidade (ORLANDI, 2008) e, dessa forma, cria-se um “efeito ideológico” que constitui todo e qualquer discurso. Em outras palavras, a unicidade tanto do sujeito quanto da linguagem. Isso faz com que entendamos a ideologia como “a direção nos processos de significação, direção essa que se sustenta no fato de que o imaginário que constitui as relações discursivas (em uma palavra, o discurso) é político” (ORLANDI, 2008, p. 43). Por isso, quando lançamos nosso gesto de interpretação, procuramos trazer à baila evidências que só podem ser pensadas a partir das relações entre a história e o poder, entre o sujeito e a ideologia. Temos, assim:

[...] uma injunção à interpretação, já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois sempre é regida por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade (ORLANDI, 2008, p. 43-44).

Podemos inferir, com base nessas palavras, que há no discurso um processo ideológico que implica, constantemente, numa “injunção” a “uma” determinada interpretação que, por sua vez, sempre será “a” interpretação. Portanto, antes de nos determos no próximo bloco de recortes, sublinhamos essa característica de nosso dispositivo teórico-analítico de, por meio da Análise de Discurso (AD), proporcionar a busca pelos sentidos/efeitos de sentido que são possíveis diante da abordagem que fizemos.

Ao trabalharmos, mobilizando os efeitos de sentido oriundos de discursos sobre o Holocausto, ou seja, de dizeres do sujeito velho/idoso sobre o acontecimento vivenciado, a importância desse “outro” alavanca o próprio gesto de interpretação, porque, voltando nossa atenção para a memória coletiva, vemos que ela “tira sua força da duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros de um grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 51) e, assim, sempre haverá possíveis versões da história ou imaginários possíveis sobre o Holocausto. Dizeres *sobre* que abrigam os dizeres *de* (VENTURINI, 2014) e, por isso, singularizam sua importância justamente pela paradoxal anexação ao coletivo, que é composto por essas partes do todo.

Mas, ainda precisamos esclarecer uma coisa: o porquê do uso da imagem na abertura deste bloco, no qual pensaremos, especificamente, sobre o testemunho do sujeito velho/idoso em relação aos campos de concentração. Na verdade, já explicamos. É, pois, a importância do “outro” no processo de produção de sentidos sobre o acontecimento. Outra parte desse conjunto de dizeres sobre o Holocausto, não na forma de testemunho que analisamos aqui, mas na forma do testemunho escrito, por meio de carta, sobre a relação desse sujeito com o campo de concentração e a forma como simboliza isso.

Entendemos que a tríade presente-passado-futuro está funcionando, de forma que possamos observar esse testemunho escrito no momento presente do acontecimento, lançado para um futuro, mas que agora se localiza no passado. Um outro olhar, uma outra forma de simbolização. Ademais, deixamos a cargo do leitor o seu próprio gesto de interpretação sobre isso, pois é isso que buscamos aqui: processos de produção de sentidos que podem ser entendidos entre o sujeito e “outro” e que corroboram para os possíveis imaginários sobre o Holocausto a partir da memória de cada sujeito. Ademais, para introduzirmos o que segue, no próximo bloco de recortes, sublinhamos que, neste caso, não trazemos à baila apenas a questão da forma com que o sujeito velho/idoso estabelece formas de simbolizar o campo de concentração, mas também a forma com que entende, nesse momento, seu lugar de sujeito, nessas condições de produção e como isso produz efeitos de sentido.

Sétimo Bloco – Recorte 1 (00:34:04)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

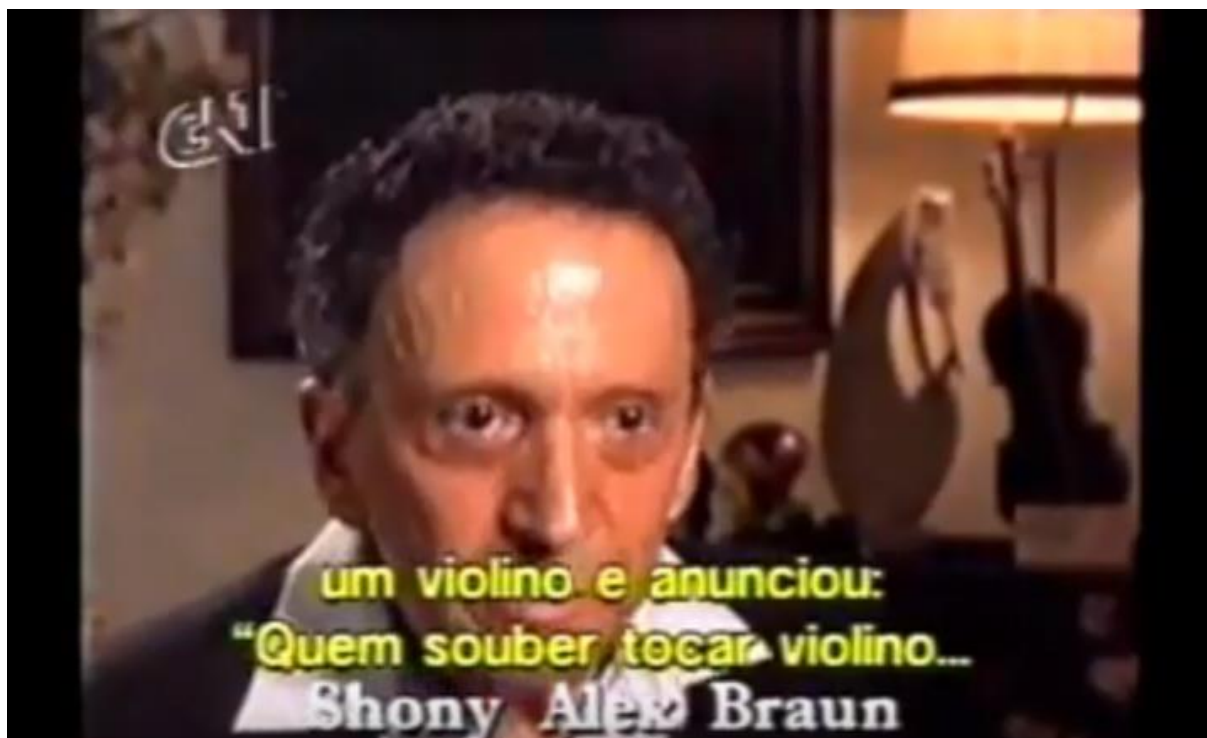
Sétimo Bloco – Recorte 2 (00:34:06)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Sétimo Bloco – Recorte 3 (00:34:08)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 4 (00:34:14)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 5 (00:34:15)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 6 (00:34:17)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 7 (00:34:19)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 8 (00:34:22)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Sétimo Bloco – Recorte 9 (00:34:24)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 10 (00:34:28)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Sétimo Bloco – Recorte 11 (00:34:30)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 12 (00:34:33)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 13 (00:34:37)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 14 (00:34:40)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 15 (00:34:44)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 16 (00:34:49)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Sétimo Bloco – Recorte 17 (00:34:53)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 18 (00:34:57)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 19 (00:34:59)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 20 (00:35:01)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Sétimo Bloco – Recorte 21 (00:35:03)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Sétimo Bloco – Recorte 22 (00:35:06)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Sétimo Bloco – Recorte 23 (00:35:10)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 24 (00:35:12)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 25 (00:35:16)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 26 (00:35:29)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Sétimo Bloco – Recorte 27 (00:35:33)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 28 (00:35:38)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 29 (00:35:40)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 30 (00:35:42)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 31 (00:35:45)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Sétimo Bloco – Recorte 32 (00:35:48)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Sétimo Bloco – Recorte 33 (00:35:50)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Há, a partir do testemunho do sujeito velho/idoso, uma afirmação diante de algo que faz desses sujeitos – tanto do dominador quanto o dominado –, num determinado momento, compartilharem de uma mesma memória, evocada em função da canção tocada por meio de um violino. Nesse momento, “Cada um por si, mentindo, subordinando, agredindo ou mantendo alguns de seus padrões morais” (MAGALHÃES, 2001, p. 77), independentemente da posição que ocupam, compartilham de algo que vai além do imposto ideologicamente, porque a canção, de alguma forma, ativa determinadas lembranças na memória, fazendo com que haja a partilha do sensível, conforme falamos anteriormente, apoiados em Rancière (2005) e, assim, tanto aquele que ocupa a posição-sujeito de dominador, o “SS”, quanto os demais sujeitos (na posição-sujeito de dominados e, ainda, os outros sujeitos que estavam naquele momento ocupando a posição-sujeito de dominadores) precisam de uma canção que, por um determinado caminho de produção de sentidos e de evocação da memória, preencha isso que falamos tanto: a memória coletiva.

É essa memória, relacionada à canção “Danúbio Azul” que estabelece uma rede de sentidos que preenche todos os sujeitos. A canção é preche de significados que (de formas parecidas ou mesmo distintas) fazem os sujeitos se silenciarem para celebrarem esse “escape”

daquela realidade, imposta por condições de produção, num nível ideológico sobre o qual, no entanto, permanecem sucumbido em sua coletividade.

Assim, quando refletimos sobre as formas pelas quais, em seu testemunho, o sujeito velho/idoso relaciona-se com o objeto simbólico em questão (e ele está simbolizando isso de determinadas maneiras), finalmente, compreendemos que, na verdade, esses objetos simbólicos são uma forma de representação do sujeito sobre o seu próprio passado, pelo viés da memória e, por isso, diante desse objeto simbólico, apresenta relações específicas e simboliza isso no/pelo discurso de rememoração, conforme explicitamos a partir de Venturini (2009), de maneira que essa tarefa implica em se lançar ao passado, esquecendo-se do tempo presente (BOSI, 1994) e, evidentemente, pelo viés do imaginário, relaciona-se com a realidade. Portanto:

- I. Pelo gesto interpretativo o conteúdo produz determinados efeitos de sentido.
- II. Por meio do gesto de leitura sobre o documentário há diferentes níveis de interpretação.
- III. É possível a descrição e análise até mesmo do que não é dito, mas que ainda assim estabelece relações de sentido.
- IV. Pela linguagem fílmica criam-se efeitos de verdade e, por isso, nossa descrição em meio a esta análise adquire um caráter necessário no/para o gesto interpretativo.
- V. O simbólico funciona por meio de várias discursividades sobre as quais destacamos a política e ideológica.
- VI. A canção “Danúbio Azul”, sendo preche de significados, tanto para o sujeito velho/idoso quanto para o próprio processo ou gesto de interpretação que propomos, permite-nos compreender que o simbólico também pode ser saturação. Assim como ele falha, abrindo-se para a falta; ele também preenche, satura e produz efeitos de igualdade, quando se trata de subjetivação, porque a música, a arte, não salva, mas suspendem o curso das coisas por um instante.
- VII. Como afirmado, a música coloca em suspenso as relações entre dominador e dominado, não há mais a aparente posição/oposição entre opressor e oprimido. Todos estão embriagados na/pela canção.
- VIII. Entra em cena uma outra questão: a da memória seletiva, visto que ela não é consciente, pois o sujeito velho/idoso, em seu testemunho, coloca em funcionamento a sua versão sobre o fato, assim como ela emerge... como preenche... e isso não é consciente.

Buscamos, dessa forma, como escrevemos no início deste trabalho, entender também qual a importância do testemunho no interior do documentário. Por meio das oito asserções que

elencamos, podemos inferir que o testemunho é a própria matéria significativa do documentário enquanto arquivo, porque possibilita nosso gesto de interpretação. Nosso dispositivo analítico é, assim, provisório, visto que é mobilizado a partir de objetos específicos que são propostos por nós, enquanto analistas de discurso. É uma prática de observação e análise que busca no discurso as relações entre o social, o político, o ideológico e o subjetivo que, nos seus atravessamentos, funcionam produzindo determinados efeitos de sentido.

### **OITAVO BLOCO – “A ÚLTIMA LUTA MORTAL”: “A LUTA CONTRA A MORTE” (DOCUMENTÁRIO “SOBREVIVENTES DO HOLOCAUSTO”)**

Ao mobilizarmos o arquivo fílmico, diante das reflexões já desenvolvidas, compreendemos que há diferenças entre a memória discursiva e o arquivo do qual dispomos. As primeiras análises impulsionam nosso entendimento, porque, a partir do que mobilizamos, podemos afirmar que: ao passo que o arquivo, no caso o documentário sobre os “Sobreviventes do Holocausto”, corresponde a uma memória institucionalizada, que cria efeitos de uma certa estabilização ou, ainda, de fechamento; ao contrário da memória discursiva, esse arquivo caracteriza-se pelo efeito de completude, visto que a memória sobre o acontecimento fornece-nos inúmeros caminhos de produção de sentidos, calcados em nosso gesto de interpretação, como se nosso gesto implicasse na desestabilização dos sentidos e numa nova forma de reorganização do próprio arquivo, com base no testemunho do sujeito velho/idoso sobre as representações de suas relações com os objetos simbólicos, na conjuntura significativa do acontecimento, o Holocausto.

Agora, concentrando-nos nos recortes abaixo dispostos, trazemos uma citação de Halbwachs (1990, p. 51), para refletirmos sobre as relações entre memória individual/memória coletiva, a partir da forma com que o sujeito velho/idoso simboliza suas relações com o objeto. Segundo o autor, a memória coletiva exerce sua força porque é fundamentada no fato de ter sido suporte para um conjunto de homens, que se lembram e partilham dela em grupo. Assim, as lembranças apoiam-se umas sobre as outras dependendo da forma com que a subjetividade estabelece pontos de vista em relação ao que é da memória coletiva, que pode mudar, em função do lugar que o sujeito ocupa, porque “A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que elas produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A partir do que escreve, em consonância com o testemunho do sujeito velho/idoso apresentado nestes recortes, podemos inferir que o sujeito, ao simbolizar as suas relações com o objeto, mobiliza uma rede de memórias sobre o Holocausto, a partir do seu testemunho particular, como parte de uma memória coletiva que, no seu funcionamento, emana sentidos e significados sobre o acontecimento, de forma que não possa haver uma memória individual do Holocausto, porque ela é construída na/pela coletividade, ainda que produza efeitos de sentido muito particulares ao sujeito.

As câmaras de gás, enquanto esse lugar de morte, na ordem do simbólico, delimitam determinados domínios e fronteiras (FERNANDES, 2018) que, quando mobilizados por meio do testemunho do sujeito velho/idoso, revelam possíveis marcas deixadas na memória sobre o acontecimento e que são ressignificadas pelo sujeito nesse movimento entre o presente e o passado. Nos próximos recortes podemos observar como o testemunho do sujeito velho/idoso evidencia as formas pelas quais os prisioneiros eram mandados para as câmaras de gás.

Nesse caso, a descrição que o sujeito realiza do lugar (da câmara de gás) causa uma desestabilização dos sentidos atribuídos, por coletividade, ao objeto. Explicamo-nos: as câmaras de gás, simbolizadas como o lugar de morte, não implicam, assim como o campo de concentração, como um lugar da certeza sobre a morte. A Formação Discursiva religiosa que atravessa o dizer do sujeito, neste testemunho, representa, pois, a possibilidade de vida diante da morte, como se, por um “milagre”, o sujeito pudesse salvar-se diante da sua condenação.

O próprio funcionamento sujeito às falhas... Como o discurso, a memória... Porque a Análise de Discurso (AD), permite-nos ver o sentido como o “possível”, ou seja, o “não-preenchido” (ORLANDI, 2008, p. 14), cujas relações entre o imaginário e o simbólico fazemos, pouco a pouco, desestabilizar os sentidos de uma memória que está estabilizada pelo discurso histórico. Efeitos que não implicam, portanto, nem no único nem no verdadeiro. Observemos o bloco de recortes para darmos sequência às discussões:

Oitavo Bloco – Recorte 1 (00:32:55)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 2 (00:32:57)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

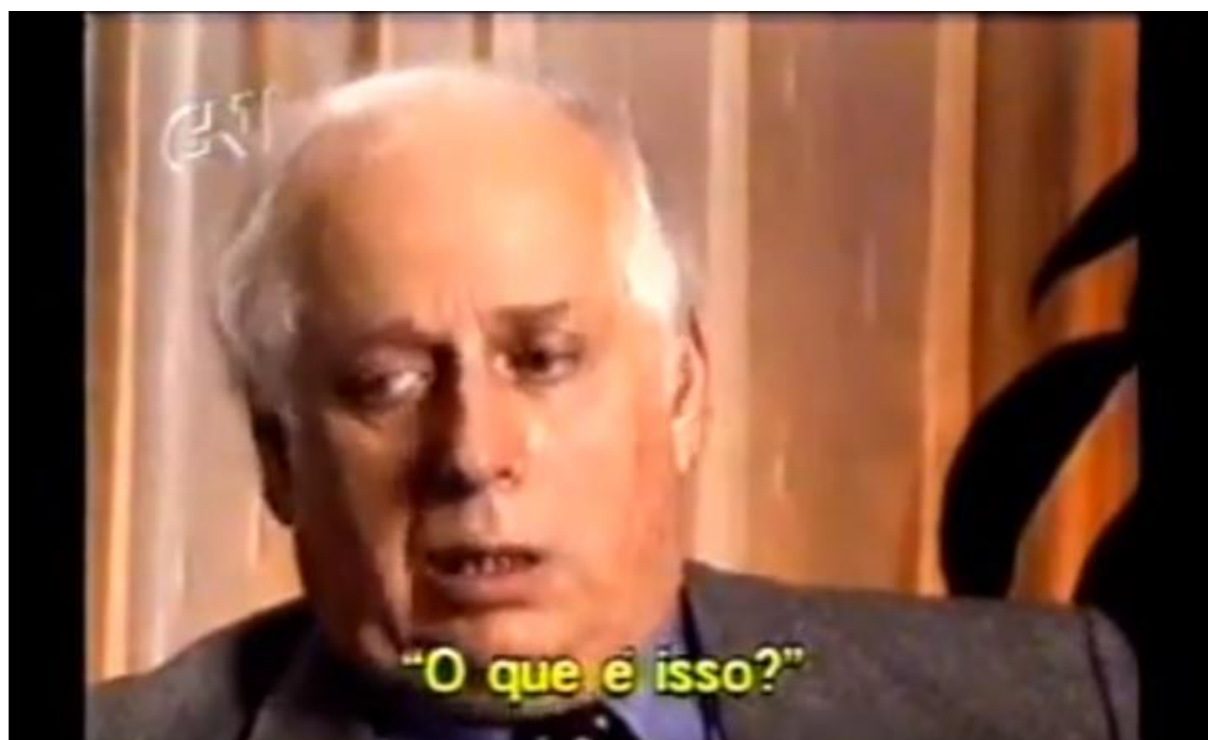


Oitavo Bloco – Recorte 3 (00:32:59)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 4 (00:33:02)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 5 (00:33:03)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 6 (00:33:05)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 7 (00:33:07)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 8 (00:33:10)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 9 (00:33:11)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 10 (00:33:13)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

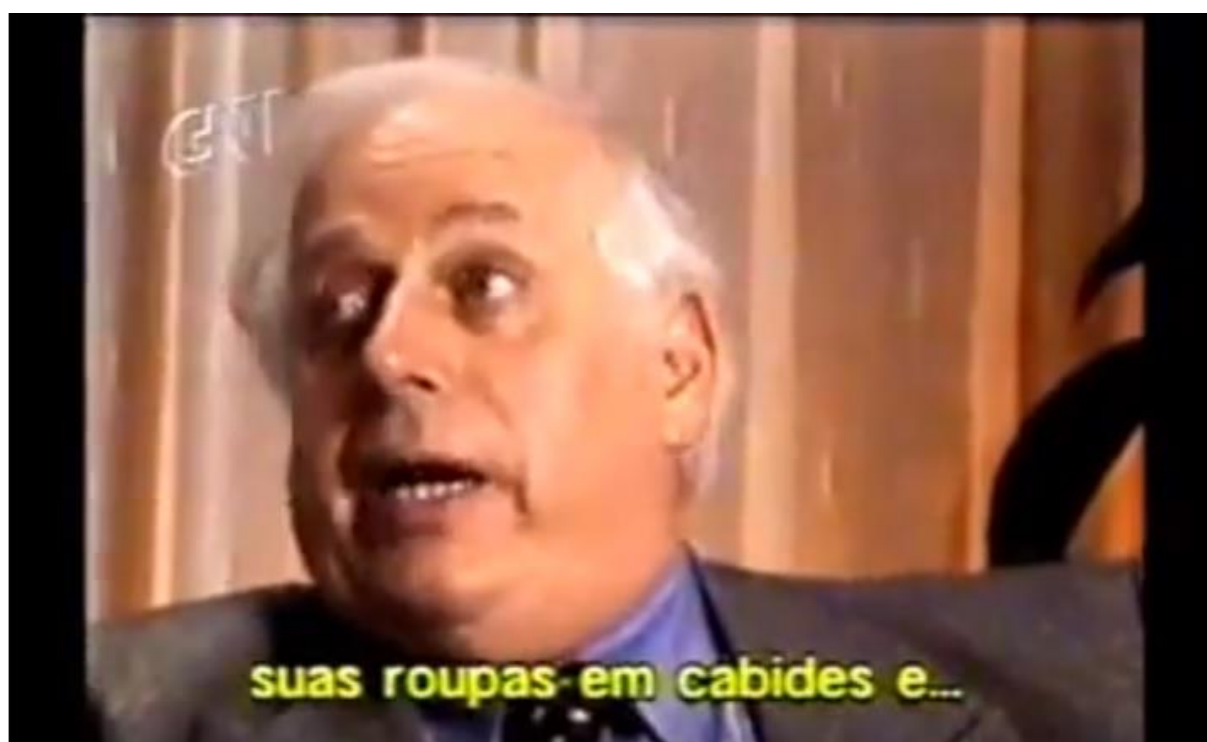


Oitavo Bloco – Recorte 11 (00:33:15)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 12 (00:33:17)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 13 (00:33:19)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 14 (00:33:22)



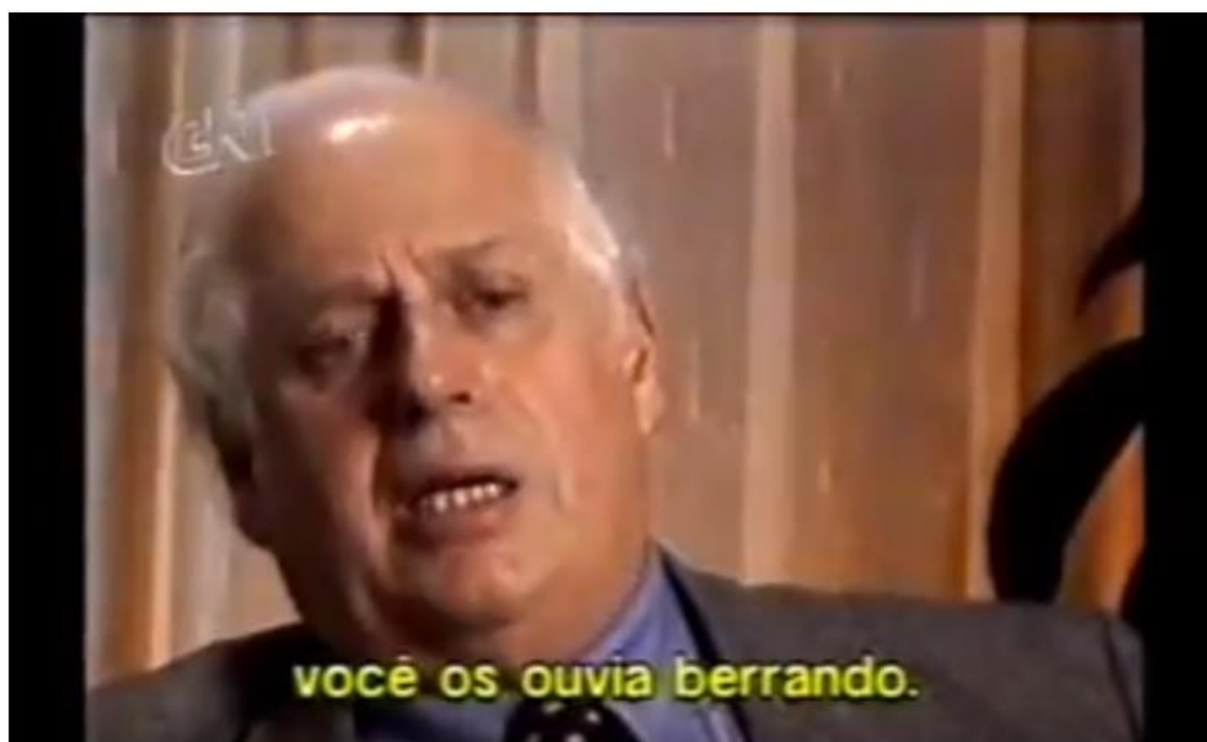
Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 15 (00:33:25)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 16 (00:33:27)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Oitavo Bloco – Recorte 17 (00:33:31)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 18 (00:33:32)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Oitavo Bloco – Recorte 19 (00:33:37)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 20 (00:33:40)



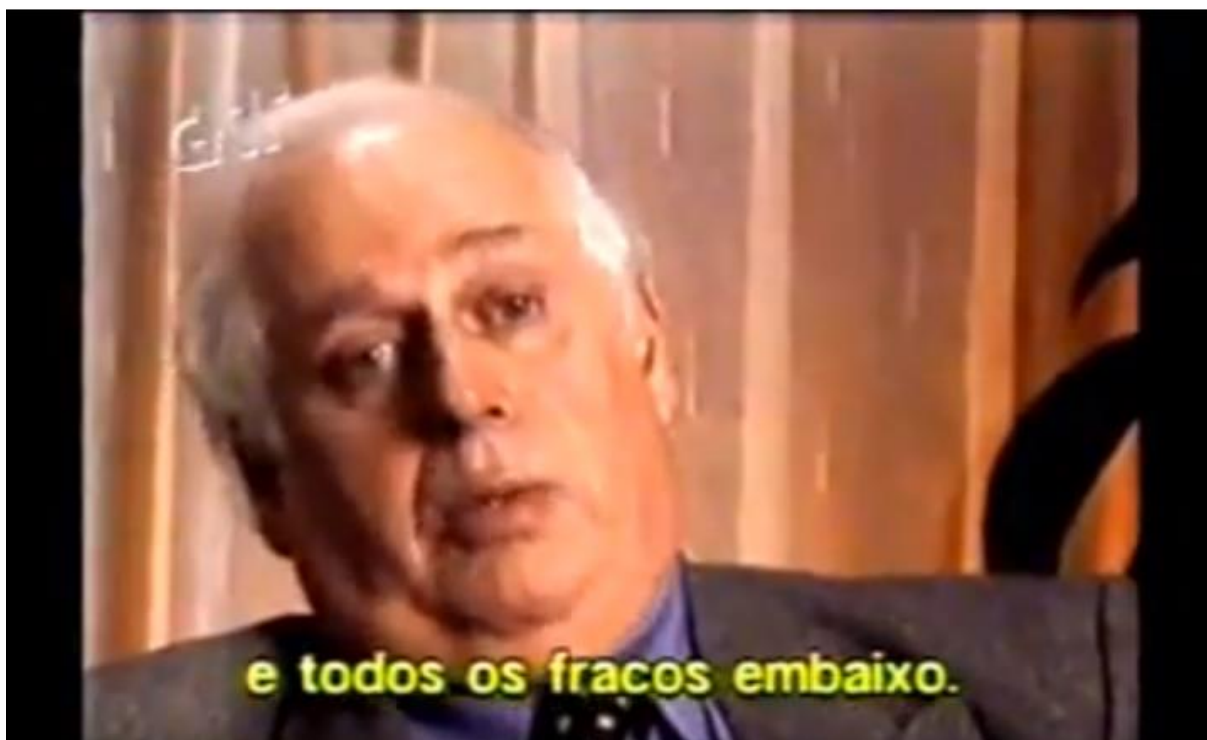
Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 21 (00:33:42)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 22 (00:33:44)



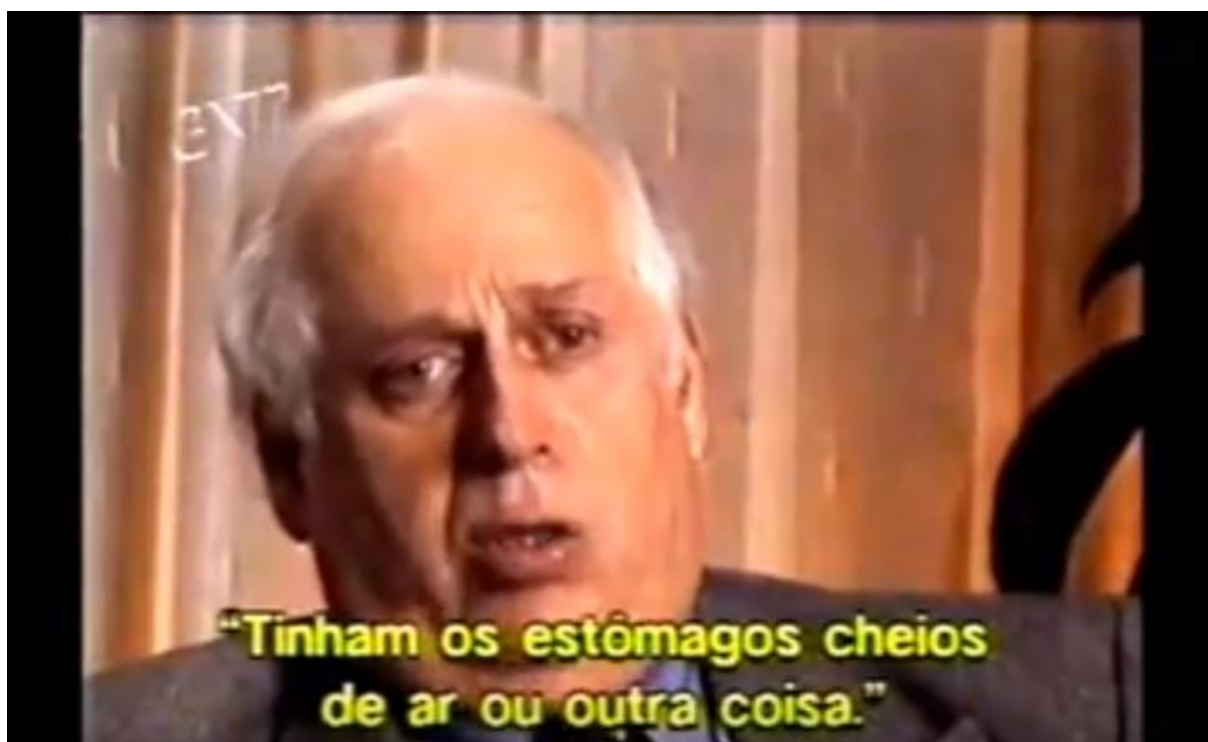
Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 23 (00:33:46)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 24 (00:33:50)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Oitavo Bloco – Recorte 25 (00:33:54)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 26 (00:33:57)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 27 (00:33:59)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Oitavo Bloco – Recorte 28 (00:34:01)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Determinamos, a partir de nossas reflexões, que as estruturas de sentido apreendidas em cada um dos testemunhos do sujeito velho/idoso são, na verdade, ao mesmo tempo, disputas de interpretação e de sentidos. A contradição social, observada no funcionamento dos campos de concentração, manifesta-se também subjetivamente, nas posições-sujeito que observamos. Ademais, a representação que fizemos, a partir dos preceitos da Análise de Discurso (AD) sobre o documentário, busca explicitar determinados efeitos e significações, sobretudo porque é um gesto de leitura em relação a outro gesto de leitura, aquele de quem compôs o documentário, enquanto arquivo fílmico.

Conforme refletimos, pela narração – pelo ato mesmo de testemunhar –, o próprio gesto interpretativo, pelo viés histórico, auxilia no processo de produção de sentidos, ou seja, há um movimento coletivo de resistência. Há uma necessidade de discursivizar para que todos saibam, o dizer, o narrar, o explicitar é um imperativo ao sujeito que viveu tais práticas sociais. É preciso ouvir e deixar serem ouvidas essas vozes que, insistentemente, foram jogadas ao esquecimento, mas que permanecem, por meio de sua memória, concretizada no discurso, significando. Os múltiplos sentidos, advindos do desprendimento das várias maneiras pelas quais o objeto pode ser analisado: por isso é uma versão.

Nessa mobilização do gesto interpretativo sobre o testemunho do sujeito velho/idoso, mas especificamente nos recortes que elencamos acima, cumpre a tarefa de evidenciar que, em meio à sucumbência dos sujeitos diante do que lhes domina, as câmaras de gás, como o espaço da morte dentro dos campos de concentração, consistem num paradoxal processo de resistência, pois não é dado apenas do dominado em relação ao dominador, como já dissemos anteriormente, mas do dominado em relação ao outro dominado, o que constitui a “última luta mortal” ou a “luta contra a morte”. Podemos afirmar, assim, que:

I. O sujeito velho/idoso, ao evocar essa representação e simbolizar a câmara de gás enquanto esse lugar do embate final até do sujeito consigo mesmo, demarca algo que destacamos aqui: ao lembrar, o sujeito, de certa forma, reatualiza sentidos do passado a partir da memória que tem daquilo que se passou, como daquilo que está relacionado ao tempo presente.

II. Recaímos, novamente, na tríade passado-presente-futuro, porque a projeção realizada sobre a memória do acontecimento faz o sujeito velho/idoso buscar formas de significação do lugar no passado que são ressignificadas no tempo presente, visto que, como o próprio testemunho aponta, muitos nem sabiam que estavam sendo mandados para câmaras de gás.

III. O testemunho do sujeito velho/idoso demonstra como a ideologia trabalha: há tomadas de posição-sujeito, do dominador e do dominado, que sucumbem ao que é dominante e evocam o instinto mais primitivo de sobrevivência, mas elas são sempre mais ou menos conscientes e, nesse caso, ignorar a realidade poderia ser o modo menos trágico/doloroso de submissão à ideologia dominante.

IV. O que ocorre e que é veiculado pela memória do sujeito velho/idoso é que estamos diante de um massacre psicológico, por isso os dominados não conseguem instaurar uma resistência em relação ao dominador. Eles não são providos das suas necessidades mais básicas (lembramos do nome, da comida). Eles não têm uns aos outros.

Por fim, a análise desses recortes permite nosso avançar nas reflexões diante da importância do testemunho dentro do documentário. De um lado, através de nosso gesto de interpretação, podemos compreender as formas pelas quais o sujeito relaciona-se com o objeto simbólico, mas, de outro, podemos observar que a forma de composição e apresentação do documentário consegue “aprisionar” o espectador – pois ocupamos também essa posição – de forma que, mesmo momentaneamente, haja uma adesão ao audiovisual e em relação aos processos que já foram mencionados.

Esse “aprisionamento” é, pois, a forma fundante da análise, porque permite conhecer para depois reconhecer. Assim, quando descompomos o documentário, numa sequência de recortes, esse movimento é que dita as possibilidades de produção de efeitos de sentido e como se definem as relações ou, ainda, como se configuram os trajetos de leitura. Além disso, pelo fato de “aprisionar”, estabelece um trajeto de leitura, cujo “sítio de significação” (ORLANDI, 2009) implica no fato de que não possa haver qualquer significado, mas isso não quer dizer que haja, no entanto, um significado possível.

**NONO BLOCO – “A MEMÓRIA, ONDE CRESCE A HISTÓRIA, QUE POR SUA VEZ A ALIMENTA, PROCURA SALVAR O PASSADO PARA SERVIR O PRESENTE E O FUTURO. DEVEMOS TRABALHAR DE FORMA A QUE A MEMÓRIA COLETIVA SIRVA PARA A LIBERTAÇÃO E NÃO PARA A SERVIDÃO DOS HOMENS” (LE GOFF, 1996, p. 477)**

Neste último bloco, apresentamos algumas sequências de recortes selecionados para refletirmos sobre as formas pelas quais o sujeito velho/idoso – por meio de seu testemunho – relaciona-se com o fim do período em que vigorou o Regime Nazista. Consideramos, também, esses findouros tempos como um objeto simbólico que possibilita, mesmo que ilusoriamente, o

nosso ponto de chegada. Afinal, a memória que foi ponto de partida é também o nosso ponto de chegada. Pelo trajeto de leitura que apresentamos, cuja atenção esteve voltada para a passagem do tempo e a relação disso com os objetos simbólicos, bem como os efeitos de sentido que essas diferentes temporalidades produzem no discurso testemunhal do sujeito velho/idoso, instauramos o possível enquanto gesto de interpretação sobre o documentário, sobre o testemunho, sobre o sujeito, sobre a história, sobre a memória. Na verdade, sobre tudo aquilo que foi pertinente durante todo esse processo, porque é próprio do percurso apontar caminhos que também são possíveis, mas que auxiliam nessa permanência diante do mapa traçado inicialmente.

Cada um dos objetos simbólicos destacados, a fim de estabelecer relações de sentido com a forma pela qual o sujeito velho/idoso simboliza-os, acomete a veracidade de uma versão sobre o acontecimento: a versão da testemunha. Vemos, então “a subjetividade e a sua relação com a memória por meio da discursivização do lembrar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 21). Assim, concordamos com as autoras citadas, porque nesse ponto ilusório de chegada percebemos que “Somos condenados a interpretar, nos diz a análise de discurso. Somos condenados a viver o presente, nos diz o tempo. Somos condenados a sentir um lugar vazio, nos mostra o vácuo da presença física”. Ao interpretarmos, então, assumimos a contradição que é constitutiva tanto do sujeito quanto dos sentidos – estamos no lugar constante da falta.

No que segue, entendemos que os recortes deste bloco fornecem subsídios para que reflitamos numa importante questão relacionada à memória. Quando o sujeito velho/idoso aponta no seu dizer que “começamos a cavar”, como se todos estivessem, naquele momento, diante da possibilidade de romper com a condição de dominado e, por meio do ato de cavar, criar o caminho de sua “salvação”, compreendemos que a memória que o sujeito tem sobre esse acontecimento não se apoia somente nas suas lembranças, mas também nas lembranças dos outros, porque todos precisaram “cavar”, ou seja, a memória pela lembrança dessa experiência tem capacidade maior de evocação, porque envolve o outro como parte constitutiva da lembrança, uma memória que parte da coletividade e cria efeitos de sentidos próprios do sujeito, que vê nesse novo dia uma nova realidade, fundante do rompimento diante da ideologia nazista. O sujeito que, por definição, conclui: “era uma sensação gloriosa”.



Nono Bloco – Recorte 1 (00:42:59)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 2 (00:43:01)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 3 (00:43:05)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 4 (00:43:09)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 5 (00:43:10)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 6 (00:43:12)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Nono Bloco – Recorte 7 (00:43:15)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

## Nono Bloco – Recorte 8 (00:43:19)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Nono Bloco – Recorte 9 (00:43:20)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 10 (00:43:24)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 11 (00:43:27)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 12 (00:43:28)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 13 (00:43:34)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 14 (00:43:36)



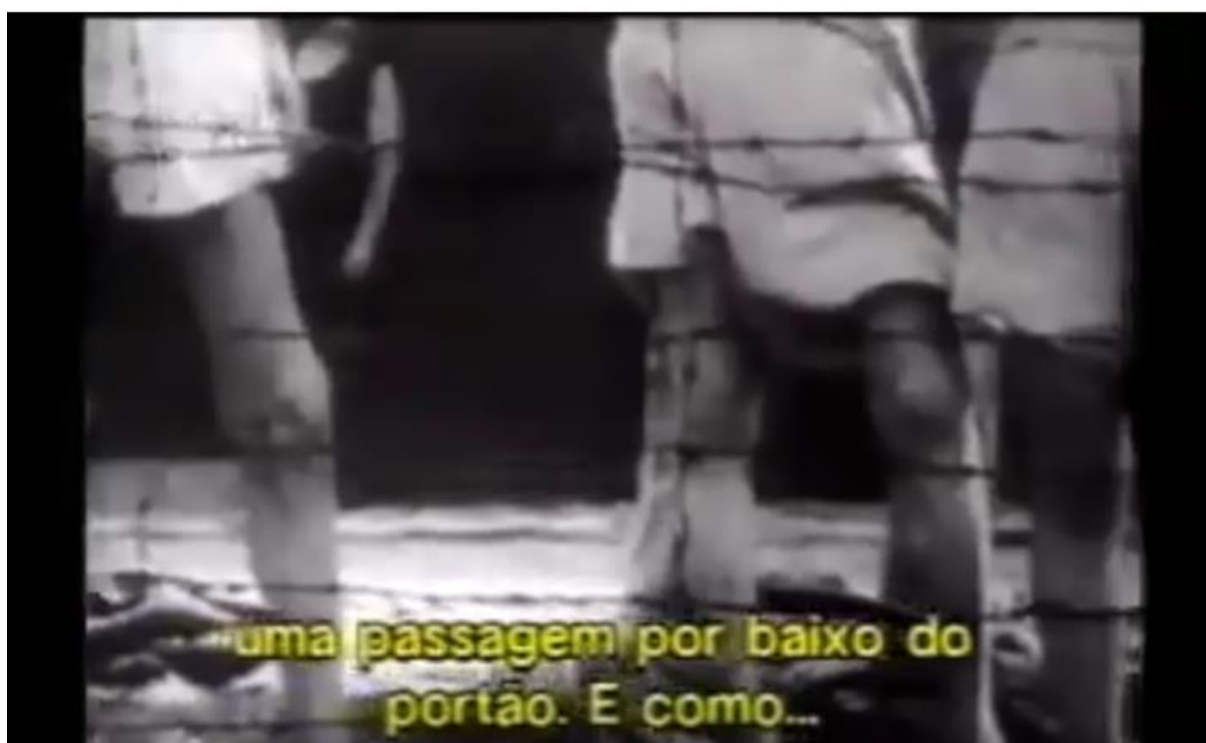
Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 15 (00:43:39)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

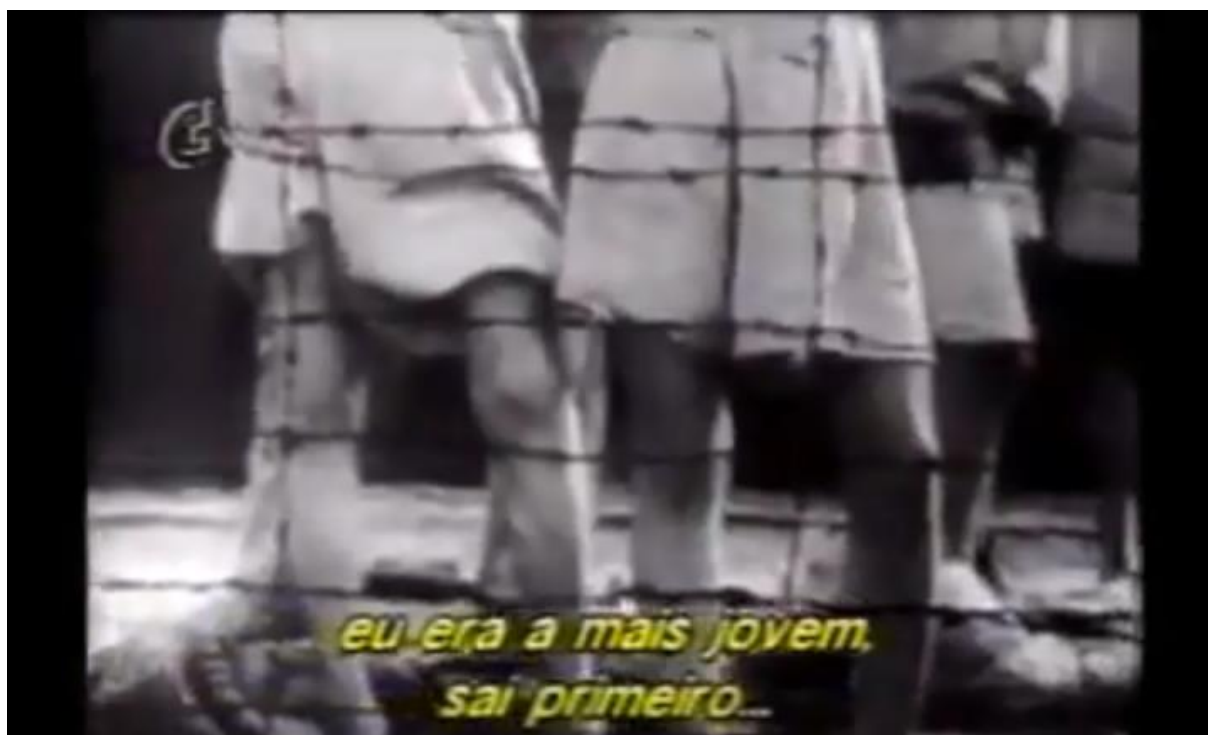
Nono Bloco – Recorte 16 (00:43:41)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Nono Bloco – Recorte 17 (00:43:42)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 18 (00:43:44)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 19 (00:43:47)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 20 (00:43:49)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 21 (00:43:50)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 22 (00:43:53)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 23 (00:43:57)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Por meio de nossa constante reflexão, diante do testemunho do sujeito velho/idoso, na condição de sobrevivente do Holocausto, percebemos que nos recortes realizados há, no dizer do sujeito, uma “voz sem nome” (COURTINE, 1999), um eco do interdiscurso que diz que andar sozinho, sem filas, ver o dia lindo e ouvir os pássaros é algo bom, é uma possível representação da liberdade. São saberes que advêm de outro lugar, mas que significam ali. Não há garantias de que o sujeito realmente tenha atribuído essa significação no dia em que estavam, finalmente, livres do Regime Nazista, mas no momento de narrar é assim que discursiviza. Assim, a metáfora assume um lugar que lhe é próprio na narrativa. O sujeito que, por definição, conclui: “era uma sensação gloriosa”. Por isso, encaminhamos nossa discussão considerando as condições de produção desse acontecimento e destacamos os seguintes aspectos:

I. A partir das relações entre história e memória, encontramos uma importante distinção: há muitas memórias sobre um mesmo acontecimento, já a história, aquela institucionalizada, é apenas uma história. O que está institucionalizado não abarca esses dizeres e eles só podem ser ouvidos em determinados espaços que lhe fornecem um lugar de voz, como no caso do documentário.

II. Quando concentramos nosso olhar para o enunciado “era uma sensação gloriosa”, podemos afirmar que a glória é do discurso da religião, no entanto, é também daqueles

que vencem uma batalha, uma guerra. Os dominados não venceram, salvaram-se, porque a guerra acabou e, por isso, a ideia de “sensação”.

III. A Formação Discursiva religiosa e a Formação Discursiva bélica atravessam-se aqui no discurso de civis, de sujeitos comuns, de forma que não haja somente uma resistência daquele que sucumbiu à ideologia dominante, mas daquele que resistiu à tortura, à humilhação, à violência, e isso é glorioso, considerada a potencialidade mortal com que os judeus eram tratados em território alemão.

Então, observamos que a voz do sobrevivente ecoa não somente no presente, cedendo espaço ao seu lugar – que foi negado por tantos anos, interdito, silenciado –, está é uma voz que ecoa ao passado, transportando sentidos na/pela memória que funciona de forma que a metáfora instaure um lugar específico que é do sujeito que rompe com a dominação, “Porque viver o presente é aceitar a contradição de se estar entre o passado e o futuro no mesmo instante paradoxal de ser e de não ser mais e, ainda, vir a ser em um outro lugar e tempo (PETRI; SCHERER, 2016, p. 25).

A localização temporal do sujeito em relação ao acontecimento também faz com que, em primeiro lugar, como atestam os recortes que seguem, haja “o sentimento paradoxal da culpa pela sobrevivência” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 65), porque não há, inicialmente, a vontade pela vida, sobretudo porque não há mais presença dos familiares. A situação pós-holocausto é inversamente outra e, ao invés da ordem dominante estabelecida, a partir da qual todos deveriam morrer, cria-se esse negativismo diante da possibilidade de sobrevivência.

Ao refletimos também em como, por meio dos objetos simbólicos, podemos ver as diferentes temporalidades produzindo diferentes efeitos de sentido, acreditamos que a própria passagem de tempo, dentro do campo de concentração, vinculada à chegada do fim – do fim dos campos de concentração –, ameaça a própria instauração do começo diante daquilo que se passou, ou seja, o sujeito está deslocado, socialmente, diante de seu próprio lugar no mundo. Conforme escreve Robin (2016, p. 247) “A narrativa dos sobreviventes testemunha esses momentos de invasão, de confronto, de uma estranheza inquietante”.



Nono Bloco – Recorte 24 (00:45:31)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 25 (00:45:34)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 26 (00:45:36)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 27 (00:45:38)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 28 (00:45:40)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 29 (00:45:44)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Nono Bloco – Recorte 30 (00:45:47)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 31 (00:45:51)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 32 (00:45:54)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 33 (00:45:57)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 34 (00:46:01)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

O testemunho do sujeito velho/idoso aponta uma possível simbolização desse fim do Regime Nazista como o momento dos paradoxos, dos confrontos, daquilo que se perpetua nas narrativas dos sobreviventes, incongruências diante do passado que são ressignificadas no presente e que constitui uma memória angustiante “[...] que conhece seus limites e os desgastes do tempo. Os sobreviventes que contam sua vida não estão preocupados pela total verdade da cronologia, das datas, dos nomes de pessoas que evocam, a não ser da sua relação do presente com o passado (ROBIN, 2016, p. 249). E é por isso que trazemos à baila as palavras da autora, para concluirmos que o testemunho disposto acima é constantemente atravessado pela ausência e, no caso, testemunhar sobre a experiência vivida, produzir uma narrativa, ao que quer fazer sentido, “[...] as testemunhas resistem a esse ‘fazer sentido’”. Por isso:

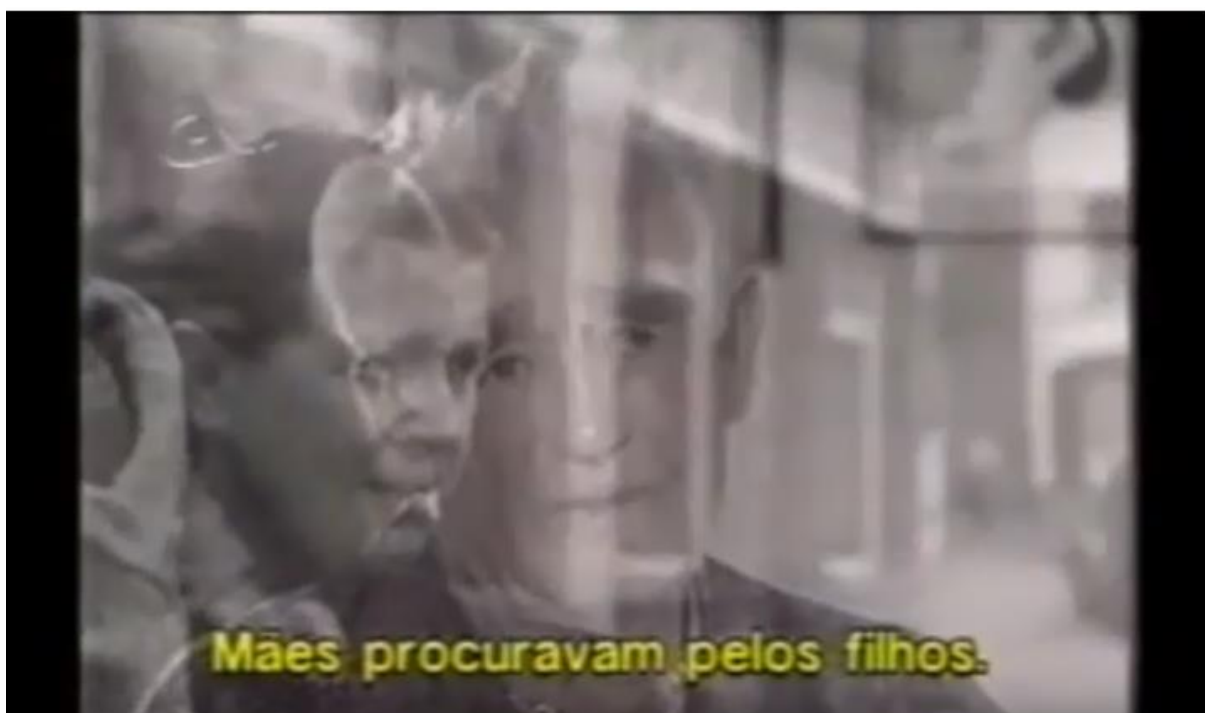
I. Para além da possibilidade de transmitir as dificuldades daqueles que cresceram nos campos de concentração, o ato de lembrar, de retomar o fato doloroso e fazer com que signifique com a mesma dimensão de sofrimento, quanto do momento em que a memória foi construída.

II. A situação na qual o sujeito velho/idoso se encontra na posição-sujeito de testemunha inscreve uma significância sobre as memórias traumáticas que ilustram as dificuldades que pesam sobre a (im)possibilidade de narração, sobre a (im)possibilidade da

experiência comum, enfim, sobre a (im)possibilidade da transmissão da própria experiência e do lembrar (PAIXÃO; FRISSSO, 2016, p. 197).

Concomitantemente ao que é paradoxal nessa relação do sobrevivente frente aos que morreram durante o Holocausto, o que o fim do período traz consigo é também uma procura sobre a qual, na maioria das vezes, as vítimas jamais teriam certeza. Estamos falando da possibilidade/impossibilidade de encontrarem seus familiares. É o que observamos nos e recortes abaixo, nos quais o sujeito velho/idoso relewa essa procura desordenada:

Nono Bloco – Recorte 35 (00:47:14)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Nono Bloco – Recorte 36 (00:47:16)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 37 (00:47:18)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Essa procura também aponta para o fato de que essas lembranças vêm “envenenar sua vida após a libertação do campo” (ROBIN, 2016, p. 248), porque o sobrevivente (a testemunha) não consegue se desfazer do sentimento de, além de ter sobrevivido, não encontrar a sua família, como se ela representasse um acalanto em meio ao que deveria ser comemorado – o fim do Regime Nazista –, mas que ainda é constituído pelo sofrimento, porque o que os testemunhos do sujeito velho/idoso constroem é uma narrativa que parte do insuportável e que relaciona a sobrevivência e a morte com as formas materiais da herança maldita do Holocausto, visto que o acesso à vida não é representado, necessariamente, como algo bom.

Ademais, não há apenas a dúvida pela sobrevivência, mas também a certeza diante da ausência, do duplo processo de sofrimento, diante da vida e da morte. O que concluímos, diante disso, é que o documentário também funciona como um lugar de memória, pois o que é da ordem do vivido, quando não preservado e assegurado de determinada estabilidade, pode desaparecer, assim como as inúmeras testemunhas, cuja voz não pode ser ouvida. É o que argumenta Venturini (2017, p. 67) ao destacar que “A possibilidade de a memória – da ordem do vivido – poder se extinguir juntamente com as comunidades que as mantêm” o que impõe a necessidade de que o lugar de memória fosse também um lugar de arquivo para que assim a memória pudesse, pela continuidade e pela estabilidade, ser institucionalizada.

Além do que evidenciamos ao analisarmos os recortes anteriores é que pelo fato de a memória ser esburacada na sua própria constituição, essa busca por uma origem – no caso a origem do sofrimento a partir do insuportável – faz com que haja uma ânsia constante de procurar um lugar de origem, uma causa primeira do nosso lembrar, um tempo fundado na e pela memória discursiva (SCHERER; PETRI, 2016, p. 23). Assim, pela forma de representação simbólica com a qual o sujeito velho/idoso se relaciona com o seu passado, cria-se, no documentário, um lugar de memória. Um lugar de procura. Um lugar de interpretação. Um lugar de errância de sentidos, notados no próprio testemunho desses sujeitos.

A partir das reflexões de Courtine (2006), sobre os lugares de memória, Venturini (2009, p. 66) afirma que “[...] o lugar de memória ocorre pela inscrição do lugar na ordem do simbólico e faz retornar enunciados já-ditos, significados, mas esquecidos”. Em decorrência disso, considerando o que foi postulado por Nora (1993), a autora ainda completa: “Não fosse assim, os lugares seriam apenas lugares de história [...] e funcionariam como arquivo, que guarda documentos”, pois a memória guardada enquanto um arquivo, perde seu status de recordação, “[...] que mantém um elo vivo de continuidade e de pertença do sujeito”. Essa discussão eleva nossa própria potencialidade em pesarmos no objeto de pesquisa, não somente em relação aos recortes que servem para as análises, mas também da importância em compreender como o

documentário funciona, considerada a Análise de Discurso (AD). Ao estabelecermos as devidas relações no que concerne a importância do testemunho no interior do documentário, sublinhamos que:

I. A partir de Robin (2016), entendemos que o trauma pode exercer o papel de “estabilizador da lembrança” e, em determinado contexto, isso pode compreender séculos, visto que, ainda de acordo com autora “[...] vai autorizar todos os tipos de distorções do episódio recalcado, e as lendas, que não puderam se inscrever na memória oficial, vão, doravante, poder se misturar a outras histórias, meio reais, meio imaginárias” (ROBIN, 2016, p. 31). Porventura, quando o sujeito velho/idoso testemunha o lugar verídico da dor, após o acontecimento, o que a passagem temporal revela é que o sofrimento perpassa todas as “fases” e “faces” do nazismo, porque é uma fonte da qual jorra a constante lembrança traumática do que foi, do que é, do que será, ainda, arrastado pelas lembranças e impregnado na memória.

II. O imaginário do próprio sujeito em relação ao Holocausto transmite essa experiência da impossibilidade de restituição do sentimento de dor.

III. De outro modo, o documentário, enquanto arquivo e lugar de memória, impede o esquecimento diante da memória sobre o acontecimento, sendo um agente tanto de mudança quanto de transformação, porque preserva e promove o resgate pelo viés histórico, que propicia esse “estabilizar” da história, o que a memória não consegue, justamente pelo seu funcionamento, estabelecer.

Essa memória que o sujeito velho/idoso tem enquanto testemunha/sobrevivente do Holocausto impede-nos, portanto, de “compreender o trabalho memorial sem considerar as camadas do tempo, esses ‘esquecimentos’ eficazes que permanecem como bases, essas heterogeneidades, esses recuos e disjunções” (ROBIN, 2016, p. 36) que, no entanto, pelo caminho inverso, permitem-nos estabelecer relações de sentido sobre as diferentes temporalidades, apoiados nos objetos simbólicos dos quais o sujeito parte para simbolizar as suas relações. E, assim, chegamos mais uma vez no embate constante entre a história e a memória: ao retomarmos as reflexões que Venturini (2009, p. 71) estabelece, a partir de Nora (1993), percebemos que existem algumas fronteiras entre o “lugar de memória” e o “lugar de história”. Em sua reflexão, a autora afirma que há dois domínios que, por sua vez, são ligados pela memória e, conseqüentemente, torna-o ao mesmo tempo complexo e simples: “[...] o domínio da naturalidade, da ordem da evidência e o da artificialidade, que permite entendê-lo como construído”. E acrescenta:

Na perspectiva discursiva, o lugar de memória não é natural, nem artificial; decorre do desejo de ‘fazer-memória’, mas também da repetição, o que resulta em efeitos de verdade, dados pela legitimação e sustentação institucional. Tanto numa abordagem como em outra o lugar de memória é material, funcional e simbólico; pode ser definido como um depósito de arquivos, que aparentemente guardam vestígios históricos de memórias que não existem mais e que, por isso, necessitam de um lugar para lembra-los. É funcional pelo papel desempenhado nesse lugar e simbólico pelo fato de estar no lugar *de*”. (p. 71-72).

É por isso que consideramos o documentário como um lugar de memória: além de abrigar os testemunhos do sujeito velho/idoso para que essas narrativas das testemunhas não desapareçam, juntamente com a passagem do tempo, inscreve o Holocausto enquanto acontecimento que está na ordem do imaginário e do simbólico, a partir do qual podem ser observados laços identitários e de representação entre sujeitos de uma formação social” (VENTURINI, 2016, p. 72). Em razão disso, através de nosso gesto analítico, de nosso gesto de interpretação, são atualizados determinados sentidos que, na ordem do discurso, são também atualizados pelas lembranças do sujeito social e discursivo a partir, como já dissemos, de valores que são constitutivos daquela Formação Discursiva sobre a qual eles estão assujeitados. E, porque são atualizados, permitem ao próprio sujeito entender a sua posição diante do rompimento com os horrores do Holocausto, como podemos observar na sequência:

Nono Bloco – Recorte 38 (00:51:25)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Nono Bloco – Recorte 39 (00:51:27)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 40 (00:51:29)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Finalmente, compreendemos que “a constituição do sujeito na língua e na história é afetada” (SCHERER; PETRI, 2016, p. 24) de forma que o sujeito velho/idoso, a partir de seu testemunho, estabeleça efeitos de sentido que após o Holocausto conferem-lhe uma nova percepção diante das suas experiências. Assim, é “nesse jogo contraditório entre a língua e a história que se realiza o encontro de uma memória e uma atualidade, constituindo o esquecimento” (VENTURINI, 2016, p. 40). O que o testemunho do sujeito velho/idoso revela através de sua relação de sujeito diante dos objetos simbólicos que selecionamos para dar conta dessa produção de efeitos de sentido, consideradas as temporalidades, é que mesmo que haja as falhas ou, ainda, as faltas, a memória sempre poderá atualizar determinados saberes que, embora estejam intrincados no que é da ordem do trauma, jamais poderão romper com as amarras do passado, cuja significância ecoa no presente.

Segundo o testemunho do sujeito velho/idoso, há o “direito à vida” e, por isso, destacamos tantas vezes a importância do Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e o Aparelho Repressor de Estado (ARE) (ALTHUSSER, s. d.) para o estabelecimento das relações de sentido do sujeito para com o objeto simbólico, porque percebemos que essa constante retomada do passado, por vezes, impossibilita viver o presente plenamente. O simbólico possui estreita relação com o real, incumbido das transformações de sujeito e discurso, na/pela experiência, seja psicanalítica ou discursiva, ao passo que o imaginário se constitui nas relações que possui com o simbólico e, por isso, cria possibilidades de representação. Ademais, conforme nos ensina Orlandi (1997, p. 21):

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição dos sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre locutores. Sem esquecer que os próprios locutores (posições do sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos mas se produzem com eles.

Compreender é, pois, produzir sentidos e o nosso gesto de interpretação sobre o testemunho do sujeito velho/idoso, a partir do arquivo que dispomos, permite-nos considerar diferentes temporalidades, representadas, bloco após bloco dos recortes sobre os quais trabalhamos e que revelam as relações do sujeito velho/idoso com os objetos simbólicos e as formas como eles simbolizam isso. Concluímos, por isso, que a sobrevivência do sujeito durante o Holocausto corresponde a um processo de resistência, como já dissemos, do dominado em relação ao dominador e que tanto o ato de lembrar, evocando a memória dos horrores, quanto a própria experiência diante do Holocausto, enquanto acontecimento, são da ordem do

insuportável e, para reforçarmos essa constante asserção, trazemos os últimos recortes que fazem parte do nosso bloco de análises:

Nono Bloco – Recorte 41 (00:52:10)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 42 (00:52:12)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 43 (00:52:15)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 44 (00:52:18)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 45 (00:52:22)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 46 (00:52:25)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Nono Bloco – Recorte 47 (00:52:28)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 48 (00:52:30)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 49 (00:52:35)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 50 (00:52:38)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 51 (00:52:41)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 52 (00:52:44)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Nono Bloco – Recorte 53 (00:52:46)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 54 (00:52:49)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Nono Bloco – Recorte 55 (00:52:52)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Antes de finalizarmos as reflexões diante da sequência de recortes tomada, bem como dos demais blocos de recortes apresentados, precisamos destacar a importância da memória sobre o testemunho e fizemos isso ancorados em Bosi (1994). Nossas análises demonstraram que a narração, sob a forma de testemunho é, muitas vezes, uma memória oprimida, visto que foram negados suportes materiais para que houvesse a inscrição dessa memória na história. Isso justifica o nosso olhar sobre o discurso das testemunhas e possibilita demonstrarmos que há muito ainda a saber. O testemunho do sujeito velho/idoso foi por muito tempo – e talvez continue sendo em determinadas condições de produção – uma mera repetição.

O passado, portanto, mistura-se com o presente e cria espaços de significância no discurso da testemunha. É isso que observamos nos recortes dispostos mais acima. Não há somente a violência física, a violência simbólica que exerce sua força, atemporalmente, sobre o sujeito velho/idoso que está na condição de testemunha e que comporta, no seu dizer, o peso de tudo que lhe é traumático. A partir das relações do sujeito velho/idoso sobre os objetos simbólicos (as escolas, as sinagogas, os livros sagrados, as praças, as canções, os pães, as marcações) observamos que o testemunho é, na verdade, a maior ferramenta de resistência de que dispõem.

Quando o sujeito velho/idoso, em seu dizer, testemunha a busca pela “metade do corpo”, que permanece “lá”, entendemos que procura pelo que sempre estará “lá”. Sobre a matéria própria do sofrimento de quem se encontra sob a forma de testemunha do Holocausto. De algo que preenche o sujeito de significância pelo sofrimento. Que simboliza a sua condição de dominação, mas uma dominação que nunca é completa e absoluta. Está sempre sujeita à falta, ao furo, à falha. É a categoria de sujeito, enquanto categoria teórica e analítica, que nos propicia esse olhar sobre as práticas sociais, sem sucumbir aos apelos da evidência, do empirismo; mas, ao mesmo tempo, levando em conta que o testemunho é de um sujeito específico que toma posição e fala de si. Por isso, demarcamos algumas vezes as marcas do “eu”, do “nós” e do “eles”: são sujeitos que viveram e que testemunham sobre o que viveram, consideradas as relações que são postas em questão. De algo que é sempre presente porque é impossível ser esquecido; a memória é esse jogo de lançar-se ao passado, constantemente, para entender e explicar sua condição no presente.

O insuperável. A fuga transposta à impossibilidade. Através de nossas reflexões, inferimos que essa intersecção entre a cultura, a religião, a sobrevivência e a liberdade está localizada justamente no seu caráter insuportável, visto que em cada um dos testemunhos que vimos ocorrem ligações entre os efeitos de sentido que estabelecem uma constante procura de espaço, para que a sua voz seja ouvida (ROBIN, 2016). Os testemunhos simbolizam a resistência como algo feito do dominado em relação ao dominador e negar a cultura, a religião e a liberdade está imbricado na negação da sobrevivência, porque o que está em evidência é a dependência de uma para com a outra, como se todas fizessem parte de um conjunto uníssono do qual todas as partes implicam numa concretude posta em ameaça.

Ainda que as escolas estivessem marcadas pelo antissemitismo, ainda que as sinagogas fossem queimadas, ainda que as praças trouxessem a ameaça à vida, ainda que as canções implicassem na dor da saudade, ainda que os pães fossem, ao mesmo tempo, vida e morte, ainda que as marcações jamais pudessem ser apagadas, ainda que haja uma procura do que permanece embalsamado de trauma... Há, ainda assim, a condição imposta de sobrevivência. E, mesmo que todas as testemunhas desapareçam e, finalmente, tenham paz diante da morte, a sua versão sobre o acontecimento estará representada pela voz de descendentes.

Cumpramos observar, finalmente, que é próprio do analista de discurso estabelecer valores e, assumindo esse lugar, ser ético nas suas escolhas, porque o objeto simbólico, seja na sua singularidade ou na sua coletividade, em sua estrutura simbólica apresenta um “furo” que possibilita a subjetividade, a interpretação. Nosso olhar sobre o objeto é dado ao nível imaginário, simbólico e real e, ao isolarmos determinadas sequências de recortes, ao

descompormos esse conjunto significante que é o documentário, podemos entender como ele funciona e como produz determinados efeitos de sentido. O olhar, diante da materialidade, produz efeitos de sentido. Do que está, como explicitamos ao longo deste trabalho, entre a história e a memória e que significa porque há o testemunhal. Porque há o testemunho do sujeito velho/idoso, na condição de sobrevivente, cujos dizeres continuamos recuperando e sobre os quais lançamos nosso gesto de interpretação.

O trauma garante que o testemunho jamais contenha tudo o que ocorreu em relação ao fato e, assim, o testemunho existe apenas sobre as ruínas de sua própria impossibilidade. Uma versão sobre a história, uma versão sobre a memória, a possibilidade de imaginário sobre a qual chegamos, porque “para o sobrevivente sempre restará esse estranhamento do mundo advindo do fato de ele ter morado como que ‘do outro lado’ do campo simbólico” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

## DO PONTO DE CHEGADA: RAZÕES PARA FALAR DISSO

O indizível horror que permeia nossa memória coletiva do Holocausto (ligado de maneira nada fortuita ao premente desejo de não encarar essa memória de frente) é a corrosiva suspeita de que o Holocausto possa ter sido mais do que uma aberração, mais do que um desvio no caminho de outra forma reta do progresso, mais do que um tumor canceroso no corpo de outra forma sadia da sociedade civilizada; a suspeita, em suma, de que o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo o que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente mais talvez tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda.

(Zygmunt Bauman, 1996, s. p.)

Do ponto de chegada, ainda que seja apenas um efeito de finalização da escritura desta dissertação, acreditamos que alcançamos os nossos objetivos e, por isso, precisamos retomá-los. Em nosso preâmbulo “O velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por ele”, por meio da perspectiva discursiva, discutimos sobre a maneira de como nomear/designar o sujeito que está na condição de sobrevivente do Holocausto e que, após mobilizarmos essas noções (nomeação/designação), optamos – ao considerar tanto os efeitos de sentido quanto o próprio gesto analítico – por mobilizarmos a noção de sujeito velho/idoso.

Como dissemos, o trabalho de escritura é um constante tecer em busca de significados possíveis, nessa rede de sentidos, na qual cada um dos nós amarra uma outra linha da rede, que não é retilínea nem apregoada, mas que possibilita também o desfazer do nó, para constituir um outro movimento. É, portanto, nesse permanente trabalho, que amarramos nosso primeiro nó ou, como nomeamos, a “Parte I – Da realidade à ficção, do visível ao audível: um olhar sobre o documentário”. Refletimos, paulatinamente, sobre o tema que propusemos, assim como sobre dispositivo teórico e analítico de pesquisa. Explicitamos, ainda que de forma breve, o percurso de desenvolvimento do documentário e apresentamos, sob o viés da Análise de Discurso (AD), possíveis funcionamentos do documentário “Survivors of the Holocaust” (“Sobreviventes do Holocausto”) para o analista de discurso e, por fim, consideramos o funcionamento da noção de sujeito no documentário, apontado as demais noções que incidiram em nossas posteriores seções.

Nosso segundo movimento, tecendo a escritura da dissertação, corresponde ao segundo nó, como nomeamos, “Entre a história e a memória: um constante transitar”. Nessa seção,

apresentamos o percurso histórico que compreende desde a implantação do Regime Nazista na Alemanha, demonstrando os principais fatos relacionados ao Holocausto, até os anos finais em que o nazismo vigorou sob território alemão. Essa conjuntura, por sua vez, possibilitou nossas reflexões diante do “transitar” entre a história e a memória, a partir do qual pensamos na importância do testemunho na composição do documentário. Nessa seção, também concentramos nossas reflexões sobre importantes questões que recobrem todo o nosso trabalho, como as noções de memória, lembrança, recordação e rememoração e como as mesmas poderiam incidir no gesto analítico.

Por fim, quando amarramos o terceiro nó, que sustenta o teórico e o analítico e que nomeamos como “Parte III – Nós abaixamos as vozes. Apagamos as velas... E vimos que era o começo do inferno”, focamos nosso gesto de interpretação em nove blocos de recortes, pensando sobre o sujeito e como, consideradas as diferentes temporalidades, os sujeitos relacionam-se com determinados objetos simbólicos, assim como as formas pelas quais simbolizam isso. Além disso, refletimos sobre várias questões, dentre as quais destacamos: relações entre memória e história a partir do testemunho do sujeito velho idoso, a importância desse testemunho no documentário, as relações de sentido entre o sujeito e o objeto simbólico, a implicação da temporalidade no processo de significação do Holocausto enquanto acontecimento para o sujeito e, por fim, que memória coletiva ou que imaginário há sobre o Holocausto a partir dos testemunhos considerados.

Ao longo de nosso trabalho, atestamos, assim como proferiu Venturini (2009, p. 124, grifos da autora), que “A realidade diz respeito à montagem do simbólico e do imaginário com *um efeito de realidade*. O real é aquilo que escapa a esta realidade, que não pode ser inconsciente, aquilo que o sujeito simula para si mesmo [...]” assim como e, sobretudo, para o curso muitas vezes desconhecido, a partir dos esquecimentos, porque como reforçamos inúmeras vezes, há falhas, há faltas, há – talvez – o que jamais será contado.

Assim como escrevem Paixão e Frisso (2016, p. 202), nosso empreendimento vai muito além do lugar ocupado pelo analista de discurso, porque compreender o Holocausto é

[...] reconhecer o fato de que pertencemos todos à mesma humanidade. A compreensão do mal é necessária para impedir-lhe o retorno. A memória, ao permitir a compreensão do mal, não destrói a vítima. Ao impedir futuras violações de direitos humanos, ela tem o potencial de nutrir a vida, o convívio.

O potencial dessa memória é, nesse sentido, exemplar, porque é preciso dar espaço, reconhecer, para impedir o retorno. Desse modo, ao finalizarmos o processo de escritura desta

dissertação, queremos demonstrar como a memória do sujeito velho/idoso revela, através de seu testemunho, o seu caráter exemplar. Recorrendo, mais uma vez, às palavras de Venturini (2009, p. 124) percebemos que “o real [...] é o impossível de ser dito, de ser representado; só ocorre pela ilusão do sujeito de poder dizer tudo”. Ao testemunhar ou, ao colocar-se na posição-sujeito de testemunha do Holocausto, narra o inenarrável e o seu testemunho só existe, de certo modo, “sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, 67).

Do testemunho que, no seu trajeto de significância, oriundo da memória coletiva, aponta o caminho do imaginário das vítimas ou dos sobreviventes do Holocausto. Um percurso possível de ser atravessado pelo analista de discurso e que demanda, como vimos, um constante transitar entre a memória e a história, um constante tecer no fio do discurso pelos efeitos de sentido, através da ilusória concretude da completude, sendo capaz de suportar o simbólico que está em constante funcionamento, suscetível à falta, à falha e à saturação.



## REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. **Memória e produção discursiva do sentido**. In: ACHARD, Pierre [et al.]. (Orgs.) *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3ª edição. Lisboa: Presença.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** – Lembranças dos velhos. 3ª edição. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.741. **Estatuto do Idoso**. Brasília: DF, 1 de outubro de 2003.
- BRUST, Viviane T. B. **O “Sertão” Quarta Colônia: travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro**. 2017. 366 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**. Memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. **Apresentação**. In: BOSI, Ecléa, Lembrança dos velhos. 3ª edição. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.
- COURTINE, Jean-Jacques. **O chapéu de Clémentis: Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.
- \_\_\_\_\_. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise de Discurso**. TRADUÇÃO: Flávia Clemente de Souza - Universidade Federal Fluminense e Márcio Lázaro Almeida da Silva - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Policromias, jun/2016.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Tradução e Introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2010. p. 23-37.
- ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. **Vítimas do Período Nazista: Ideologia Racial Nazista**. Disponível em: <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007457>>. Acesso em: 5 fev. 2018.
- FERNANDES, Andressa B. **Espaço e sujeito: uma análise discursiva do documentário *O cárcere e a rua***. 2018. 152 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

FERREIRA, Maria L. M. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Orgs.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FIORIN, José L. **Desafios e perspectivas da pesquisa em língua portuguesa e linguística**. In: Bastos, N. B. *Língua Portuguesa - Uma visão em mosaico*. São Paulo, SP: Educ, 2002, p. 91-103.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2ª ed. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2008.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Machado e Eduardo Morais. Rio de Janeiro: NAU, [1973] 2002.

\_\_\_\_\_. **“Isto não é um cachimbo”**. Rio de Janeiro: Terra e paz, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne M. **Lembrar Esquecer Escrever**. 1ª edição. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GELLATELY, Robert. **Apoiando Hitler** – Consentimento e coerção na Alemanha Nazista. Tradução de Vitor Paolozzi. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. **Efeitos de arquivo**. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 1994.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2ª Edição. São Paulo, SP: Edições Vértice – Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HENRY, Paul. **“Sujeito, sentido, origem”**. In: Orlandi, Eni. (Org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: Indursky, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). **Memória e História na/da Análise de Discurso**. 1ª edição. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

\_\_\_\_\_. **Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela por ela**.

\_\_\_\_\_. **Unicidade, desdobramento, fragmentação**: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília

Ana (Org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008.

LAGAZZI, Suzy. Recorte significativo na memória. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Orgs). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos, SP: Clara luz, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso: a materialidade significativa na história. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Orgs). **Linguagem, História e Memória: discursos em movimento**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. Trabalho apresentado no XXIII ENANPOLL (ANPOLL, GT Análise de Discurso), DLM, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em 3 mai. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.] 4ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Trad. de Pergentino Pivato. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Campo de concentração: experiência limite. **Questões e Debates**. Curitiba, v.18, n. 35, p. 61-80, 2001.

MARANDIN, J. Problèmes d'analyses du discours. **Langages**. N. 55. Paris: Didier Larousse, 1979.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais (1992-1989). Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP, 1998.

MARRUS, Michael R. **A assustadora história do holocausto**. Trad. de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2003.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*. Tradução de Yara Aun Houry. São Paulo, SP: 1993, p. 7-28.

ORLANDI, Eni P. Segmentar ou recortar? **Série Estudos**. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (Linguística: Questões e Controvérsias), p. 9-26, 1984.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. No limiar da cidade. In: **RUA: Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da UNICAMP – NUDECRI**. Campinas, SP, número especial, p. 09-19, 1999.

\_\_\_\_\_. **Interpretação** – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

\_\_\_\_\_. Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Instituição, relatos e lendas: narratividade e individualização dos sujeitos**. 1ª ed. Campinas, SP: RG Editores, 2016.

\_\_\_\_\_. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

\_\_\_\_\_. **Palavra, fé, poder**. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). Campinas, Pontes, 1987 (Coleção Linguagem/Perspectiva).

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento sentidos**. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Discurso, Espaço, Memória: Caminhos da identidade no sul de Minas**. Campinas: RG, 2011

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento sentidos**. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **História das ideias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

PAIXÃO, Cristiano; FRISSE, Giovanna Maria. **Usos da memória: as experiências do holocausto e da ditadura no Brasil**. São Paulo, SP: Lua Nova, p. 191-212, 2016.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethânia S. Mariani et al. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, [1969] 1993.

\_\_\_\_\_; FUCHS, Cathérine. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 163-252, 1993.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi do original *Discourse: Structure or Event?*, texto originalmente apresentado por Pêcheux na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, realizada na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, de 8 a 12 de julho de 1983. Campinas, SP: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Semântica e Discurso** – Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 3ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. **Cadernos de Estudos Linguísticos** (UNICAMP), [1984] 1999.

PEIXOTO, Clarice E. Entre o estigma e a compaixão e os outros termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Orgs.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

PERIAGO, Francisco R. A análise discursiva no documentário Ônibus 174. 2016. 232 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2016.

PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. 1ª edição. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.

\_\_\_\_\_. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em *Contos gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmistificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins**. 2004. 332 p. Tese (Doutorado em Análise de Discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: UFSM, PPGL Editores, 2010.

\_\_\_\_\_; DELEVATI, Daiane da S. O uso do dicionário em sala de aula: condições para as contradições. In: PETRI, Verli (Org.). **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: UFSM, PPGL Editores, 2010.

\_\_\_\_\_; SCHERER, Amanda E. **Memória e subjetividade: de um tempo para lembrar**. **Revista Desenredo**. V. 12, n. 1, p. 21-29. Jan./jun. 2016.

\_\_\_\_\_. O passado (também) dura muito tempo ou (re)invenções de um tempo. **Interfaces**. Vol. 8, p. 80-90. 2017.

PIRALIAN, Hélène. **Genocidio y transmisión**. Trad. Horácio Pons, México/Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2000

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Rio de Janeiro, RJ: Estudos Históricos. V. 5, n. 10, p. 1-15. 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em 3 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro, RJ: Estudos Históricos. V. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História:** Ensaio de Poética do Saber. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

\_\_\_\_\_. **A partilha do sensível:** estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 2ª edição. São Paulo, SP: Editora 34, 2005.

RIFIOTIS, T. O ciclo vital completado: a dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Velhice ou terceira idade:** estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 85-112.

ROBIN, Régine. **A memória saturada.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UNICAMP. 2016.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Organização de Charles Bally e Albert de Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio à edição brasileira de: Isaac Nicolau Salum [tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein] 28ª edição, São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHERER, Amanda Eloína; TASCHETTO, Tania Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os Estudos Linguístico-Discursivos. **Estudos da Língua(gem).** Vitória da Conquista, n. 1, p. 119-123, junho/2005.

\_\_\_\_\_. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs.). **Análise do discurso:** heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma** – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. V. 20, n. 1, p. 65-82. Rio de Janeiro, RJ. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acesso em 3 mai. 2018.

SICARD, Monique. Os paradoxos da imagem. **Rua.** Vol. 6, n.1, p. 25-36. 2000. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640697/8244> >. Acesso em 3 mai. 2018.

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. (pp. 159-179). In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.) **M. Foucault e os domínios da linguagem:** Discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

SOBRINHO, Helson F. da S. **Discurso, velhice e classes sociais:** a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. 1ª ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

VENTURINI, Maria C. **Imaginário urbano:** espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)Curso.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

\_\_\_\_\_. **Rememoração/Comemoração**: prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. 2008. 335 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

\_\_\_\_\_. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição contraditória da memória em curso/discurso. (pp. 119-136). In: TASSO, Ismara; SILVA, Érica. (Orgs.) **Lingua(gens) em discursos**: a formação de objetos. Campinas, SP: Pontes Editora, 2014.

VILANOVA, Mercedes. Significado do X Congresso Internacional de História Oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. P. 19-21. 2000.

VINHAS, Luciana Iost. “A polícia manda, mas a polícia manda paralelo com as presas”: o funcionamento na Instituição Penal enquanto Aparelho Repressor de Estado. *Fragmentum*. Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 44, jan./mar. Santa Maria, RS, 2015.

VON SIMON, Olga R. de M. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.pdf>>. Acesso em 7 fev. 2018.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. **Usos do esquecimento**: conferências proferidas no colóquio de Royaumont. Tradução de Eduardo Alves Rodrigues e Renata Chrystina Bianchi de Barros. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

#### **Obras consultadas:**

ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. In: ANDRADE, Carlos Drummond de (Org.). **Antologia Poética**. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. Os velhos. In: ANDRADE, Carlos Drummond de (Org.). **Antologia Poética**. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 1994.

NETO, João Cabral de Melo. **Tecendo o amanhã**. Disponível em: <<http://www.tirodeletra.com.br/poesia/JoaoCabral-Tecendoamanha.htm>>. Acesso em 14 mai. 2018.

## POSFÁCIO

Da imagem, no preto e no branco. Do nó, amarrado em tecido de memória, que desamarra... E por entre as mãos escorrem as lembranças daqueles que foram, mas que ainda permanecem sendo. Do furo remendado, da imperfeição que recobre o que não pode ser consertado. Da voz que ecoa... E fala... E fala... E fala... E faz falha. E faz falta. E instaura a incompletude do produto, daquilo que veste o sujeito e o constitui. E assim, paulatinamente, ele vai... E passa por dentre os caminhos, mesmo os esquecidos. E chega. E aponta. Faz e cumpre o seu papel. E, por fim, desmancha e se esvai. No entanto, sob a fresca poeira dos sentidos, deixa suas marcas, aprisionadas no chão do qual, ao sabor da própria sorte, retorna. E alguém percebe que deixou para traz um pouco do tecido do qual era feito e, então, recolhe e amarra outro nó... e outro nó... E a significação defronte os sentidos de sua existência se mantém. Daquilo que recolhemos, construímos com nossos próprios nós, redes de interpretação e de produção de sentidos que permanecem no que ficou, à espera de novas mãos que possam tecer sob a rede significativa do discurso da testemunha, na égide do último nó, o que pode ser costurado, como produto final da experiência conjunta...

Ao leitor – Recorte 1 (00:52:58)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Ao leitor – Recorte 2 (00:53:00)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 3 (00:53:03)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 4 (00:53:08)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 5 (00:53:12)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 6 (00:53:15)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 7 (00:53:18)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 8 (00:53:20)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 9 (00:53:22)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Ao leitor – Recorte 10 (00:53:24)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 11 (00:53:28)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 12 (00:53:32)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 13 (00:53:36)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 14 (00:53:38)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 15 (00:53:41)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 16 (00:53:43)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 17 (00:53:45)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)



Ao leitor – Recorte 18 (00:53:49)



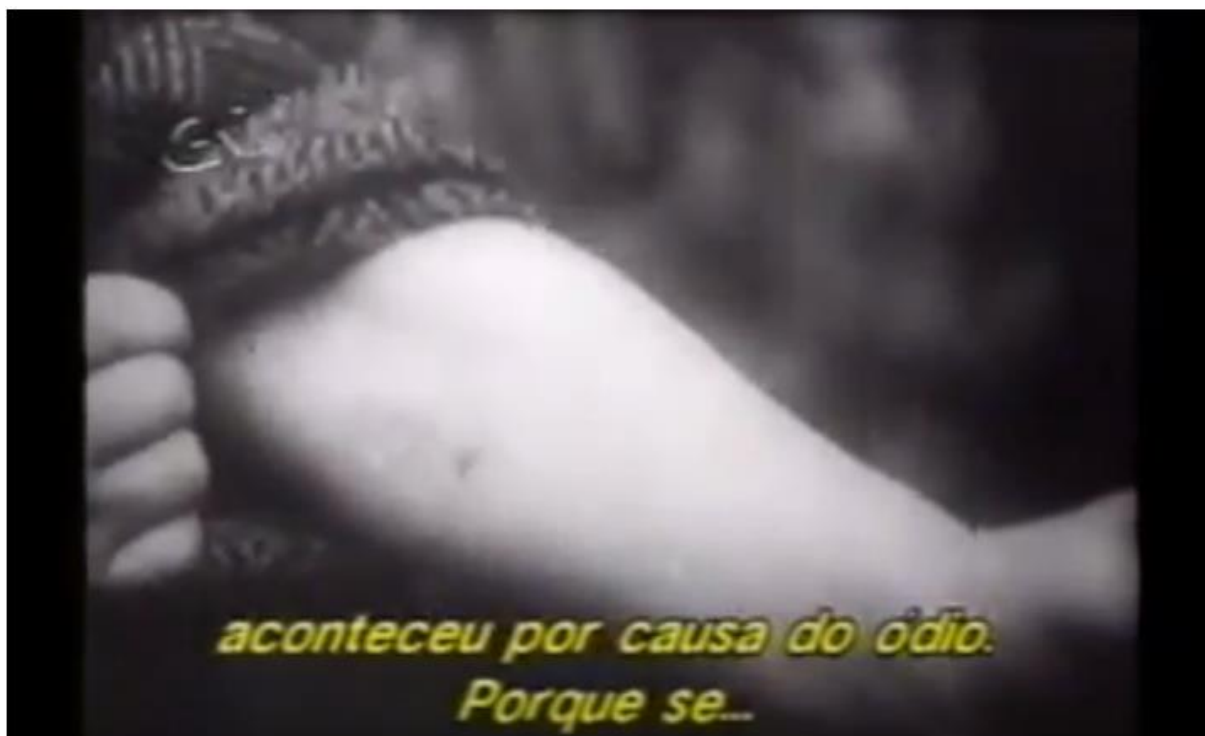
Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 19 (00:53:52)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 20 (00:53:55)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 21 (00:53:57)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 22 (00:53:58)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 23 (00:54:00)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 24 (00:54:02)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)

Ao leitor – Recorte 25 (00:54:04)



Fonte: Documentário *Sobreviventes do Holocausto* (1996)